

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

ANDERSON FERNANDO RODRIGUES MENDES

O MITO DO “BOM COLONIZADOR HOLANDÊS”:
O imaginário sobre a colonização holandesa em Pernambuco

RECIFE – PE

2021

ANDERSON FERNANDO RODRIGUES MENDES

O MITO DO “BOM COLONIZADOR HOLANDÊS”:

O imaginário sobre a colonização holandesa em Pernambuco

Trabalho de conclusão de curso para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial e desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral

RECIFE – PE

2021

M538m Mendes, Anderson Fernando Rodrigues .
O mito do “bom colonizador holandês” : o imaginário
sobre a colonização holandesa em Pernambuco / Anderson
Fernando Rodrigues Mendes, 2021
179 f. : il.

Orientador: Flavio José Gomes Cabral
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica
de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2021.

1. Pernambuco - História. 2. Brasil – História –
Domínio holandês, 1624-1654. 3. Nassau, Maurício de,
1604-1679. 4. Holandeses – Pernambuco. 5. Pernambuco
– Colonização – Holanda. 6. Imaginário. I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

ANDERSON FERNANDO RODRIGUES MENDES

O mito do “bom colonizador holandês”:

O imaginário sobre a colonização holandesa em Pernambuco

Data de aprovação: 13 de setembro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Flavio Cabral

Prof. Dr. Flavio José Gomes Cabral - UNICAP

Orientador

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento – UFPE

Lidia Rafaela N. Santos

Prof. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos – UNICAP

RECIFE – PE

2021

Epígrafe

Guararapes
plasmou nossa história
mas não apagou
a saga de Nassau
o fundador.

Vital Corrêa de Araújo (1990).

AGRADECIMENTOS

Ao iniciar os estudos neste programa de Mestrado Profissional em História, em março de 2019, não imaginava que iríamos atravessar essa experiência acadêmica em meio a uma grave pandemia de inimigo invisível e mortal que foi esse novo coronavírus ou covid-19. Esse período de estudos e dedicação à esta pesquisa foi bem difícil também por outros motivos, pois me vi imerso em problemas psicológicos com crises fortíssimas de ansiedade, flertando com a depressão. Cheguei a desistir desta empreitada, porém o bom é que existe pessoas em nossas vidas que não desistem por nós. Uma dessas foi o então coordenador do programa, Professor Dr. Tiago Cesar, que não só postergou meu pedido de desistência como me fez acreditar na possibilidade de ser contemplado com uma bolsa, visto que estava em sérios problemas financeiros. Não bastasse isso, o referido docente ainda me ajudou com assistência psicológica conseguindo viabilizar, à preço popular, o início de um tratamento na Clínica de Psicologia da UNICAP, no qual pude custear. Não tenho palavras para dedicar-lhe meus sinceros agradecimentos, todavia, se hoje chego à essa etapa final é muito graças à sua humanidade e empatia como professor e coordenador.

No âmbito familiar tive muito apoio também, principalmente de minha mãe, Rosângela Rodrigues Mendes, que sempre me incentivou de várias formas a estudar, seja ajudando-me financeiramente ou dando-me suporte em tudo no que eu precisei para que conseguisse suportar meus dias e madrugadas dedicados à pesquisa. Ao meu pai, Severino Ramos Mendes, que quando precisei de ajuda sempre esteve pronto para me acudir. Minha irmã, Shirley Rodrigues Gueiros, que muitas vezes me emprestou seus ouvidos para aliviar as minhas dores. Meus sobrinhos, Olga Karolyna Rodrigues da Silva, que tem em mim uma referência de estudante e que segue meus passos no ensino profissional, e Artur Rafael Rodrigues Gueiros que foi o meu ponto de alívio entre uma fase e outra de estudos me fazendo acompanhá-lo no videogame todas as vezes que podia, aliviando toda essa tensão.

Esse trabalho concluído é tanto méritos meus quanto de pessoas que foram fundamentais nessa jornada, pois sem o socorro deles eu com certeza não conseguiria dar conta. Dou como exemplo, Maressa Lins, que sempre se dispôs a traduzir meus textos para o inglês e para a revisão do conteúdo com seu olhar de professora de história no ensino regular. Não posso deixar de agradecer a Deivison José o responsável pelas ideias gráficas que tornou possível que a cartilha que propus como produto desse mestrado transcendesse da pura

abstração da minha cabeça para um belíssimo livreto, como também a Nívea Brito por ter feito o mapa que compõe o mesmo. Sou muito grato a Dryele Dávila, por ter aceitado fazer a revisão da língua portuguesa e que tanto contribuiu para além disso, trazendo novas propostas para melhorar a redação deste trabalho.

Temos muitos colegas, mas dentre tantos separamos alguns poucos amigos que segurarão suas mãos em um ato de cuidado mútuo. Foi assim que aconteceu comigo e meus amigos de turma desde o primeiro mês de mestrado. Um ajudou o outro, tirando as dúvidas que surgiam, compartilhando cada um à sua experiência no programa e com suas pesquisas, sempre trabalhando com a ideia de nunca nos separarmos, de escrevermos um livro, de tomar sopa juntos nos arredores da universidade e nossos mil planos de nos reencontrarmos quando essa pandemia passar, todos mestres. Daniela, Flávia, Isabel e Sérgio, vocês não imaginam o quanto me ajudaram nesse processo e sou muito grato por cada momento que dividi com vocês, seja pessoalmente, seja remotamente. Agradeço também a Rayanne Matias que foi de fundamental importância nos momentos de crise de ansiedade e que, mesmo de longe, me acalmou em muitos desses períodos difíceis e nunca me deixou acreditar que eu não conseguiria.

E por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Cabral, que desde a época da especialização vem amadurecendo comigo as minhas pesquisas sobre o período holandês em Pernambuco, como também estender para a Prof. Dra. Lídia dos Santos, que esteve em minha banca de seleção e, desde então, vem contribuindo para a melhoria desse trabalho desde o início. É uma honra para mim ter o Prof. Dr. Rômulo Nascimento como examinador externo, dado ao seu grande conhecimento sobre esse tema que ousou tratar, cujo me faz sentir-me privilegiado por ser avaliado por um pesquisador tão bem gabaritado sobre o tempo dos flamengos e que é leitura obrigatória para quem pretende se deter a esse assunto. Finalizo dizendo que, para tornar possível o meu retorno ao programa após um trancamento e uma desistência, essa última não aceita pelo coordenador do programa e por meu orientador, a concessão da bolsa de estudos que financiou as mensalidades foi fundamental para que eu pudesse concluir esse processo. Por isso agradeço a Fundação Antônio dos Santos Abranches (FASA) por esse tão estimado custeio educacional.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir como se desenvolveu no imaginário coletivo recifense um certo saudosismo tanto ao período da ocupação holandesa quanto aos eventos belicosos de triunfo do exército restaurador, ao ponto de, no decorrer dos séculos XIX e XX, multiplicar-se as produções acadêmicas, jornalísticas e artísticas sobre a presença flamenga em Pernambuco. Visa-se, a partir deste estudo, investigar em primeiro momento o que fundamentou a ideia de um período áureo de administração batava; em segundo passo, discutir-se-á como esse mito foi validado a partir de intensa produção acadêmica durante o século XX; e, por último, como esse ressurgimento do tema toma o imaginário coletivo dos habitantes do Recife por meio das colunas jornalísticas e das obras de artes. Para isso, basear-se-á este estudo na tarefa metodológica da História das Mentalidades, a partir da obra “Ideologias e Mentalidades” (1991) do historiador francês Michael Vovelle (1933-2018). Para tal, nos dedicamos à análise de fontes bibliográficas, clássicas e recentes, jornais, obras de artes, dentre outros que fundamentam esse elogio nassoviano e restaurador. A partir disso, fundamentou-se a elaboração do produto desta pesquisa, composto por um mapa para execução de um roteiro turístico pelos atuais bairros do Recife, Santo Antônio e São José, acompanhado de uma cartilha contendo as histórias acerca dos lugares que se constituem como de memória – nos baseamos em Pierre Nora (1931-) e sua obra “Los lugares de memória” (2008, edição em espanhol) -desse passado recifense do tempo dos flamengos, de suas verdades e mitos.

Palavras-chave: Mito holandês. Maurício de Nassau. Recife holandês. Turismo Pedagógico.

ABSTRACT

This work seeks to discuss how a certain nostalgia developed in the imaginary collective of the people of Recife in regards to the Dutch occupation as well as the triumphant bellicose events of the restorative army, to the point of multiplying academic, journalistic, and artistic productions about the Flemish presence in Pernambuco throughout the XIX and XX centuries. With the aim of, through this research, investigating in foremost what founded the idea of a golden age of Dutch administration; secondly, discussing how this myth was validated starting with the intense academic production during the XX century; lastly, how the resurgence of this subject takes the imaginary collective of the inhabitants of Recife through journalistic columns and works of art. For this, the study will be based on the methodological assignment of History of Mentalities, from the work "Ideologies and Mentalities" (1991) of the French historian Michael Vovelle (1933-2018). For such objectives, we dedicated the analysis of bibliographical sources, classic and contemporary: newspapers, tridimensional documents, works of art, and others, which establish this restorative and Nassovian praise. From this, the elaboration of this research's product was grounded, composed of a map for the execution of a tourist itinerary through the current neighborhoods of Recife, Santo Antonio and São José, accompanied by a primer with histories about the places constituted as of memory – we base on Pierre Nora (1931-) and his work "Los Lugares de Memoria" (2008 - spanish edition) – of Recife's past in the time of the dutches, of their truths and myths.

Key-words: Dutch mith. Maurice of Nassau. Dutch Recife. Pedagogic tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes.....	24
Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Recife. Foto: Foto: anônima, 1939.	24
Figura 3 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Olinda.	24
Figura 4 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Itambé.....	25
Figura 5 - Placa em Jaboatão dos Guararapes - PE com o slogan "a pátria nasceu aqui". Foto: Danilo Rodrigues, 2016.....	27
Figure 6 - Mapa "Pharnambuci" (c. 1640) de Nicolae Visscher (1618-1679), onde podemos observar a pequena parte habitada no povoado do Recife (esquerda) em oposição a grande vila de Olinda (direita).....	29
Figura 7 - Coronel holandês, Deiderick van Waerdenburch, pintado por Isaac Mijtens e gravado por Willem Hondius, 1630.	32
Figure 8 - Coronel polonês, Chrestoffle Arciszewsky, sem menção de autoria, 1644.....	32
Figura 9 – Retrato de João Maurício de Nassau-Siegen, gravura de Theodor Matham (1647).	36
Figura 10 – Detalhe da gravura Boa Vista de Frans Post (1647), indicando ao centro pela letra F a Igreja dos Franceses, atualmente Igreja de Santo Antônio da Ordem Franciscana do Recife.....	41
Figura 11 – Igreja de Santo Antônio e o Convento Franciscano do Recife. Foto: anônima, c. 1930.	42
Figure 12 - Sinagoga Kahal Zur Israel, em Recife (2021).	42
Figura 13 – Gravura anônima de 1644, detalhe da Igreja do Corpo Santo, no Recife, indicado pela letra A.....	42
Figura 14 - Sobrados de Amsterdã, na Holanda. Foto: Rogério Ramos, 2020.	44
Figura 15 - Gravura da Rua dos Judeus e seus sobrados, de Zacharias Wagener (1641).	45

Figura 16 - Vista do Palácio de Friburgo ou Palácio das Torres, gravura de Frans Post (1647).	46
Figure 17 - Planta do Recife e da Cidade Maurícia, de Johannes Vingboons (1665).	48
Figura 18 – Gravura sobre desenho do Palácio e da Ponte da Boa Vista, de Frans Post (1647).	50
Figura 19 – Vista do povoado e ponte do Recife e da Cidade Maurícia, gravura de Frans Post (1644).	51
Figura 20 - Vista do Recife e da Cidade Maurícia ligados pela Ponte holandesa do Recife no final do século XVII, um grande centro urbano. Gravura de Andrea Antonio Orazi (1670-1749), publicado na Itália em 1698.....	51
Figura 21 – Fotografia anônima de Francisco Adolfo Varnhagen.	71
Figura 22 – Sede do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, na rua do Hospício, em Recife. Foto: anônima, 1918.	72
Figura 23 – Imagem capturada do vídeo “Passeio Virtual – IAHGP”, de 2009, onde podemos observar o acervo sobre o período holandês no museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.....	72
Figura 24 – Fotografia anônima de José A. Gonsalves de Mello.....	76
Figura 25 – Fotografia anônima de José Hygino Duarte Pereira.	76
Figura 26 – Fotografia anônima da sala onde está a exposição "Frans Post e o Brasil Holandês".	93
Figura 27 - Gravura do Conde Maurício de Nassau emoldura com documento original em pergaminho, autor, de 1667.....	93
Figura 28 - Busto de Maurício de Nassau (Réplica da obra de Bartholomeus Eggeres, datada de 1664, na Alemanha).....	93
Figura 29 - "Batalha dos Guararapes" (1758), atribuído a Manoel Dias de Oliveira.....	96
Figura 30 - Painéis que compõe a obra "Batalha dos Montes dos Guararapes" (1781), de João de Deus e Sepúlveda.....	97

Figura 31 - Painel "Primeira Batalha dos Guararapes" (1801), de José Fonseca Galvão. Foto: sem autoria, 2016.....	97
Figura 32 - "A Batalha dos Guararapes" (1879), de Vitor Meireles. Foto: Eduardo Marques.	98
Figura 33 - Mural Batalha dos Guararapes, de Francisco Brennand. Foto: Reprodução/Google Street View, 2019.	102
Figura 34 - Monumento da Restauração dos Guararapes, de Francisco Brennand. Foto de Vitor Tavares, 2020.	102
Figura 35 - Hospital da Restauração, no Recife.	104
Figura 36 - Hospital Tricentenário, em Olinda.....	104
Figura 37 - Avenida Guararapes, nomeada assim graças as duas batalhas de mesmo nome. Foto: Paulo Allmeida, 2021.....	106
Figura 38 - Ponte Maurício de Nassau, construída em local aproximado da Ponte do Recife. Foto: anônima, 2017	107
Figura 39 - Ponte da Boa Vista, construída em local aproximado da atual "Ponte de Ferro". Foto: anônima, 2010.	108
Figure 40 - Mapa com o roteiro do Turismo Pedagógico que acompanha a cartilha.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A “TELA DE FUNDO”: UMA COLONIZAÇÃO HOLANDESA	19
1.1 Mitologia nostálgica: uma reflexão preliminar	19
1.2 Recife pré-Nassau: administração dos comandantes militares da WIC	29
1.3 O Recife Nassoviano: uma Amsterdã brasileira.....	34
2. O “TRAUMA” HISTÓRICO: ATUALIZANDO O IMAGINÁRIO COLETIVO	53
2.1 O Recife sem Nassau: Restauração Pernambucana e construção da memória coletiva	54
2.2 Construindo uma história nacional: dos Guararapes até o Império do Brasil	65
2.3 O interesse sobre o Brasil Holandês: O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco	71
3. ATRÁS DO VISÍVEL: O “MITO EM MIGALHAS”	79
3.1 O tema do “bom colonizador holandês” nos jornais pernambucanos	80
3.2 Nostalgia nassoviana e restauradora: o paradoxo dos elogios nas artes.....	91
3.3 Batismo de espaços públicos em homenagem a Nassau e aos restauradores	103
4. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	109
5. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO	116
6. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	119
7. APLICAÇÃO DO PRODUTO	122
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
9. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES	126
10. BIBLIOGRAFIA	127
11. APÊNDICE	129

INTRODUÇÃO

As linhas que se sucederão são resultado de pesquisa, leitura, fichamentos e análises acerca do período da ocupação holandesa nas capitanias do Norte do Brasil. Antes de concluir a licenciatura em História, passei um semestre estudando na Noruega, onde deixei alguns ouvintes de uma palestra impressionados quando apresentados a informação de que parte do Brasil fora administrada por uma instituição comercial holandesa e se estabelecendo um período de colonização por parte de empresários, cuja sede estava em Amsterdã, na Holanda. Não houve tempo para entrar em detalhes, principalmente porque o momento de curta fala tinha sido planejado para se abordar sobre a história do Brasil no geral. Regressando à Pernambuco, conclui a graduação e decidi dedicar-me à pesquisa sobre o tema e fazer dele um projeto de dedicação acadêmica.

Primeiro comecei por estudar se houve mesmo tolerância religiosa no Brasil holandês como está dito nos livros didáticos para o ensino regular, deparei-me com meu primeiro mito sobre o período; depois, já no mestrado, me encontro com a construção mitológica do bom colonizador holandês, o Conde Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644), que é evocado na historiografia tradicional, como os cronistas e biógrafos dos seiscentos e dos setecentos, além do jornalismo do século XIX e XX, dentre outras, como um exemplo de governante desenvolvimentista e tolerante. Outros mitos foram pulando diante de meus olhos, como quem estivesse escavando um sítio arqueológico e encontrando informações que contradizem o que imaginariamente foi disseminado. O período holandês é repleto de verdades e mitos que pretendo expor e desconstruí-los nesse trabalho.

Quando se escolhe um tema para desenvolver uma pesquisa acadêmica espera-se que a principal motivação seja a pessoal, aquela razão pelo qual em algum momento da vida como discente universitário levou-nos aos primeiros interesses movidos pela curiosidade e fascínio. Porém, essa motivação primeira não é suficiente, pois, a partir de uma pesquisa preliminar, o proponente precisa cumprir alguns passos metodológicos importantes que averbará a relevância e o valor da proposta para a produção de conhecimento na academia. Então, delimitar o tema escolhido em seu recorte temporal, em uma proposta metodológica específica e norteadora, organizar uma lista de referências bibliográficas que transite pelos

clássicos e pelos atuais, assim como definir quais os objetivos que se pretendem desenvolver, dentre outros, foram cruciais para levar-me de um fascínio à uma pesquisa.

Nesse sentido, aponto para a relevância dessa pesquisa, visto que esse trabalho tem como objetivo investigar como o imaginário coletivo recifense propagou em diferentes meios a ideia de que o período no qual essa cidade foi governada por personagens ligados a Holanda, como Conde Maurício de Nassau, entre 1637 até 1644, transformou o Recife de um pequeno povoado ligado ao porto em um dos mais importante e desenvolvido centro urbano das Américas. A partir disso é que o personagem do governador do Brasil holandês, o Conde Maurício de Nassau, é evocado como o grande responsável por esse passado memorável que ecoa até os dias de hoje.

Denis Bernardes (2003, p. 20), nos lembra como o cargo máximo na prefeitura do Recife ainda hoje parece animar seus ocupadores. Animar ou assombrar? Assombrar no sentido do tamanho que é o personagem Maurício de Nassau para a memória política da cidade. O ex-prefeito João Paulo sagrou-se o primeiro líder do executivo municipal a vir da classe dos trabalhadores e isso, antes de tudo, já é uma busca por legitimidade diante da grande população recifense. Não bastasse isso, em discurso de posse, o então prefeito da capital pernambucana, em janeiro de 2001, expressou sua vontade de ser lembrado como um novo Nassau. Mas o ex-prefeito João Paulo não foi o único a desenterrar o Conde alemão para animar a sua plateia. Durante o século XX, várias foram as notícias nos principais jornais pernambucanos que traziam os discursos calorosos de diferentes políticos que utilizaram-se das memórias nassovianas para propagar sua própria imagem como visionários.

As contribuições desta pesquisa está na proposta de compreender a força que assume o mito do holandês como um colonizador melhor que o português e que será conteúdo na construção do imaginário coletivo, desde de uma escrita da versão nativista, passando por suas atualizações até chegar como uma série de lembranças nostálgicas para os recifenses atuais que não a viveram. Essencial é a busca nas fontes onde está esse passado holandês que desapareceu com as sucessivas reformulações urbanísticas da capital pernambucana e, não só isso, mas também revisitar a produção acadêmica, jornalística e artística durante os séculos XIX e XX para averiguar quais estratégias foram utilizadas para o desenvolvimento de um conhecimento e de um discurso oficial sobre o período holandês. Assim, essa visita às produções sobre o período nos fornecerá subsídios para, a partir disso, compreender a difusão para o grande público acerca desse orgulho e nostalgia de um dia o Recife ter sido um

importante centro urbano, intelectual e artístico no Novo Mundo. Inclusive os que elogiam a administração de Nassau, muitas vezes, são os mesmos que se orgulham dos restauradores que puseram fim ao domínio holandês por aqui e isso graças a um lugar de fala acadêmica e jornalística que se torna base para qualquer outra expressão que tenha abordado tais temas, seja o elogio ao governo nassoviano, seja o orgulho dos eventos militares que deram fim a presença flamenga em nossa região.

O atual estado desse tema é um ponto interessante de se notar, porque muito já foi produzido sobre o período de colonização dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas no Brasil. Temos à disposição clássicos que abordam temas diversos sobre esse momento histórico tão importante para o Recife, para Pernambuco e para o atual Nordeste do Brasil, como Gaspar Barléu (1584-1648), Frei Manoel Calado (1584-1654), Pieter Marinus Netscher (1824-1903), José Antônio Gonsalves Mello (1916-2002), Evaldo Cabral de Mello (1936-), Luiz Felipe Alencastro (1946-), dentre outros. Entretanto, a própria análise da história da produção dos primeiros acervos sobre o tema, ainda no período imperial até o desenvolvimento das primeiras análises, durante o século XX, sobre os vinte e quatro anos de presença holandesa em nossas terras já pode nos revelar muito sobre o mito fundador desse discurso, o papel dos institutos históricos e do próprio conhecimento que diplomatas, historiadores e juristas do Recife irão produzir sobre o tema.

É crucial para fomentar novas análises sobre a colonização, dita holandesa, a pesquisa em novas fontes para que surja novas possibilidades de análise e compreensão, como apontou o Professor Denis Bernardes (2003, p.19) na seguinte citação: “as diversas memórias do período holandês ainda estão esperando uma história de longo fôlego”. Os jornais revelam muito como o povo se alimentava do conhecimento já produzido sobre o tema, assim como os livros para o público acadêmico e as obras de artes ao céu aberto para os transeuntes da cidade, esses são, inclusive, os nossos novos fôlegos nessa análise sobre esse período.

Houve durante os séculos XIX e XX entre as principais mentes intelectuais pernambucanas um louvor à memória do Conde de Nassau, a exemplo de Pereira da Costa (1851-1923) e Gilberto Freyre (1900-1987). Suas ideias sobre o assunto repercutiam nos jornais, nas conversas internas e nos cursos e palestras que movimentavam a vida científica no Recife. Não podemos deixar de lembrar dos políticos envolvidos na legislatura municipal recifense e na estadual, como o deputado do PFL, Felipe Coelho (1924-2004), desenterravam da memória do povo o nome de Nassau e dos heróis restauradores em seus discursos.

Nesta pesquisa tratamos de apresentar alguns mitos sobre a administração de Nassau, do que não passa de achismos ou de propaganda pessoal até os que trazem algumas verdades sobre o período. A exemplo dos mitos, temos um dos seus principais, que o Conde tenha fundado a cidade do Recife e feito dela uma Nova Amsterdã ou, ainda, de ter sido totalmente tolerante com a religião dos colonos. Já acerca do que se pode apontar como verdade, temos o fato de Nassau ter se empenhado em trazer para a Cidade Maurícia um novo aspecto urbanístico, ressaltando, porém, que esses planos são anteriores a sua administração. Hoje já podemos afirmar que e o governo nassoviano não foi essa calma como muitos ainda pensam, isso porque o próprio empenhou-se na atividade expansionista pelas capitâneas do Norte brasileiro, combatendo focos portugueses, subjugando grupos indígenas diversos e tomando áreas africanas de onde era trazidos grandes quantidades de escravizados.

É notável que o Conde Maurício de Nassau animou e anima ainda o imaginário coletivo pernambucano com seus feitos administrativos, políticos e jurídicos. Tirando seus exageros e acréscimos, não comprováveis historicamente, não há como negar que o Conde de Nassau foi um importante personagem que figura em nossa história como um herói civilizador. Seja pelo o que fez ou pelo o que disseram que ele realizou, o conde alemão ainda dedicará muitos estudos e alimentará a curiosidade de muitos pesquisadores e leitores.

Em contrapartida a Nassau, está o panteão restaurador, como nos trouxe o historiador Evaldo Cabral de Mello (1936-) em sua obra “Rubro Veio”, de 1986, e o grande sentimento nostálgico construído a partir da imagem dos heróicos líderes da Restauração Pernambucana (1645-1654) erigida inicialmente por biógrafos, ainda um pouco após a capitulação do Recife (1654), passando pelos eventos belicosos dos Mascates (1710-1711), Revolução Pernambucana de 1817, Confederação do Equador (1824) e Revolução Praieira (1848-1850). O público não só recifense, mas pernambucano, se alimentaram deste conteúdo que advém da produção historiográfica nativista, produzida justamente nos séculos XVII e XVIII e que norteará a publicação de outras obras, já nos oitocentos. Essa historiografia tradicional também servirá de modelo para as produções artísticas e jornalísticas, sempre louvando os restauradores. Como bem averiguou Evaldo Cabral, a construção desse panteão custou a exclusão de outros personagens tão importantes para a empresa restauradora quanto os quatro personagens aclamado pela memória regional.

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar sobre a construção, propagação e as diversas atualizações do mito do bom colonizador holandês em Pernambuco. Em especial, apresentar como esse referido mito foi construído a partir de análises da administração de Nassau em comparação com períodos antes e depois de seu governo, bem como colocar a obra de contemporâneos à Nassau, como o de Gaspar Barléu em diálogo com a documentação holandesa analisada por importantes historiadores, como José Antônio Gonsalves de Mello (1916-2002). Não apenas isso, mas também investigar quando e como o mito do bom colonizador holandês foi revisto a partir da atividade de intelectuais e acadêmicos recifenses, como de mesmo modo uma nostalgia ao panteão restaurador. E, por fim, pesquisar como o jornalismo, a arte e as homenagens ao mito contribuíram para a propagação no imaginário coletivo recifense uma nostalgia tanto nassoviana quanto restauradora.

Esta pesquisa está sedimentada em uma análise bibliográfica de importantes autores, como Manuel Correia de Andrade (1999), Evaldo Cabral de Mello (2008, 2010 e 2011), José Antônio Gonsalves Mello (1987), Luiz Felipe de Alencastro (2000), José Luiz Mota Menezes (2003), Leonardo Dantas Silva (2012), Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (2020), dentre outros, que se dedicaram a estudar sobre o período holandês, bem como a contribuição de importantes acadêmicos da área de arquitetura e urbanismo que também se debruçaram em suas pesquisas a discorrer acerca da expansão urbanística no governo do Conde de Nassau; como também da grande obra biográfica de Gaspar Barléu (2018) sobre os feitos nos oito anos do governo de Nassau. Além disso, dedicaremos a analisar jornais pernambucanos no século XIX, o Diário de Pernambuco, e no século XX, o Diário da Manhã, a fim de revisitar a memória jornalística e identificarmos como esses periódicos noticiaram o governo de Nassau, ajudando a propagar seu ímpeto civilizador e os elogios aos bravos feitos militares dos restauradores.

Para esta pesquisa usar-se-á como referencial teórico a História das Mentalidades tomando como aporte a obra “Ideologias e Mentalidades” (1991) do historiador francês Michael Vovelle (1933-2018). Acerca do mito, nos apoiamos em Mircea Eliade (1907-1986) e sua obra “Mito e Realidade” (2006) e em Joseph Campbell (1904-1987), em “Mito e transformação” (2008). Sobre a ideia de “mito nacional” nos ancoramos em Marilena Chauí (1941-) a partir de seu livro “Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária” (2000). E para o conceito de “lugar de memória”, buscamos o aporte de Pierre Nora (1931-2012) e sua publicação intitulada “Los lugares de memória” (2008, edição em espanhol).

1. A “TELA DE FUNDO”: UMA COLONIZAÇÃO HOLANDESA

Quando se fala em colonização holandesa no Brasil pode-se incorrer na falsa ideia de que o Estado holandês tenha desenvolvido um empreendimento colonizador nas terras americanas. O mais coerente a se dizer, segundo Manuel Correia de Andrade (1999, p. 83) é que as conquistas das capitanias brasileiras do norte foram administradas a partir de uma companhia comercial com sede em Amsterdã, no qual era composta por neerlandeses, polacos, ingleses, alemães, franceses e judeus ibéricos. Então, não há sentido algum ainda esse tão diverso grupo ser chamado de colonizadores holandeses. Então, podemos dizer no máximo que o direito de colonização das terras brasileiras ocupadas em nome da Holanda na verdade foi cedida para a iniciativa privada, onde uma companhia de navegação e comércio empreendeu nessas possessões uma administração em prol dos interesses de investidores da *West Indians Compagnie* (WIC), ou em português, Companhia das Índias Ocidentais, no qual eram representados por seus diretores. Porém, vale ressaltar, como afirma Evaldo Cabral de Mello (2011, p. 62) que entre os principais acionistas da WIC estavam alguns delegados dos Estados Gerais dos Países Baixos, como também o próprio Príncipe de Orange.

1.1 Mitologia nostálgica: uma reflexão preliminar

Sobre a estrutura de um mito, Joseph Campbell (1904-1987) em sua obra “Mito e Transformação” (2008, p. 31-32) de início afirma que a função do mito é conciliar a consciência da vida com o fato dado da existência. Segundo o autor, as primeiras mitologias relatam a existência como ela é, sem máscaras ou melhoramentos. A mitologia teria como primeira função a de conciliar a consciência do existente com sua existência. Essa forma de realidade existencial parece ter sido invertida a partir do século VIII a.C., segundo o autor, visto que ao invés de evidenciar a existência como ela é, as mitologias passaram a apregoar uma fuga dessa realidade tão cruel que pode ser a vida. Algo fora do mundo passou a direcionar os mitos, uma fuga metafísica, uma fuga da realidade aparente das coisas, em direção ao que transcende, ao que não é dessa realidade.

Por isso o autor divide os mitos em três grupos: as que sempre rejeitam, querem se retirar dessa realidade participando dela minimamente; as que sempre afirmam tudo, fazem parte de tudo isso, não se evadem; e, por último, as que afirmam o mundo na medida em que ela for do jeito que se acha que deve ser (CAMPBELL, 2008, p. 33-34). É essa terceira característica do mito que nos parece uma importante contribuição para esta reflexão, dado que a pergunta: “se os holandeses não tivessem sido expulsos, o Brasil estaria em níveis melhores de desenvolvimento?”, é uma verdadeira evasão daquilo do que foi real, ou seja, a colonização portuguesa e a atual realidade nacional.

Para Campbell (2008, p. 34):

Uma ordem mitológica é um conjunto de imagens que dá à consciência um significado na existência [...] Esta é a primeira função da mitologia: incutir em nós um sentido de deslumbramento grato e afirmativo diante do estupendo mistério que é a existência. A segunda função da mitologia é apresentar uma imagem do cosmos, uma imagem do universo que nos cerca, que conserve e induza essa sensação de assombro.

Tendo em vista a criação do mito do desenvolvimentismo legado pelos neerlandeses ao Recife, em especial, é que se apresenta no imaginário popular uma rota de negação à aceitação de diversas crises atuais que pesam sobre nosso povo, claro que como consequências dramáticas do modelo colonial imposto pelos portugueses à nossa região. Partindo desse pressuposto de Campbell, a memória popular evocaria o tempo da ocupação flamenga como um período que nunca deveria ter sido interrompido. Seria esse momento da história pernambucana que deveria representar um passado colonizador de nostalgia que, como consequência, levaria à experimentarmos hoje uma outra forma de existência em quanto sociedade, graças à uma mítica colonização holandesa bem sucedida ou, do “bom colonizador holandês”. Para Campbell a verdade não é a questão central quando estamos falando de mitologia. O que está em jogo é o sentido terapêutico, no sentido de reanimação da expectativa por significado diante da própria existência, que as histórias encantadoras dos mitos concedem as pessoas (CAMPBELL, 2008, p. 35).

Michel Volvelle, por sua vez, afirma que por trás dos comportamentos, gestos, atitudes e forma de ver o mundo de toda uma coletividade específica, há um contexto de fundo que, a longo prazo, produzem as representações coletivas, atitudes e todo o ritual de uma época. Essa “tela de fundo” é o que está por trás de um evento traumático, de tensão e de mudanças, que o justificam e lançam, no tempo longo, uma lenta atualização dos valores e

percepção do mundo, que, a partir dele não será mais o mesmo. Se estamos nos propondo a compreender o imaginário coletivo sobre o período holandês, então esse momento de trauma foi o movimento da revolta, da insurreição e da guerra. Se os que passaram pela revolta, mas que a viveram não mais do que testemunhas oculares, não tiveram um porta-voz sequer de sua versão de mundo, não podemos dizer o mesmo da elite restauradora. Porém, de uma forma ou de outra a exclusão dos co-participantes do projeto insurreto contra os holandeses nos apontam para um vestígio, isto é, a açucarocracia revoltosa amontou de conteúdo o imaginário coletivo sobre esse período, prestigiando os seus pares, excluindo desafetos e se alimentando do ódio pelo invasor que fora expulso. Podemos ver bem isso na obra o *Valeroso Lucideno* (1668) de Frei Manoel Calado, em seu empenho em santificar os líderes da insurreição e demonizar o estrangeiro. Nesse sentido, afirma Michel Volvelle (2008, p. 63):

A longo prazo, que muitos concordam em reconhecer como o tempo próprio da história das mentalidades, a literatura veicula as imagens, os clichês, as lembranças e as heranças, as produções sem cessar distorcidas e reutilizadas do imaginário coletivo. Não chegamos a falar nem do conto nem da lenda, mas é evidente que toda mitologia passa por uma expressão literária.

O historiador das mentalidades vê-se questionando o problema da origem, regressando ao tempo curto da chama revolucionária – no nosso caso, restauradora – e contextualizando a evolução da fumaça do acontecimento trauma, penetrada no imaginário coletivo no decorrer da longa duração e cristalizando os reflexos simbólicos. Decerto que os acontecimentos traumas não estão desconectados de uma inquietude coletiva, seja da contestação social ou da opinião politizada, uma “tela da cultura e da ideologia” (VOLVELLE, 2008, p. 369) em um tempo anterior ao evento traumático, justamente o clima efervescente anterior a revolta que resultará na grande ruptura dos valores existentes. O evento traumático da Restauração Pernambucana (1645-1654) foi resultado de crises de valores, nesse caso, à respeito da presença dos holandeses (1630-1654) e da demissão do Conde de Nassau, em 1644, que antecede o episódio restaurador. Daí para frente, a crise de valores causada pelo evento trauma dará, como consequência, em mutação da sensibilidade coletiva e desenvolvimento de novos valores que, lentamente, na longa duração, fundamentará uma nova forma de ver e explicar os fatos ocorridos (VOLVELLE, 2008, p. 373-374).

Em *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello, e no *Valeroso Lucideno*, de Frei Manoel Calado, podemos perceber a queixa repetida do que o Recife e outros lugares submetidos à autoridade da Companhia das Índias tinham se tornado. Os

valores de uma sociedade lusa e católica tomadas por holandeses protestantes e judeus ibéricos, modificara a dinâmica da administração, da religião e do comércio da região ocupada. A Restauração Pernambucana não retoma o modelo anterior aos flamengos, mas formula novos, a partir de sensibilidades coletivas atualizadas pelo evento traumático e de sua tela de fundo, que é seu antecessor. O sentimento cívico, durante o tempo mediano, moldará esse novo código de valores, gerenciado pelas elites das forças restauradoras, que tanto a criará como fará adaptações sempre que se achar necessário. Diz Volvelle (2008, p. 397) que:

O culto cívico, o engajamento desmedido no bem coletivo, a pátria, o investimento, crença na felicidade das gerações vindouras, e até a vida ou sobrevivência na memória coletiva [...]. São esses os novos valores-chave que caucionam e sacralizam a prática social que busca então legitimar-se.

A partir disso, o que Volvelle (2008, p. 398) denominou de *Homo novus* revolucionário é, para nós, esses personagens que pós-restauração imita e perpetua a adaptação da versão cívica à escrita da elite na memória coletiva. Eles se assumem como herdeiros desse modelo moral e cultural, ora consciente e reivindicada, ora inconsciente e enraizada. Para a história das mentalidades o trauma histórico, a Restauração Pernambucana, tem mais valor pelo o que se processa como consequências na memória e no imaginário coletivos do que no seu evento em si, pois renova-se toda uma visão de mundo.

É interessante como a história das batalhas dos Guararapes (1648 e 1649) serviu para animar os guerreiros descendentes dos restauradores, que, segundo afirma Evaldo Cabral (2008, p. 208), mesmo sem mais nenhum estrangeiro para deitar fora do Brasil, havia ao menos as insatisfações revolucionárias motivadas pelas inquietações internas, fato que contribuirá para que no imaginário posterior Pernambuco fosse conclamado como a “Esparta brasileira” e que, atualmente, o trecho do hino estadual “Nova Roma de bravos guerreiros”¹ (MELLO, 2008, p. 207), sempre prontos para a guerra mesmo que ela não viesse, é nada mais que um eco desse imaginário que não se perdera com o tempo. Frei Caneca não economizou críticas à monarquia portuguesa que desvalorizava os militares pernambucanos que não chegavam a ser mais que capitães de infantaria (MELLO, 2008, p. 210).

¹ “Na glória das armas [asseverará Loreto Couto] não seria temerária a primazia dos pernambucanos aos romanos”, que não haviam combatido contra “uma potência superior nem ainda igual à sua” (MELLO, 2008, p. 207).

Nesse sentido, contamos como conteúdos mitológicos todos os acontecimentos primeiros, em consequência dos quais os homens são o que são atualmente, perpetrado na tradição ao qual ficaram com os mais velhos a incumbência de repassá-las as gerações futuras e preservá-las para sempre (ELIADE, 2006, p. 16). Recorrendo e ressignificando o passado constituído de simbologias idílicas, filhos e netos é como os pernambucanos do século XIX eram instigados a se compreenderem dentro do processo revolucionário, contra outro arbítrio, outrora holandês, naquele momento lusitano.

O que é mais próprio nos mitos, segundo Eduardo Cruz (2004, p. 34) são os símbolos. Os símbolos tomam a função específica dentro do ritual e da mitologia, uma das formas mais primordiais e duradoras no homem, daí destruir símbolos agregue o sentido de sacrilégio, desrespeito grave aos que são dignos de culto. Falar em culto cívico aos restauradores não invalida a existência de culto à memória de um tempo holandês onde Recife era destaque nas Américas. A arquitetura e o urbanismo praticado pelos arquitetos da comitiva de Nassau, teimou em povoar o imaginário do recifense como uma herança positiva do tempo dos flamengos. Acredita-se que as atuais ruas do Recife Antigo ainda configurem um traçado dos arquitetos batavos, afirmação de difícil sustentação, visto que nos séculos seguintes essa mesma área fora constantemente atualizada. O que tem de holandês em Recife? Mais crença popular do que edifícios de pé. Mas não faltam desses símbolos que remetem a mentalidade coletiva à nostalgia, como as pontes, os fortes e os casarões altos à moda da Holanda.

Por outro lado, importantes símbolos foram as igrejas edificadas em agradecimento pelas vitórias contra os holandeses. Grande memoriais da vitória do reino luso e da fé romana continua grande parte de pé. A exemplo, citamos a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres que fora erigida a mando do general Francisco Barreto de Menezes, no Monte dos Guararapes; a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Olinda, edificada pela ordem de João Fernandes Viera em graça a vitória nas Tabocas; a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Itambé, construída a pedido de André Vidal de Negreiro; e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Recife, edificada graças a Henrique Dias e sua vitória contra um ataque holandês à sua estância (MELLO, 2008, p. 32).

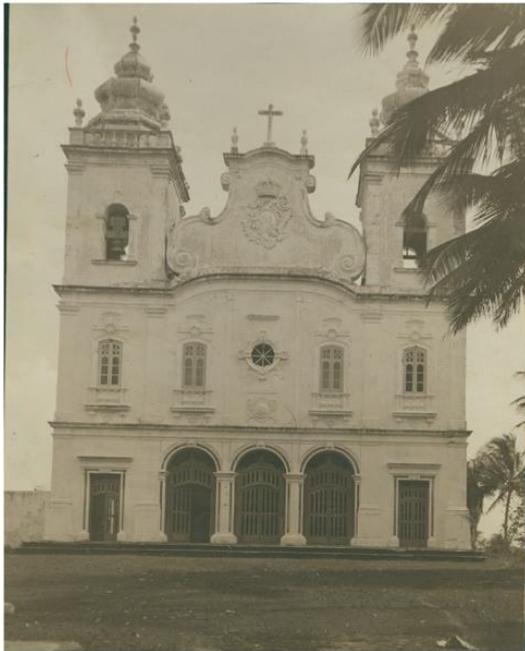


Figura 1 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes.

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445311&view=detalhes>

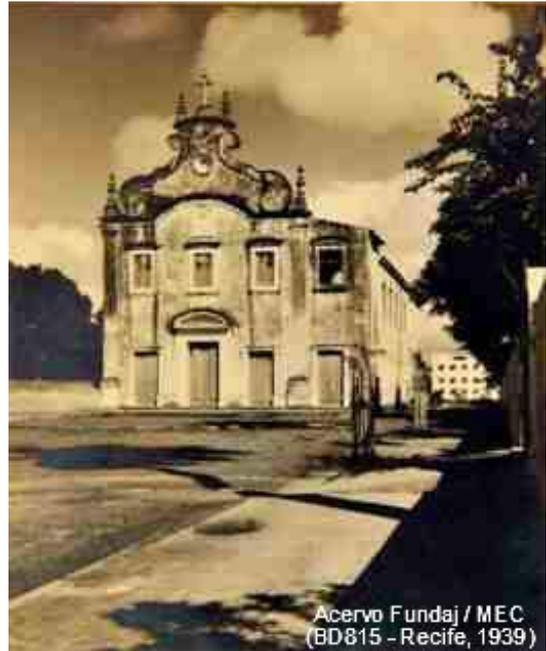


Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Recife. Foto: Foto: anônima, 1939.

Fonte: <http://basilio.fundaj.gov.br>



Figura 3 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Olinda.

Fonte: <http://www.santacasarecife.org.br/unidades/educandario-santa-tereza/>



Figura 4 – Fotografia anônima da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, em Itambé.

Fonte: <http://newtonthaumaturgo.blogspot.com>

Para Marcos Pimenta Marques (1994, p. 19-20) a mitologia é uma prática narrativa, são relatos transmitido ao longo de uma tradição. Não só isso, mas é um discurso sobre essas próprias narrativas míticas, ou seja, “um ramo do saber filosófico e científico que estudam a origem, o desenvolvimento e a natureza dos mitos, em si mesmos e na sua relação com outros tipos de discursos”. Nesse sentido, quando tratamos de mitologia estamos nos dedicando a uma posição de pesquisa histórica, como também de interpretação de textos disponíveis em distintos tipos de fontes, como a literária, científica, religiosa, teológica, jurídica, dentre outras.

O mito é uma coisa viva, isso porque ela faz parte da própria realidade, mantendo-se viva graças a tradição oral (MARQUES, 1994, p. 22). No caso do passado holandês nas capitâneas do norte do Brasil, logo se mandou transformar em letras os feitos do Conde Maurício de Nassau por Gaspar Barléus, como das façanhas belicosas dos líderes restauradores pelos Frei Manoel Calado (1584-1654), Frei Rafael de Jesus (1614-1693), Frei Maria Jaboatão (1695-1779), além de Brito Freyre (1625-1692) e Loreto Couto (1700-1757), para que no futuro ninguém desconhecesse de tais histórias. Talvez esses Heródotos da modernidade, com seus ensaios históricos recheados de conteúdos ainda míticos, se decepcionassem ao ver a constatação de Evaldo Cabral de Mello em *Rubro Veio* (2008, p. 26-27) sobre o esquecimento dos feitos no segundo quartel do século XVII em Pernambuco,

visto que empobrecera-se a tradição oral nos setecentos e pouco se ouvia falar sobre as tramas entre lusos e batavos, mesmo com os descendentes dos restauradores ainda em vida, nada havia além das publicações desses autores já citados. O que falar então do século XIX, ao ver que no Recife e arredores poucos sabiam sobre os eventos que deitou para fora da região o invasor holandês? Essa foi a constatação de Henry Koster em sua obra *Viagens ao Brasil*, traduzido e publicado em alguns volumes da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP).

“Os relatos míticos ordenam o mundo natural e o mundo social presente, ao se referirem aos tempos primordiais onde tudo-o-que é teve sua origem” (MARQUES, 1994, p. 23). Evaldo Cabral (2008, p. 13-15) põe a culpa no nativismo elitista dos seiscentos que moldara a forma de contar as histórias entre luso-brasileiros e neerlandeses, como que se lançasse grilhões à maneira de se compreender esse período e como se devia interpretá-lo, claro, a partir das obras produzidas logo após a capitulação do Recife, em 1654. Esses livros atendiam o interesse da nobreza açucareira de estabelecer uma única versão dos fatos ocorridos contra os flamengos. E parece-nos que o fato atendeu bem aos seus propósitos, já que o pouco de apetite que se demonstrou ter sobre o tema nos séculos seguintes, sempre se tendeu a voltar à essas produções dos primórdios. Os tempos eram tão longínquos que tais referências alimentaram a memória e a mentalidade coletiva. Até que chegamos à grande virada historiográfica do século XIX, com as pesquisas na Holanda de José Hygino Duarte Pereira, entre 1885-1886, quando então passamos a contar com novas fontes, nos desprendendo das obras do século XVII que fixava nas guerras holandesas a matriz ideológica da versão nativista desse gênio pernambucano sempre em luta pela liberdade.

Os mitos são relatos que pensam o mundo a partir de sua evolução genealógica, isto é, a partir das relações de parentesco é que se compreende o mundo a partir do mito, ou ainda, em busca de se conhecer e explicar a realidade se recorre à origem, em busca do pai (MARQUES, 1994, p. 23), ou no nosso caso, dos pais. Melhor outro termo para nossa análise, o panteão restaurador, como chama Evaldo Cabral em um dos seus capítulos de *Rubro Veio* (2008, p. 181-216). O nativismo ligado à açucarcracia presente nas obras seiscentistas ainda conseguiu lançar importantes intelectuais pernambucanos, sócios do IAHGP, a discordâncias sobre como interpretar o período holandês, dado o próprio conteúdo das obras dos primórdios do século XVII não haver certo consenso sobre as posições de honrarias ao qual ocupavam os

líderes restauradores em seus panteões próprios. Esses pais restauradores mobilizaram argumentações diferentes em cada intelectual na defesa desses heróis e na exclusão ou rebaixamento de outros, cada qual formando seus panteões restauradores. Mas uma coisa é certa, esses homens de épocas tão distantes, de um período em que os verbetes populares designavam como “da época dos holandeses”, foram e são até hoje consagrados regionalmente como os pais de um exército brasileiro ou até de uma pátria brasileira que nem existiam ainda, como consta atualmente nas placas de trânsitos do município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, por exemplo.



Figura 5 - Placa em Jaboatão dos Guararapes - PE com o slogan "a pátria nasceu aqui". Foto: Danilo Rodrigues, 2016.

Fonte: <https://jaboatodosguararapes.pe.leg.br>

A construção da versão oficial, por mais que aqui e ali haja formas diferentes de se interpretar os detalhes, no geral, o louvor aos heróis restauradores se sobrepôs à uma nostalgia ao colonizador holandês por um bom tempo. Assim como no mito, o culto público às divindades ou à personagens cívicos faz seus participantes retornar imagetivamente aos períodos primordiais onde esses seres especiais executaram suas façanhas e feitos memoráveis, na época em que existia o caos e fora ordenado o cosmo, como um eterno retorno ao que aponta Mircea Eliade (2006, p. 17). É no rito e no culto público que, nas memórias, os louvados voltam a vida no mundo atual. O mito, de acordo com Eliade, se apresenta como constitutivo do próprio homem, significando-o e atribuindo-lhe sentido.

Marilena Chauí (2000, p. 5) analisa o mito como uma forma de narração pública de feitos lendários de uma comunidade agregando seu valor de solução imaginária para suas tensões, conflitos e contradições que não se resolveram buscando outras estratégias. Assim, para a autora, o mito fundador alude um passado originário que o tempo não é capaz de fazer esquecer, pelo contrário, ele se conserva no presente através de impulso à repetição de algo imaginário. Nesse caminho, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p. 5).

É na memória, afirma Chauí (2000, p. 44), que os mortais encontram a imortalidade graças aos seus feitos dignos de serem lembrados, tornando-se não só memoráveis, mas exemplos a serem imitados. Podemos perceber o quanto esse passado restaurador foi desenterrado para alimentar o orgulho dos pernambucanos diante dos feitos militares na Restauração durante os movimentos revoltosos e separatistas em Pernambuco nos séculos seguintes. Proclamar o passado desses heróis e honrar sua memória em novos embates bélicos contra outros opressores foi sempre uma boa estratégia para inflamar o sediciosos. Mas e Nassau? Que, com sua popularidade entre os portugueses, atrasava a empresa libertadora e a restituição das capitânicas do norte do Brasil ao Império português, ora é cultuado pela memória coletiva, ora é demonizado. Toda essa mitologia da origem, concede um certo caráter ao governante, se bom, digno de louvor, se mau, digno de execração (CHAUÍ, 2000, p. 59). No caso da guerra restauradora, D. João IV era a alternativa mais viável do que permanecerem sendo governados pelos empresários da WIC.

Imaginar então que seríamos uma potência internacional atualmente pelos simples fato de termos sido "colonizados" pelos batavos, como são os Estados Unidos graças a colonização inglesa, é uma clara alternativa de buscar uma outra realidade onde nela não seríamos como somos hoje. Todavia, também é fechar os olhos diante de outros exemplos de países que hoje padecem de gravíssimos problemas econômicos, sociais e humanitários, no qual são heranças da colonização exploratória de suas regiões, seja inteiras ou em partes, empreendida pelos holandeses, a exemplo de Suriname, Filipinas, Gana e África do Sul.

1.2 Recife pré-Nassau: administração dos comandantes militares da WIC

Segundo José Antônio Gonsalves de Mello (1987, p. 35-38) o Recife do início do século XVII era um povoado triste, abandonado e sem vida, ocupada por marinheiros e pessoas que sobreviviam das atividades portuárias. Contrastando com a capital Olinda, de onde vinha até a água potável dos moradores do Recife. Os senhores de engenho olindenses atravessavam os alagados e os mangues de ponta dos pés quando precisavam se meter nesse lugar. Em contrapartida, era o pequeno povoado a entrada para a Capitania de Pernambuco, conseqüentemente de grande cobiça dos mercadores que atracavam seus navios carregados de todos os tipos de produtos do mundo e partiam abarrotados principalmente de açúcar e pau-brasil. Não é à toa que, depois do insucesso na Bahia, a atenção dos invasores holandeses se voltaram para a Recife. Isso graças ao conhecimento que a Companhia da Índias Ocidentais (WIC) já demonstrara ter da capitania, do litoral, dos portos, do regime dos ventos, das riquezas e da agricultura, resultado de uma diversidade de documentos produzidos sobre o Brasil e publicados em Amsterdã, que incentivavam a sua tomada do monarca ibérico, Felipe II, inimigo da república holandesa.



Figura6 - Mapa "Pharnambuci" (c. 1640) de Nicola e Visscher (1618-1679), onde podemos observar a pequena parte habitada no povoado do Recife (esquerda) em oposição a grande vila de Olinda (direita).

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A força militar neerlandesa foi tão superior que até quem tinha riquezas e muito a perder em Olinda, decidiram abandoná-las e fugir daquela invasão. A dificuldade que a WIC terá para conquistar outras partes do norte do Brasil ou apenas proteger suas possessões, nem de perto se compara a tanta facilidade encontrada pelos invasores no caso de Olinda e Recife, em 1630. Aqui estabelecido, o primeiro governador holandês Deiderick van Waerdenburch (1630-1633) deixa claro aos diplomatas enviados a ele por Mathias de Albuquerque, antigo donatário de Pernambuco, que não se tratava de pirataria, mas sim de estabelecimento duradouro na capitania. Apesar disso, os batavos se viram amontoados numa pequena faixa de terra passando por diversas dificuldades, pois naquele lugar nada se produzia, as despesas eram enormes, contudo, não se deixava que nada fosse percebido pelos diretores da Companhia, enviando a eles sempre que podiam, importantes remessas de riquezas da terra. Todavia, faltava de tudo para o cotidiano dos novos donatários do Recife, Olinda e regiões circunvizinhas, desde alimentos básicos até madeira para usar de lenha. Tudo praticamente vinha da metrópole, pois a dificuldade e o perigo de se meterem no continente ainda era grande. Não bastasse tudo isso, os soldados da WIC se viram acometidos de uma doença chamada escorbuto sendo enviados para Fernando de Noronha para serem lá tratados e evitar ainda mais problemas para as tropas (MELLO, 1987, p. 39-44).

Muito se propagou no imaginário do povo recifense ter sido no governo do Conde Maurício de Nassau (1637-1644) as melhores decisões administrativas desses vinte e quatro anos de ocupação, a exemplo da ideia de expansão urbana da ilha do Recife para a de Antônio Vaz, como veremos na segunda seção deste trabalho. Todavia, Gonsalves de Mello (1987, p. 46) nos mostra que esse plano já constava em cartas do governador Waerdenburch aos diretores da WIC, solicitando autorização para destruir Olinda e estabelecer nas duas ilhas mencionadas o principal centro urbano dos domínios da Companhia no Brasil. Em outras cartas ao Conselho dos XIX, o coronel Adolph van Els aconselhava os diretores que era no Recife o lugar ideal para se fundar uma cidade e que com pouco tempo quem aqui viesse não iria querer morar em Olinda. É de Waerdenburch a solicitação aos superiores na Holanda, de se defender o povoado e a ilha de Antônio Vaz, transformando o Convento de Santo Antônio em um forte. Assim se fez, ergueu-se na ponta norte da ilha um forte batizado de Ernesto.

O príncipe de Orange, em reuniões com os diretores da WIC exigia que o governador do Brasil, Waerdenburch, fortificasse Olinda e não a evacuasse, exceto se uma grande ameaça

desembarcasse em seu litoral e organizasse uma ofensiva contra os neerlandeses. Tanto o governador quanto seus engenheiros demonstravam total desinteresse em fortificar Olinda, ao passo que se mobilizavam para convencer seus superiores da necessidade de se habitar a Ilha de Antônio Vaz. Inteligentemente, Waerdenburch usou o desembarque de 1000 soldados comandados por D. Antônio de Oquendo, para evacuar, destruir e incendiar Olinda, em 24 de novembro de 1631. Cerca de 7000 pessoas se espremeram no triste povoado do Recife. Era impensável a partir de agora adiar a expansão urbana para os arredores do Forte Ernesto e do Convento de Santo Antônio. Mapas anteriores a chegada de Nassau, observa-se como o Recife crescera após 1630, contando com casas de dois andares, palacetes como a residência dos Conselheiros políticos, além de outros tipos de moradias e paliçadas na Ilha de Antônio Vaz (MELLO, 1987, p. 47-50).

Morar no Recife pós governo de Waerdenburch era ter a disposição como opção para residir tanto o povoado portuário de intenso movimento, quanto a Ilha de Antônio Vaz com seu ambiente rural, poucas casas, um convento, um forte e muita calma. Enquanto na primeira localidade os alugueis eram mais caros, na segunda eram modestos, porém a comunicação com a parte portuária e mais habitada era bem dificultosa pela ausência de uma ponte, mas, em contrapartida, se encontrava água potável sem tantos problemas. A calma de Antônio Vaz não era sinônimo de abandono, pelo contrário, havia toda uma preocupação em se manter o local organizado e tranquilo sob pena de confisco dos imóveis. Era proibido por exemplo, deixar animais soltos na ilha. Então, não dá para sustentar que a chegada do Conde de Nassau inaugura em Antônio Vaz a sua urbanização tirando-a do esquecimento das autoridades, pois o máximo que podemos afirmar é que o príncipe alemão irá erguer na localidade um ousado projeto de expansão urbanística e sanitária, mas não irá inaugurá-la (MELLO, 1987, p. 50-52).

No lugar do coronel Waerdenburch, que pedira demissão e partia do Recife em 8 de março de 1633, segundo conta Pieter Marinus Netscher (1942, p. 125-127) em sua obra *Os holandeses no Brasil* (1853), foi nomeado o coronel Laurens van Rembach, que morrera numa incursão militar contra Albuquerque Coelho no forte Bom Jesus, em 1 de maio de 1633. Só a 11 de junho do mesmo ano outro governador e coronel foi nomeado para substituir Rembach, o tenente-coronel Sigemundt van Schkoppe, responsável por logo invadir e tomar toda a ilha de Itamaracá, tornando o local mais um ponto de partida de novas investidas

militares a fim de conquistar outras áreas do norte do Brasil. O retorno de Chrestoffle Arciszewsky, em agosto de 1634, com uma patente ainda mais alta da que tinha quando outrora deixara Pernambuco, desta feita major, além de coronel de todas as tropas no Brasil, foi revestido de autoridade máxima, apenas estando abaixo do Conselho Político.



Figura 7 - Coronel holandês, Deiderick van Waerdenburch, pintado por Isaac Mijtens e gravado por Willem Hondius, 1630.

Fonte:
<https://brasilhis.usal.es/es/personaje/diederick-van-waerdenburgh>

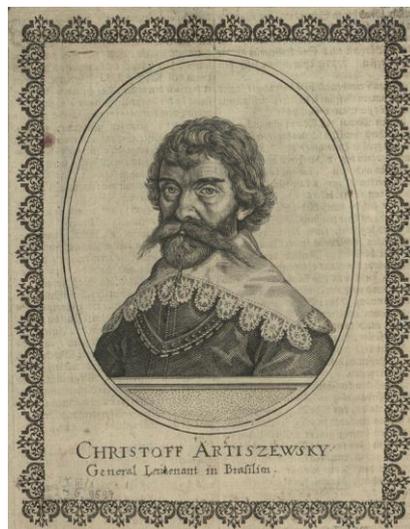


Figura 8 - Coronel polonês, Chrestoffle Arciszewsky, sem menção de autoria, 1644.

Fonte: <https://www.wilanow-palac.pl/>

A chegada de Arciszewsky poderia até parecer um insulto a autoridade de Schkoppe, mas o fato é que os dois tornaram-se imbatíveis nas várias empreitadas militares que submeteram às capitanias vizinhas, consolidando as conquistas anteriores e anexando novas terras aos domínios da WIC, até 1636, como a Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte. Além disso, impuseram derrotas as tropas ibéricas chefiadas pelo Duque de Lerma e do Conde de Bagnuolo, concretizando o fim da guerra de resistência à ocupação batava às vésperas da nomeação de um comandante supremo para as possessões da Companhia no Brasil, em 1637. Esse sucesso bélico da dupla de coronéis, segundo Netscher (1942, p. 132), se deu graças a humildade de Arciszewsky em não rebaixar a autoridade de Schkoppe com o seu retorno ao Recife. Essa sorte ele mesmo não tivera com a chegada do Conde Maurício de Nassau com patentes e títulos ainda maiores que as dele, fato que tornara insustentável sua presença em Pernambuco durante o governo do príncipe alemão, retornando novamente para a metrópole com uma série de acusações contra o governador-geral do Brasil. Todas foram

ignoradas pelo Conselho dos XIX, pelo Estados Gerais e pelo Príncipe de Orange (NETSCHER, 1942, p. 161).

Barléu (2018, p. 74) registra o quanto a WIC estimava sua colônia no Brasil merecendo até receber um governador-geral que cuidasse, em nome dos acionistas, do abastecimento de alimentos básicos à sobrevivência, armas e naus, empréstimos antigos e futuros, comércio com África e principalmente a transposição de escravizados africanos. A legitimidade da escolha do Conde de Nassau para ocupar tão alto cargo está na própria forma de decidir as coisas importantes entre os holandeses, o voto. No caso em questão, não houve um voto sequer contra o nome de João Maurício para comandar a colônia neerlandesa no Brasil, pesando sua experiência militar ao lado do príncipe de Orange. Então, criou-se uma expectativa em torno do nome de Nassau para o cargo de comandante-supremo do Brasil, os quais destaca que seria uma “nova esperança” e “sustentáculo do Novo Mundo”, traria “força ao exército e dignidade ao governo” (2018, p. 79) e disciplinaria os soldados para as batalhas.

Então, depois de escolhido pelos diretores da Companhia, o nome do Conde alemão foi confirmado pelos Estados Gerais e pelo monarca, atribuindo a Nassau o dever de governar as capitanias conquistadas e de anexar outras ao domínio da WIC, além de administrar a legislação pública, civil, militar e diplomática, combater as facções rebeldes ao Estado, distribuir patentes militares e compor um Conselho Supremo para auxiliá-lo, decidir sobre as condições de se fortificar o território, cuidar dos trabalhos, trabalhadores e salários dos colonos e indígenas e, por último, nomear novos integrantes do Conselho Supremo e das forças militares (BARLÉU, 2018, p. 77-78). Mas segundo Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 161-162), foi justamente o Príncipe de Orange que preferiu seu parente no comando-geral da colônia no Brasil e por isso a decisão pendeu para que os votos fossem em Nassau. Porém os diretores da WIC tinham outro nome em mente, o de Crestoffle Arciszewsky, que inclusive tinha feito fama no Brasil e na Holanda com inúmeros êxitos no comando da expansão territorial da colônia.

Apesar de receber medalhas e honras ao regressar a Holanda, em 1637, pelos serviços prestados, o coronel polonês mal é reconhecido pela memória coletiva pernambucana, inclusive pouco se tem produzido sobre esse personagem esquecido. O mesmo pode-se falar do coronel Waerdenburch que governou Pernambuco por três anos sem poder fazer muita coisa do que planejava, graças a sua obediência aos vetos dos seus superiores no Recife e na

Metrópole. Todavia, o fato é que antes de Nassau as possessões da Companhia no Brasil já passavam por certa tranquilidade social, dado principalmente pela aproximação do elemento estrangeiro com os colonos luso-brasileiros graças ao estabelecimento do pequeno comércio que ligava o homem livre, nesse caso do serviço militar, e os moradores das capitânicas, ampliando a distribuição de bens comerciais a medida que novas vilas e povoados iam sendo conquistados (NASCIMENTO, 2020, p. 113-114). Essas eram as terras que Nassau herdava de seus antecessores para governar.

Todavia, quando o período de insegurança passou e a resistência fora expulsa para o sul da capitania, observa-se um grande aumento populacional ao povoado do Recife. Ao incêndio de Olinda soma-se o fim do período de serviço militar dos que chegaram por aqui nos primeiros anos da ocupação, recebendo autorização para viver como colonos comuns, trazendo suas famílias e dedicando-se a serviços artesanais e ao comércio. Além desses, a partir de 1635, grande número de judeus começam a imigrar para o Recife e se dedicar ao comércio, fundando companhias e adquirindo imóveis. Às vésperas da chegada do Conde de Nassau, em 1637, Recife passava por um sério problema de escassez de terrenos, pois a ilha estava super populosa e tinha expandido suas construções públicas e privadas tanto para o norte quanto para o sul. Recife já era um belo e alegre núcleo urbano admirando-se quem partia em 1633 e retornara em 1637, como um antigo diretor que voltara para cá na comitiva de Nassau, comparando as construções na colônia com as da capital da metrópole: “[...] tão belas quanto as da Pátria [...]” (MELLO, 1987, p. 54-58). Recife já existia antes de Nassau, ao qual a fez maior com a urbanização de Antônio Vaz.

1.3 O Recife Nassoviano: uma Amsterdã brasileira

Primeiramente podemos elucidar que a propaganda inaugural sobre o bom governo do Conde de Nassau partiu dele mesmo ao retornar à Holanda, em 1644, contratando o historiador Gaspar Barléu, para contar os detalhes de sua administração no Brasil utilizando documentos trazidos pelo próprio governador-geral. Com o título de “História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes, sob o governo do Ilustríssimo

João Maurício, Conde de Nassau etc., ora governador de Wesel sob o príncipe de Orange”² foi publicada em Amsterdã, em 1647, custeada pelo próprio interessado (WEIMER, 2016, p. 112-113).

O Diário da Manhã, em seu exemplar do dia 3 de fevereiro de 1933, noticiou que o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) recebera como presente do Sr. John Tattersal, principal acionista do Societé Contonnière Belge-Brasiliene, um exemplar da referida obra de Gaspar Barléu em ato firmado de colaboração às atividades do Instituto após visitá-lo naquele ano. O IAHGP será a grande instituição que tutelar a discussão acadêmica sobre o período holandês e restaurador, legando para nós historiadores interessantes e divergentes visões sobre o tema.

Esta obra parece-me ser um interessante ponto de partida para quem esteja empenhado em compreender de onde surgiu uma das primeiras versões acerca dos quase oito anos de governo de Nassau, que, mesmo observando claramente os elogios e bajulações do autor ao Conde alemão, sempre figurou como uma importante obra sobre o período, servindo de fonte para a historiografia subsequente. Mesmo sendo de um teor claramente propagandista, a citada obra de Gaspar Barléu retornou diversas vezes ao centro da discussão historiográfica e editorial sobre o período holandês no Brasil, como podemos observar as sucessivas tiragem de novas edições em anos de comemorações, seja pelo tricentenário da ocupação flamenga, em 1940, pelo Ministério da Educação, seja pelos 300 anos da morte do Conde de Nassau, pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife, em 1980, e, ainda, em 2005, desta feita por iniciativas do Senado Federal que reeditou a obra com a atualização ortográfica, segundo consta na nota editorial da mais nova edição de 2018, publicada pela Companhia Editorial de Pernambuco (CEPE).

Blanche Konling explica no prefácio de 2018, o objetivo e o público alvo dessa obra à época de seu lançamento. O objetivo era mostrar aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais o que se passou no período em que o Conde João Maurício de Nassau administrou as possessões da WIC no norte do Brasil. Para isso utilizou tanto os documentos disponibilizado pelo governador, quanto os livros financeiros da empresa e os relatórios dos oficiais que estavam a serviço dos holandeses no Brasil e em outras partes que compunha a

² Em 2018 foi lançado pela editora CEPE, a mais recente versão da referida obra com o título de “História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1644)”.

A Narrativa histórica que Barléu empreende é totalmente parcial em diversos momentos dessa referida obra, contando com elogios beirando a bajulações até inversões da realidade dos fatos ocorridos, como em casos onde naturalmente o Conde seria hostilizado, dando Barléu um jeito de transformar em louvor as limitações externas importas à administração nassoviana. Exemplo disso foi a derrota militar ao cerco à Salvador que, segundo ele, a culpa da derrota não foi do governador-geral, mas da falta de socorro da WIC que, mesmo assim, a ocasião demonstrava o quão hábil e corajoso era Nassau em suas decisões e ações. Todavia, da mesma agonia sofreram os governadores anteriores, como Waerdenbuch, Schkoppe e Arciszewsky, entretanto mal se ouve falar nas façanhas desses exímios comandantes nas guerras do norte do Brasil com tão pouco material bélico necessário para tantas vitórias acumuladas. O próprio autor assume sua tarefa:

Pela glória da nossa nação, não podemos negar os elogios quando merecem ser proferidos. [...] Assim é impositivo, render ao conde de Nassau elogios por esta contribuição [aceitar a missão de governar o Brasil e enaltecer a pátria], enaltecer os seus grandes feitos, a fim de serem lembrados pela posteridade. Do contrário, a memória desaparecer-se-á por obra da indiferença dos historiadores. Porém, mantida viva, crescerá, inspirando veneração em alguns e fervor para emular os feitos gloriosos escritos (BARLÉU, 2018, p. 65).

A grande faceta administrativa de Nassau, segundo Barléu, foi aplacar as expectativas de tais grupos distintos que dividiam o mesmo ambiente político e social hostil, ou seja, incluiu portugueses e empresários numa mesma iniciativa administrativa. Os portugueses puderam comprar engenhos abandonados pagando em prestações anuais a serem liquidadas com parte da produção do açúcar e com isso os credores da Companhia tinham a garantia de ter seus investimentos de volta a cada ano. Evaldo Cabral de Mello concorda que esse período de sete anos de governo de Nassau seja o mais emblemático dos vinte e quatro anos totais de ocupação neerlandesa nas capitanias do Norte brasileiro, afirmando que: “Os sete anos de governo de Maurício de Nassau-Siegen [1637-1644] no Brasil constituíram um interregno de relativa paz entre dois períodos de guerra, tornando-se destarte uma espécie de Idade de Ouro do Brasil holandês” (MELLO, 2010, p. 161). Talvez Evaldo esteja contando não com todo o período do governo nassoviano, mas apenas aqueles anos após a vitória contra a resistência luso-brasileira que dera ao governador-geral a tranquilidade necessária para pôr em prática seu planos administrativos, urbanísticos e comerciais.

Os elogios não cessam e continua ele a dizer que o nome do Conde traria temor ao inimigo, estima aos conterrâneos e calma aos da terra. Sempre ali e aqui, Barléu associa o

nome, a fama, os feitos e os desafios de Nassau aos grandes personagens do período clássico, seja da guerra, da política ou da mitologia. Ao relatar a viagem ao Brasil, o autor não deixa passar mais gracejos, apontando que por onde passava seu nome era estimado pelos governantes, como o caso da sua estadia forçada no litoral inglês por conta do mal tempo, ao qual ligeiramente foi ordenado pelo rei Carlos I bons cuidados ao Conde e sua comitiva o quanto durasse sua passagem (BARLÉU, 2018, p. 79-80).

Apesar do estado preocupante ao qual Nassau encontrou as forças militares no Brasil, Barléu trata de relatar o quanto o Conde transformou a limitação de artilharia, mantimentos, soldos e treinamentos de suas tropas em vitórias contra os espanhóis que, mesmo em número superior em homens e em armas, bateram em retirada Rio São Francisco à dentro e perdendo de vista para os lados da Baía de Todos-os-Santos. Nassau inicia seu governo no Brasil já caindo em campo e deitando os inimigos da República para fora da colônia, além de conquistar novas regiões, sem se ausentar do campo de batalha. Barléu (2018, p. 82-83) comparou João Maurício ao general Aníbal, visto que ambos, de forma hábil, acumulava informações cruciais sobre os inimigos e os colocava para correr de suas vistas. Assim deixava claro que aos inimigos de sua pátria não teriam tolerância, em contrapartida, era a generosidade que comandava suas ações em relação aos colonos e aos nativos que se viam livres dos ataques, saques e pilhagens dos espanhóis, colocando a segurança holandesa em favor dos subjugados (BARLÉU, 2018, p. 92), relato esse que poderia agradar tanto aos acionistas quanto aos políticos holandeses.

A habilidade diplomática de Nassau trouxe para o seu lado até aqueles que outrora fugiram dos holandeses amaldiçoando-os. Os portugueses retornavam à Olinda e Recife declarando fidelidade ao novo governo e sendo recebidos como parceiros na produção açucareira e no comércio. A administração que se instalava no norte do Brasil estabeleceu uma série de novas regras civis, criminais, morais, religiosas e alfandegária em todas as capitânicas. Combateu-se os abusos, os jogos e o ócio (BARLÉU, 2018, p. 96-97). Afirmou José Antônio Gonsalves de Mello (1987, p. 104) ser o Recife tanto um centro artístico quanto mundano, devido a existência de casas de jogos e de entretenimento com festas e comes e bebes à moda holandesa. O autor (1987, p. 124-125) também fala da chegada de mulheres que chegavam ao Recife e moravam sozinhas em sobrados no qual se sustentava com a prostituição, alvo de reclamações dos predicantes calvinistas às autoridades holandesas.

Podemos apontar como feitos administrativos do governo de Nassau as melhorias nas leis, os desvios morais eram punidos, os criminosos eram castigados, nomeou magistrados para as vilas e cidades nas províncias vizinhas a Pernambuco, mandou construir hospitais e orfanatos, combateu a fome entre os soldados, vendeu os engenhos abandonados, ordenou reparar, restaurar e construir fortes e outros mais edifícios de defesa, combateu a exploração dos indígenas pelos agricultores, regulou os jornais, atendia certas petições dos portugueses, aos quais não prejudicassem os interesses da Companhia e nem da República, atendendo-os em favor da “liberdade religiosa”, não sendo obrigados à se converterem ao calvinismo, garantindo a preservação de suas igrejas - porém sem direito à reforço do clero -, prometia a restituição dos escravos fugidos a partir da data de seu juramento de fidelidade ao seu governo, as propriedades em Olinda estavam asseguradas aos seus donos portugueses, o mesmo custo alfandegário seria tanto para lusos quanto pra holandeses. Em contrapartida, os lusitanos deveriam aceitar que não estavam mais sob as leis de Portugal, mas sim da Holanda e o retorno à Olinda e as suas posses só poderia ser feito com a autorização de Nassau. Como essas deliberações o Conde conseguiu trazer para o seu lado os portugueses que antes temiam a administração estrangeira, jurando fidelidade e obediência (BARLÉU, 2018, p. 100-102).

Leonardo Dantas Silva (2012, p. 129-131) nos diz que esse espírito tolerante de Maurício de Nassau se deu à influência de eruditos holandeses que o mesmo prestigiava ainda na Holanda. Um deles era o humanista e secretário do Príncipe de Orange, Constantijn Huygens que inspirava ciência no príncipe do Brasil. Huygens, mesmo sendo calvinista, cultivava entre seu grupo de amigos muitos católicos. Mesmo se mantendo fiel ao calvinismo e a obediência aos cânones da Igreja Luterana, Maurício de Nassau manteve-se aberto ao tolerância religiosa, em coesão com o que defendiam os pensadores humanistas ao qual lhe apresentaram, de que a tolerância fortalece o Estado e a prática religiosa livre e desentrevadas possibilitavam a felicidade de seus cidadãos. Em seu testamento, Maurício de Nassau expressa seu conselho à nova administração em manter a liberdade religiosa como garantia para que desassossegos e tumultos fossem evitados entre portugueses e holandeses.

Esse humanismo de Nassau é contrariado por Alencastro em sua obra *Trato dos Videntes* (2000, p. 210) já no título de uma de suas seções: “Nassau: Príncipe Humanista e negreiro”, onde afirma que o conde alemão defendia para o Conselho dos XIX, em relatório de 1638, que se mandasse bons colonos holandeses com dinheiro suficiente para adquirir

engenhos e escravizados africanos para o trabalho nos canaviais, visto que o humanismo do governador-supremo aceitava que o tráfico de pessoas da África era necessário, pois sem eles nada de proveitoso poderia ser feito no Brasil e que de nenhuma forma poderiam ser dispensados. Apesar de sua formação humanista, João Maurício era formado no espírito capitalista de sua época, se empenhou em varrer dos seus a aversão à alternativa escravista e convencê-los dos benefícios econômicos da prática (ALENCASTRO, 2000, p. 211).

Mesmo sendo proibido possuir cativos na metrópole, no Brasil, Nassau convencia a Companhia da necessidade de investir em navios apropriados para esse tipo de negócio, bem como da importância de ter em suas comitivas agentes que falassem o português. Alencastro (2000, p. 212) admoesta que a baixa atividade do tráfico negreiro no período pré-Nassau não se deu por causa de questões humanistas ou da ética protestante, mas sim pela falta de conhecimento de como se negociar nesse ramo colonial. Nassau, logo em 1637, demonstra ter claras intenções em estabelecer interpostos na costa africana para obter esse tipo de mão de obra cativa, já mandando capturar São Jorge da Mina. O conde alemão assume um papel de grande importância no estabelecimento de uma rota permanente entre a África e o Brasil gerido pela WIC, que ele mesmo convence o Príncipe de Orange a abortar os planos de invadir Salvador para concentrar as forças militares para tomar o maior mercado de escravizados do Atlântico Sul, a cobiçada Angola. Sem esperar a resposta do monarca, Nassau enviou para Luanda uma armada com dezenove navios e 1950 soldados para consolidar a nova conquista. O humanista Nassau, além de tomar Angola, sugeriu que as autoridades de Recife deveriam administrá-la e protegê-la junto com as demais possessões africanas e não Amsterdã. Todavia essa pretensão do conde alemão foi vetado pelo Conselho dos XIX visando impedir relações bilaterais entre o Brasil holandês e a África (ALENCASTRO, 2000, p. 213-214).

Frei Manoel Calado (1985, p. 39), nos relata que durante o governo do Conde de Nassau os frades franciscanos tiveram sua permissão para atuar na povoação de Ipojuca, testemunhando também que em período anterior à administração nassoviana os mesmos frades eram condenados ao degredo, sendo alguns mortos ainda em mar pelos batavos e poucos chegavam com vida à Holanda. Ao buscar razões para tal consenso religioso podemos usar duas referências: primeiro a da forma no qual a própria casa de Nassau lidava com tolerância entre as diferentes religiões na Holanda e na Alemanha (MELLO, 2010, p. 219);

segundo que para os governos municipais holandeses tanto era perigoso como era inviável controlar as crenças de sua população, desde que essa diversidade religiosa não afetasse a ordem pública, as autoridades municipais tendeu a ignorá-la (MELLO, 2011, p. 56).

Contudo isso, vale ressaltar que essa prática religiosa livre não foi seguida à risca, pois segundo o mesmo Barléu (2018, p. 405) o que houve foi certa permissão às celebrações católicas no interior de alguns templos, mas havia a proibição de manifestações públicas da religião romana, bem como de trazer sacerdotes ordenados pelo bispo da Bahia – autoridade não reconhecida pelos batavos – à medida que os que aqui viviam ia morrendo. Diferente tratamento receberam os judeus e protestantes franceses e ingleses, visto que, segundo José Antônio Gonsalves de Mello (1987, p. 71), aos do judaísmo foi dada autorização para a construção de sua sinagoga no Recife (figura 12) e aos protestantes a de construir ou ocupar igrejas católicas existentes. Tal diferença de tratamento entre os praticantes das diferentes religiosidades no Recife e, ainda, excluindo dessa benesse a religião dos escravizados e indígenas, alvos constantemente da catequese calvinista, torna esse tema um tanto contraditório quando se quer chamá-la ainda hoje de liberdade religiosa.

Muitos holandeses não aceitavam a ideia de que os judeus fundassem comunidades aqui e, se assim quisessem, que retornassem para a Holanda onde já se era permitida as sinagogas. Entretanto, Nassau concedeu que vivessem sua religião sem mais problemas aqui no Brasil. Aos da França permitiu Nassau erigir a Igreja dos Franceses (figura 10), na Cidade Maurícia, bem como cedeu aos anglicanos ingleses a posse da Igreja do Convento de São Francisco (figura 11), na mesma localidade. Os calvinistas holandeses faziam suas celebrações na Igreja do Corpo Santo (figura 13), no Recife (MELLO, 1987, p. 113).



Figura 10 – Detalhe da gravura Boa Vista de Frans Post (1647), indicando ao centro pela letra F a Igreja dos Franceses, atualmente Igreja de Santo Antônio da Ordem Franciscana do Recife.

Fonte: <http://maturicomunicacao.com/testes/job/brasil-holandes/praca-dezessete/>



Figura 11 – Igreja de Santo Antônio e o Convento Franciscano do Recife. Foto: anônima, c. 1930.

Fonte:

<https://ordemterceiradesaofranciscodorecife.blogspot.com>



Figura 12 – Sinagoga Kahal Zur Israel, em Recife, 2021.

Fonte: Arquivo Pessoal

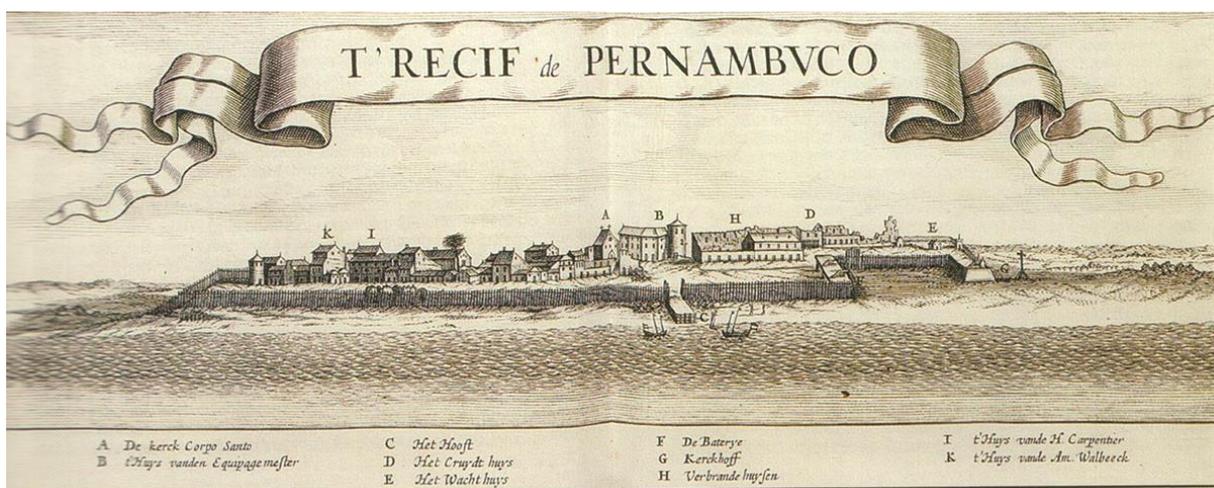


Figura 13 – Gravura anônima de 1644, detalhe da Igreja do Corpo Santo, no Recife, indicado pela letra A.

Fonte: http://maturicomunicacao.com/testes/job/brasil-holandes/wp-content/uploads/2016/05/2.1.Olinda_e_t-Recife.jpg

Sobre a participação política dos homens da terra na administração nassoviana, conta-se a transferência da câmara dos escabinos de Olinda para o Recife, visto que Olinda estava sendo reconstruída e a Cidade Maurícia erguia-se na Ilha Antônio Vaz. A tal transferência foi um pedido do próprio Nassau ao Conselho dos XIX, que a consenso do Conselho Político fosse composto com cinco integrantes, mas foi vetado pelos diretores da Companhia, que, por sua vez, exigiu que todas as vagas somassem dez, sendo cinco de Olinda e cinco de Recife, sediado na Ilha de Antônio Vaz e não mais na antiga capital (MELLO, 2010, p. 242 e 243). Esse dado apresentado por Barléu não se acha nos documentos holandeses analisados por

Gonsalves de Mello, que checou nove escabinos, cinco holandeses e quatro portugueses (1987, p. 69), uma quantidade desigual para as deliberações decididas a partir do voto.

Na Holanda, esse tipo de organização era bastante importante pois trazia para o debate político os principais setores da sociedade que se rivalizavam em facções e lutavam por seus interesses ideológicos e por acesso aos cargos públicos. Evaldo Cabral (2011, p. 54) afirma: “Cada cidade [holandesa] era governada por uma assembleia municipal (o *vroedschap* ou *raad*), vitalícia e cooptada, que variava entre catorze e quarentena membros, e que elegia os burgomentres, encarregados da gestão citadina, e os escabinos, responsáveis pela administração da justiça”. No caso do Brasil, o formato português e neerlandês foi fundido no seguinte modelo:

O sistema de administração municipal herdado do domínio lusitano foi mantido, sob a designação neerlandesa de Câmara dos Escabinos, onde tinham assentos luso-brasileiros e batavos. A diferença se constitui em que a escolha dos vereadores ficava dependente da aprovação final de Nassau [...] (MELLO, 2010, p. 166).

Segundo Gonsalves de Mello (1987, p. 64-65 e 68) a Câmara dos Escabinos de Olinda tinha jurisdição por toda a área ocupada pela WIC, porém ela estava subordinada à autoridade do Príncipe e seu Conselho. Uma disputa entre os escabinos olindenses e recifenses é travada diante de Nassau, visto que os do Recife não queriam viajar para Olinda toda vez que houvesse necessidade de se reunir exigindo que a Câmara passasse a ser sediada na capital do Brasil holandês. Já os de Olinda defendiam a importância das atividades da casa judiciária e o desprestígio com os nobres da localidade caso decidissem pela transferência. Inicialmente, abriga pendeu em favor os olindenses que levou os recifenses a se dirigirem ao Conselho Supremo para atender suas causas não precisando se deslocar para a localidade rival. Na prática, os moradores do Recife perderam a possibilidade de ter duas instâncias de apelação, visto que a Câmara dos Escabinos era de primeira e o Conselho Supremo a de segunda, fato que levava-os a queixar-se continuamente com o Conde Nassau. Outra opção foi cogitada: o desmembramento da Câmara em duas, uma que receberia deliberações mais importantes no Recife, e outras com petições mais simples. A decisão veio em 14 de novembro de 1639, quando se optou pela transferência da casa para o Recife, prestigiando os holandeses que ali moravam e onde os representantes do Príncipe de Orange e dos XIX administravam as possessões da WIC.

A falta de terreno para construir novas moradias para atender tanta gente que se abarrotava na ilha do Recife, um problema que Nassau herdara de outras administrações, fez com que os engenheiros holandeses optassem por aterrar as margens dos rios para ampliar a área edificável e também pela mesma saída tomada na Holanda, que passava por problemas semelhantes: a do crescimento vertical, já que a alternativa horizontal era inviável. A solução encontrada foram os sobrados magrelos com dois ou três andares, que mesmo com fachadas curtas se alongavam de uma rua a outra, com entradas para ambas. Visando economizar o máximo de espaço possível, esses sobrados holandeses no Recife eram praticamente construídos um encostado no outro, como se cada um deles se segurasse em um abraço coletivo, além de contar com um telhado mais simples de apenas duas águas. Mesmo assim, o problema permanecia e a Ilha de Antônio Vaz passou a ser uma importante alternativa imobiliária (MELLO, 1987, p. 75-77).



Figura14 – Sobrados de Amsterdã, na Holanda. Foto: Rogério Ramos, 2020.

Fonte: <https://www.worldby2.com.br/2020/04/roteiro-holanda-amsterdam.html>



Figura15 – Gravura da Rua dos Judeus e seus sobrados, de Zacharias Wagener, 1641.

Fonte: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/9vxpop/mercados_de_escravos_na_rua_dos_judeus_de_recife/

Nesse sentido, o projeto de expansão da área habitável foi aquela mesma que Nassau já encontrara fortificada e com algumas casas construídas, ou seja, em torno do Convento de Santo Antônio e do Forte Ernesto. Foi dali que se partiu os planos de se construir um novo complexo urbanístico para desafogar o Recife. O próprio Conde de Nassau fixara residência no local construindo seus dois palácios. Entretanto, apesar de todos os incentivos e obras realizadas em Antônio Vaz, os imóveis permaneciam desocupados principalmente devido a dificuldade de comunicação com o Recife pela inexistência de uma ponte. Apesar do que diz Barléu sobre o sucesso de Maurícia, os documentos holandeses demonstram que a ilha tinha muitos imóveis, mas permanecia deserta, em 1643 (MELLO, 1987, p. 85-87).

Barléu consegue ver mais qualidades no Conde Nassau, desta feita acerca da construção do complexo do Palácio de Vrijburg, Nassau quis legar para seus governados uma série de melhorias que o tornaria conhecido em nosso tempo como uma grande urbanista em pleno século XVII no Novo Mundo. A ponta norte da Ilha de Antônio Vaz era uma planície muito fértil e de fácil ataque das tropas inimigas para quem viesse do continente, apenas separada pelo Rio Capibaribe. Achou o Conde necessário defender a área e transformá-la em um lindo jardim e pomar, tanto para o entretenimento quanto para amenizar os dias de fome. Mandou o governador-geral trazer para esse lado da ilha árvores, plantas, animais de diversos

lugares dos domínios holandeses, no Brasil e na África. Vale ressaltar que o conde custeou de seus próprios bens a compra do terreno para, segundo Barléu, não pesar no tesouro, porém transformá-lo em um ambiente público (BARLÉU, 2018, p. 209-2011).



Figura 16 – Vista do Palácio de Friburgo ou Palácio das Torres, gravura de Frans Post, 1647.

Fonte: https://www.ebiografia.com/frans_post/

Barléu parece querer, com sua biografia sobre Nassau, que os seus leitores chegassem a conclusão que o príncipe do Brasil holandês fez todos os esforços possíveis para desenvolver Antônio Vaz sem nenhum interesse próprio. Todavia, nos documentos holandeses analisados por Gonsalves de Mello (1987, p. 102) nos mostrou que ao concluir seu palácio de Vrijburg, João Maurício esperava receber da Companhia uma quantia anual de 12.000 florins pelo aluguel de sua antiga residência cedida para acomodar a Câmara dos Escabinos de Maurícia. Então, havia sim ambições próprias nas ações do governador, diferente do que Barléu parece desejar induzir. Mas não se pode negar também, segundo o mesmo Gonsalves Mello (MELLO, 1987, p. 107), que muito do que se foi feito em Maurícia foi por conta do tesouro de Nassau, enquanto no Recife as obras estavam ligadas aos interesses e investimentos privados.

Vamos esclarecer a partir dos elogios de Barléu aqui já expostos sobre o urbanismo nassoviano que foi desenvolvido em Pernambuco o mito de que Maurício de Nassau tenha fundado a cidade do Recife, visto que seus esforços em expandir a área urbana do pequeno povoado foi uma de suas marcas administrativas. Todavia, a chegada de Nassau ao Recife não inaugura a cidade, pois já existia um pequeno centro urbano centrado no porto e em seus armazéns. Até o que será chamada de Cidade Maurícia, não foi uma iniciativa pioneira do príncipe, pois ali já haviam fortes e edifícios construídos (WEIMER, 2016, p. 126). Os planos de urbanizar a Ilha de Antônio Vaz também não foi resultado de um pioneirismo que surgiu do gênio de Nassau como muitos pensam, mas sim de administrações anteriores (MELLO, 1987, p. 46).

Entretanto, não há dúvidas que a presença de uma equipe de engenheiros e do arquiteto Frederick Pistor a disposição do governador irá pôr em prática um vasto conjunto de obras urbanísticas e sanitárias em Recife. Há outro mito que poderemos esclarecer a partir do artigo do Prof. Weimer, sobre modelo seguido da capital holandesa na expansão urbana do Recife. Mesmo as duas cidades possuindo canais ladeados por ruas, Amsterdã e Recife seguem princípios diferentes. Na capital holandesa os canais se subdividem em vários ramos do rio Amstel, já na Maurícia a engenhosidade teria de ser mais complexa, pois a captação de água iria depender do sistema de fluxo e refluxo das marés dada a distância do canal dos Afogados. Contudo, a água por ser salgada era inóspita para a o abastecimento domiciliar, daí a razão da construção dos canais recifenses não deixar de ser um marco na arquitetura urbanísticas, a novidade era o sistema de saneamento. Três séculos antes de se tornarem comuns, a equipe de Nassau construiu na capital dos domínios holandeses no Brasil uma complexa rede de esgoto que ladearam os canais e as ruas (WEIMER, 2016, p. 127).

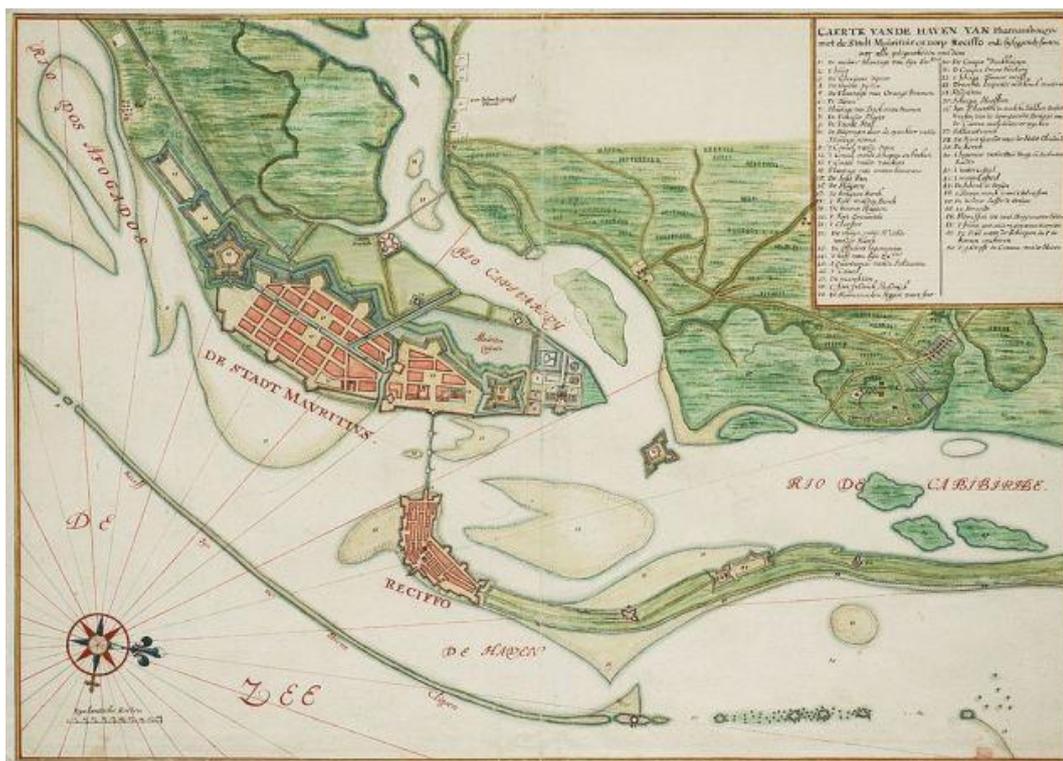


Figura 17 – Planta do Recife e da Cidade Maurícia, de Johannes Vingboons, 1665.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Além dos sobrados e de Vrijburg, edifícios à moda holandesa, podemos destacar também alguns serviços e cuidados urbanos importados da metrópole antes da chegada de Nassau, segundo Gonsalves de Mello (1987, p. 56), como: o serviço de extinção de incêndios; vigilância particular das ruas custeada pelas taxas cobradas a cada imóvel do Recife; a pavimentação das ruas com areia para melhorar o trânsito, principalmente em dias de chuva, evitando alagamentos; a proibição de jogar lixo nas vias, tendo que ser descartado fora do Recife, exceto nas praias, de preferência nos mangues do lado oeste para servir de aterramento; o serviço de limpeza pública; e, com a chegada de Nassau, algumas ruas do Recife recebe pavimentação com tijolos vindo da Holanda e uma série de novas regras de convívio urbano são impostos por João Maurício para que se garantisse uma melhor qualidade de vida no Recife (MELLO, 1987, p. 107).

É verdade que as características urbanísticas do Recife destoava do resto do Brasil português. Enquanto do lado luso os centros urbanos tinham traçados de suas ruas mais livres, com forte característica para conglomerados, no Recife as ruas foram construídas de forma largas, ventiladas e arborizadas, contando com construções de pedras e não mais caídas,

dando um colorido diferente das edificações lusas, geralmente brancas. A cidade do Recife, adquiriu outro aspecto próprio dos holandeses: a presença de palácios governamentais, fortes e da igreja. Os palácios tinham características europeias, mas com um toque especial dos arquitetos de Nassau, nas quais podemos descrever da seguinte forma: apresentavam uma ala transversal com o grande salão, com duas torres em frente que se estendiam perpendicularmente formando uma praça, com jardins circundantes e diversos espaços para atividades culturais, além de diversos espelhos d'água e estábulos para praticar a montaria à cavalo. Esse padrão arquitetônico era conhecido da equipe de Nassau, no qual tornou os jardins que, na Europa eram para divertimento da nobreza, transformou-se aqui em jardim botânico, os pavilhões de festas no jardim zoológico para o divertimento da elite local e os espelhos d'água em viveiros de peixes (WEIMER, 2016, p. 126-128).

Em 1643, Nassau voltava a queixar-se ao Conselho dos XIX a falta de uma passagem segura entre Maurícia e o Recife, que, para o Conde, esse era o principal empecilho para o desenvolvimento da Mauritsstadt. É importante desconstruirmos essa imagem de que a ideia de construção da ponte tenha sido do próprio Nassau, e outra, que a ideia de investir seu tesouro na construção das duas pontes também partira dele por ser ele um visionário nato. Os primeiros planos surgiram em 1630, segundo Gonsalves de Mello (1987, p. 92) pelos Conselheiros Políticos, entretanto, alguma iniciativa de construção só acontecerá no governo de Caullen e Ghijsselin (1633-1634). Chega a ser impressionante a ausência da informação em Barléu sobre a privatização do empreendimento de construção da Ponte do Recife, com lançamento de edital público e todas as formalidades mais, como vemos nas análises dos documentos holandeses feita por Gonsalves de Mello (1987, p. 93-95). Edital adiado por duas ocasiões ou por baixa procura ou pelo valor oferecido ser incompatível para a obra, até que Balthasar da Fonseca consegue a autorização para assumir a obra. Tudo andava bem até chegar a parte mais funda do rio, que tornou os esforços de Balthasar insuficiente, sendo acusado de gerir a mal a obra, porém, mesmo assim, foi obrigado pelos holandeses a continuar.

A construção da ponte praticamente foi paralisada, fato que fez os diretores da WIC zombar de Nassau em carta crendo eles que tal empreendimento nunca seria concluído. É nesse momento de descrédito que, segundo Gonsalves de Mello (MELLO, 1987, p. 96-98), fez João Maurício se lançar como empreiteiro da obra para evitar que seu nome caísse em má

fama na Holanda. Observemos que o fato não se deu por amor ao labor ou por ser um governante diferente dos outros do seu tempo, mas sim para preservar sua reputação na Metrópole. Logo então, o comandante-supremo do Brasil flamengo tomou para si a responsabilidade de construir a ponte com seus próprios fundos, esperando ser indenizado mais tarde pela Companhia. Dessa vez ela seria feita toda em madeira aproveitando a estrutura em pedra já terminada, fato que acelerou a conclusão da obra. Pôs uma porta em cada uma das cabeceiras da ponte, onde seria cobrado uma taxa pela sua utilização. Em seguida, rapidamente o Conde de Nassau fez erguer a Ponte da Boa Vista que ligaria os arredores do palácio de mesmo nome à parte continental, feita também com investimentos próprios.

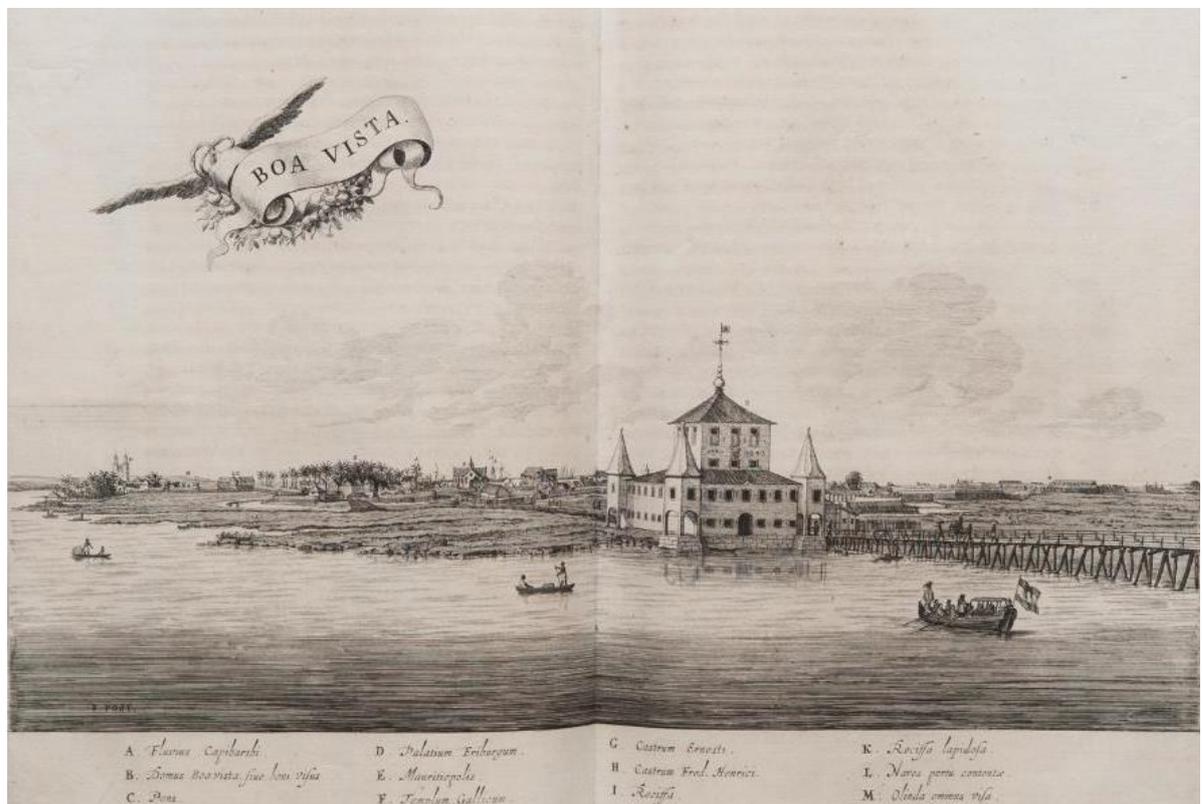


Figura 18 – Gravura sobre desenho do Palácio e da Ponte da Boa Vista, de Frans Post, 1647.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18334/boa-vista>



Figura 19 – Vista do povoado e ponte do Recife e da Cidade Maurícia, gravura de Frans Post, 1644.

Fonte: https://www.ebiografia.com/frans_post/

Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 241) cita a fala de um importante historiador do período holandês no Brasil chamado Robert C. Smith, que creditou a Nassau a:

Primeira cidade digna deste nome na América portuguesa, caracterizada pela “liberdade de circulação por meio de pontes e de ruas pavimentadas e traçadas regularmente”, de vez que “em todo o resto do Brasil foi preciso esperar o fim do século XVIII e a vinda da corte portuguesa para que se fizesse coisas deste gênero.



Figura 20 – Vista do Recife e da Cidade Maurícia ligados pela Ponte holandesa do Recife no final do século XVII, um grande centro urbano. Gravura de Andrea Antonio Orazi (1670-1749), publicado na Itália em 1698.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

A essa tela de fundo dos acontecimentos que antecederam o trauma histórico da Restauração Pernambucana (1645-1654) nos dá subsídios para compreender os motivos que

causaram o evento traumático, o da guerra restauradora, da expulsão dos holandeses, da restituição das capitanias do norte do Brasil ao trono do monarca D. João IV e a gradual atualização dos modelos e valores sociais de um terra que irá, a partir de então, a se readaptar a vida sem a presença neerlandesa e nem as limitações impostas pelos invasores ao povo luso-brasileiro. A partir disso, o imaginário, a mentalidade e a memória coletiva será construída a partir da construção de uma versão específica sobre os fatos ocorridos em Pernambuco que ficará legado para a posteridade como testemunho verídico e fiel desse tempo longo, longínquo até.

2. O “TRAUMA” HISTÓRICO: ATUALIZANDO O IMAGINÁRIO COLETIVO

Na história das mentalidades precisa-se de algumas operações importantes para evidenciar na pesquisa essa dialética entre o discurso da elite e o que se povoará as mentalidades coletivas. A história da longa duração é uma dessas operações de primeira necessidade, que evoca por necessidade quase que automática outras ferramentas mais, como a “regressão”, “resistências”, “vestígios”, etc. É regredindo a escala temporal do olhar do pesquisador até o “evento traumático” ou, até às condições anteriores que a causaram, que se pode ajudar o historiador das mentalidades a encontrar os vestígios como atitudes e comportamentos coletivos que se desenvolveram e foram atualizados no decorrer dessa longa duração. É importante ressaltar que, apesar de longa, essa história não é imóvel, mas sim lenta. É entre o “evento trauma” – a Restauração Pernambucana – e, até mais além, os “temperamentos coletivos” pré-insurreição que colaborará para o acontecimento – a presença estrangeira holandesa – e o passar do tempo após a vitória contra o inimigo – como das Batalhas dos Guararapes – é que se atualizará um novo modelo de “valores-chaves” que povoará lentamente o imaginário coletivo das pessoas, orquestrada pelas elites, claro.

O auge da elaboração mitológica do bom colonizador holandês se deu por conta principalmente do governo do Conde alemão, Maurício de Nassau – vale ressaltar a nacionalidade do governador do Brasil holandês para desmitificar a ideia de colonização holandesa. Apesar da grande tarefa de governador-supremo das possessões da WIC e das bem-sucedidas ações governamentais por restabelecer a produção do açúcar, do acesso aos meios de créditos, a uma certa liberdade religiosa, a uma aparente participação política, desenvolvimento urbano, artístico e científico, Nassau não conseguiu aplacar por mais tempo o desejo dos acionistas por dinheiro. Porém, após a capitulação do Recife, em 1654, o período holandês ficou marcado pelo desinteresse, visto que a expulsão do invasor é que será constantemente explorado pelos donos do discurso. Principalmente, como contribui Pierre Nora (2008, p. 135), uma construção da memória a partir da novíssima vitória militar tem objetivos claros de sepultar qualquer lembrança da vergonha da última derrota, isto é, o orgulho que remete aos conflitos desde as Tabocas até o Guararapes, entre 1645 a 1649, enterraria de uma vez por todas a vergonha da época em que facilmente foram tomadas as capitânicas do norte do Brasil, pelos invasores flamengos, entre 1630 a 1639.

Diante disso, apenas na segunda metade do século XIX, o período dos vinte e quatro anos da presença neerlandesa no Brasil foi retirada dos escombros da memória histórica nacional. Assim, Denis Bernardes (2003, p. 19) em artigo intitulado “Nassau, Nassaus” levanta um questionamento que por muitas vezes aparece em nossas aulas no ensino fundamental: “Qual o professor de história que nunca teve de responder à pergunta inevitável: o Brasil não teria se desenvolvido, caso os holandeses tivessem vencido os portugueses?”. Nesse sentido, podemos afirmar que paira na memória coletiva dos recifenses, reproduzida de várias formas, um sentimento saudoso de um período tão distante de nosso tempo que mal conseguimos escapar da alternativa de fixar nossos olhos nos poucos anos do governo do Conde de Nassau, em detrimento de todo o período em que os diretores da WIC ocuparam essas bandas do Brasil⁴.

2.1 O Recife sem Nassau: Restauração Pernambucana e construção da memória coletiva

Por causa dos desentendimentos entre o Conde Maurício de Nassau e os chefes da Companhia das Índias Ocidentais, os diretores exigiram a sua saída e retorno à Holanda⁵. Os ânimos entre batavos e luso-brasileiros se acirraram por conta das restrições à liberdade religiosa e a cobrança das dívidas contraídas durante o governo do Conde de Nassau. Evaldo Cabral de Mello (2011, p. 39) nos elucida o temor existia em Portugal de que se a monarquia não intervisse no caso do Brasil, perder-se-ia toda a colônia, coisa impossível de se cogitar, pois, como se dizia em Lisboa, sem o Brasil D. João IV não era rei. Quando Portugal restaurou sua independência da Espanha (1640), tratou logo de planejar a retomada de suas antigas possessões perdidas durante a fusão dos tronos ibéricos. Para tal foi criado o Conselho Ultramarino, em 1643, a fim de reverter para Portugal seus antigos domínios atlânticos.

⁴ “Embora curta, a ocupação holandesa em Pernambuco (1630-1654) especialmente durante o período nassoviano, foi marcado pelo desenvolvimento urbanístico, progresso econômico e pela presença de uma elite culta que conferia ao Recife uma áurea metropolitana, ainda não vista na colônia do Brasil. Como resultado natural, este ambiente de fortuna trouxe um certo orgulho ao espírito dos pernambucanos. Entretanto, os anos que se seguem ao retorno do Conde de Nassau à Europa são de guerra e decadência que vão se prolongar até a rendição dos holandeses em 1654” (BERNADES *in* VERRI; BRITTO, 2003, p. 20).

⁵ Fernandes Gama a suspeita do Conde alemão ter a clara pretensão de vir para o Brasil para fundar um reino só seu. Logo, tendo desconfiado dos planos de usar uma coroa em Recife e reinar sobre as terras das capitâneas do norte brasileiro aproveitando-se de sua popularidade, decidiu a WIC exigir sua demissão e salvar suas possessões na América (MELLO, 2008, p. 313).

Para quem pensa que o projeto de insurreição dos portugueses da colônia do Brasil que estava ocupada pelos holandeses foi gestado pelo panteão restaurador, comumente louvados em Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello (MELLO, 2011, p. 39-40) nos mostra que tal empreitada foi primeiro desenhado em Portugal, nos finais de 1641 e começos de 1642. A reconquista poderia ser por armas ou subornando o Conde Nassau a trair a WIC. Isso já tinha sido cogitado em nome do rei espanhol Felipe IV, aos cuidados do Conde da Torre, pretendendo prometer ao governador-geral do Brasil holandês tesouros e demais comodidades tanto na Espanha, quanto em Portugal. A diplomacia lusa encarregou o marquês de Montalvão de manter contato com Nassau logo que se recebeu notícias sobre os planos de insurreição contra o lado neerlandês, prosperando no sentido de estabelecer entre os dois governos intensa correspondência e troca de presentes. Entretanto, qualquer plano mais audacioso do Vice-Rei do Brasil português viu-se fracassar graças ao tratado de trégua de 1641.

O vice-reinado português sediado em Salvador e o governo-geral neerlandês centrado em Recife empreenderam dupla espionagem, corriqueiramente ocorrendo casos de deportação de ambos os lados. Porém, com o tratado de trégua, acometeu na população portuguesa do Brasil batavo uma grande frustração diante da ascensão de D. João IV ao trono e a impossibilidade de prosseguir com os planos de restauração em sua mais importante colônia. Diferentes movimentos foram dados nas capitânicas do norte, tentando driblar as imposições do tal tratado, desde a possibilidade de compra das capitânicas ocupadas à própria sublevação, ou ainda, as duas opções. Do outro lado da conspiração, Nassau alertava a WIC que o pacto assinado entre os países não garantia a paz na colônia do Brasil como pensavam os diretores, muito pelo contrário, a restauração do trono português somado à insatisfação dos súditos da Casa de Bragança às leis, língua, modo de vida e a forma como se tratava as dívidas dos senhores de engenho estava levando as possessões flamengas a viverem em um ciclo constante de ambiente conspiratório. As coisas ficaram ainda mais claras para o Conde alemão que governava o norte brasileiro quando eclodiram os levantes no Maranhão e São Tomé, em 1642 (MELLO, 2011, p. 42-43).

É de se notar que o antigo prestígio dos senhores de Olinda antes de 1630 dá lugar a vergonha com a chegada dos holandeses. A fortuna foi deixada para trás tanto com a invasão quanto com a proibição de reconstruírem Olinda, além da ordem dada por Nassau de a incendiarem e demolirem. Não bastasse tanta dominação, a antiga Câmara do Senado,

convertida em Câmara dos Escabinos fora transferida para a Mauritisstadt, esvaindo o pouco de prestígio político que ainda os restava. Aos que quiseram ainda se submeter, viram aumentar suas dívidas com as sucessivas safras parcas e a crescente cobrança dos credores. Era tão feroz a forma com que os financiadores cobravam suas dívidas envergonhando os senhores de engenho, que o Conselho Supremo percebeu a necessidade de acalmar os ânimos desses e intermediar negociações com ambas as partes (MELLO, 1987, p. 117-118). A forma como a WIC ocupou o Brasil, mas não construiu bases coloniais por aqui, nos diz muito o quão fracassou qualquer plano de permanência duradoura. O empobrecimento dos senhores de engenho fazia parte do mesmo processo onde os mascates do Recife tornaram-se, com a ocupação neerlandesa, os verdadeiros endinheirados em Pernambuco.

A Restauração Pernambucana é um evento restituidor dos elementos ligados ao açúcar, à Casa-Grande, ao poder político perdido por Olinda. Nassau já tinha percebido que a ocupação concentrada no litoral não traria segurança para a colônia e que era importante vir da metrópole colonos dispostos a viverem no interior e povoá-lo com pessoas holandesas onde justamente, durante a Restauração, partiriam as ofensivas restauradoras. Faltava levar ao interior da colônia os elementos neerlandeses. Se foi fácil para os flamengos ocupar Olinda e Recife, em 1630, por ser a população em sua grande maioria habituada ao meio rural, o contrário irá acontecer com a expulsão dos batavos, entre 1645 à 1654, visto que partiria justamente do interior os ataques aos neerlandeses, que teimavam em povoar apenas o litoral. Foram derrotados sem grandes dificuldades (MELLO, 1987, p. 122).

Sendo WIC uma companhia comercial, fez ela jus a sua atuação mercantilista e não passando disso. Diferente da colonização portuguesa que construiu bases mais sólidas de fidelidade à sua metrópole, a Companhia não passou de uma atividade de ocupação mercantil desprezando qualquer incentivo a colonização, permitindo, por exemplo, que o elemento português, nostálgico aos tempos de liberdade, controlasse a produção do principal bem comercial, a do açúcar. Outro erro cometido pelos batavos foi a não adaptação dos novos colonizadores às condições de sua nova possessão, visto que grande parte dos produtos consumidos pelos holandeses além de materiais escassos por aqui era constantemente trazidos da metrópole. Desde a alimentação e construção de moradias até preceitos morais comuns na Holanda foram transplantadas para o norte do Brasil, impedindo a mistura dos hábitos e costumes dos luso-brasileiros, diferente dos colonizadores portugueses que fincaram as bases

de sua dominação adaptando seu modo de vida lusitano à sua nova realidade nos trópicos (MELLO, 1987, p. 123-125).

Apesar dos empreendimentos de espionagem adotado pelo novo vice-rei do Brasil, Antônio Teles da Silva, nomeado para, além de tudo, sondar a quanto andava a empresa restauradora e pô-la em prática, se necessário, Nassau tornava a insurreição dos luso-brasileiros uma atividade improvável, pois graças a sua popularidade junto aos habitantes portugueses, cogitava-se inclusive mantê-lo no governo até onde desse, adiando a sublevação. Todavia, com a saída de João Maurício do governo do Recife, a conspiração ganhou fôlego e passou a progredir diariamente. É graças as pesquisas de José Antônio Gonçalves de Mello que hoje podemos afirmar sobre a ciência de D. João IV à respeito das conspirações que animavam os lusos no norte do Brasil, fato que fazia-lhe incentivar o levante ao passo que usava da diplomacia na Europa para parecer que estava tudo em paz entre o reino e os Estados Gerais e a França. Isso sustenta a versão que os planos que darão na Restauração Pernambucana fora gestada em Lisboa, pelo próprio monarca e seus conselheiros, mas não por Fernandes Vieira como ele mesmo gostava de dizer no Brasil, sendo ele mesmo a “Versão que afagava a vaidade, e, mais importante, que na época mais convinha à Coroa” (MELLO, 2011, 46-45).

Com a expulsão do invasor consolidada, empenhou-se a açucarcracia da terra a escrever ou mandá-lo fazer, uma versão oficial dos fatos acontecidos nas Tabocas, Casa Forte, Guararapes e outros locais. Era a ideologia elitista impregnando a construção de uma memória restauradora que ficará eternizada para a posteridade, a fim de que ninguém duvidasse que essa empresa restauradora tenha sido dirigida e executada pelos homens bem nascido dessa terra. A produção historiográfica sobre o período estará alinhada com os interesses políticos e econômicos dos vencedores, em especial, seus líderes brancos, ricos e ligados ao açúcar. Como diria Pierre Nora (2008, p. 54-55), os editores desses livros de memória viam-no como o meio mais seguro para informar à atualidade sobre as causas, marchas e efeitos das grandes mudanças com consequências sentidas até hoje. São com essas edições imbricadas entre a memória e a ideologia política que se quis fundar a partir dos testemunhos do passado a legitimidade do presente. É justamente após a guerra que inicia-se a “guerra civil das memórias”.

Como forma de produzir a versão que melhor animava a liderança restauradora e à elite nativista, termo utilizado por Evaldo Cabral em *Rubro Veio*, nos mostram que as obras seiscentistas sobre a Restauração Pernambucana, após suas devidas atualizações na mentalidade e memória coletiva – em 1711, 1817, 1824 e 1848 – trouxe alguns mal-estares para o pensamento intelectual local. Isso porque no século XVII, tais obras ganham uma conotação de preservação de um passado glorioso em que homens bons expulsaram os inimigos de Portugal sem nenhuma ajuda de Lisboa, podendo se valer dos benefícios de serem governados por outros ou terem tornado a região independente de Portugal, preferiu esses homens lutar sozinhos em nome dos Braganças e, sem pedir nada em troca, restituiu a mais rica região da colônia a D. João IV (MELLO, 2008, p. 101). Depois da Guerra dos Mascates (1710-1711), os líderes reinóis, Fernandes Viera e Barreto de Menezes, passaram a serem vistos como uma liderança inapropriada pós-derrota dos olindenses. O sentimento nativista preferia os outros líderes da terra, em especial o mestre-de-campo Vidal de Negreiros. Com a independência, essa oposição a Vieira tende a ficar mais clara com as críticas feitas as obras seiscentistas. Como diz Evaldo Cabral (MELLO, 2008, p. 71):

Com a Independência acentuou-se a rejeição do *Castrioto* [Lusitano, 1679]. Fernandes Gama [1809-1853] acusava o autor de ser “mais um panegirista de João Fernandes Vieira do que historiador imparcial”, crítica que, como vimos, já formulara Borges da Fonseca [1718-1786], mas que Fernandes da Gama é o primeiro a justificar. A seus olhos, Vieira era a encarnação do reinol cujo o papel no movimento restaurador cumpria reduzir. “Tenho em vista mostrar que o reverendo frei Rafael de Jesus [1614-1693], panegirista de Vieira, e os outros portugueses, que lhe atribuem toda a glória da restauração de Pernambuco em prejuízo dos pernambucanos que a projetaram, levaram à execução e se sacrificaram, não deve ser altamente acreditados, e que ainda mesmo, através de dois séculos, não é impossível descobrir a verdade”. Calado [1584-1654] parecia-lhe mais fiável, pois, “testemunha ocular”, “dá a cada um o que é seu, não roubando a glória dos pernambucanos que projetaram aquele grande feito para atribuir a Vieira [...]”.

O nativismo que moldou o discurso da Restauração e justificou a expulsão dos holandeses e a devolução da região para o monarca português D. João IV, baseou-se principalmente em obras que, nos seiscentos, fora encomendada por João Fernandes Viera, como o *Valeroso Lucideno*, de frei Calado, *Castrioto Lusitano*, de frei Rafael de Jesus e *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago. Esse primeiro período nativista se estende desde o trauma causado pelas guerras contra os holandeses e sua capitulação (1654), estabelecendo uma nova dinâmica nas relações políticas na capitania, até o Segundo Reinado (1840-1889) quando o discurso toma outra ideologia política, a da centralização imperial, numa versão nacional.

Alencastro (2000, p. 272), que não faz parte nem da historiografia nativista e nem da imperial, aponta o personagem João Fernandes Viera como alguém consciente de seus feitos em Recife achando ter condições de barganhar com a metrópole lisboeta honras e regalias impossíveis de serem concedidas, como de ser nomeado governador vitalício de Pernambuco, além do Maranhão por nove anos e de Angola por seis. Apesar de ser ambição demais para atender a um português, governar em Luanda já era ter em mãos a administração de um dos mercados mais importantes do Atlântico Sul, dos escravizados angolanos – além de ter direito a um quinto dos cativos aprisionados. Então, conseguiu do rei a benesse de assumir o governo da Paraíba (1655-57) e o de Angola (1658-61), mas não o de Pernambuco e muito mesmo de forma vitalícia. André Vidal de Negreiros sim, será investido de patente tanto de governador do Maranhão (1655-56), quanto de Pernambuco (1657-60), além de suceder Viera em Angola (1661-66). Esse Fernandes Viera, que será nos setecentos acusado de não servir para representar a elite da terra ligada por nascimento ao açúcar, é apresentado por Alencastro (2000, p. 274) como um comprador de engenhos abandonados durante a guerra de conquista holandesa e que se beneficiara dos calotes que dava em seus credores neerlandeses.

Já André Vidal de Negreiros é apontado por Alencastro (2000, p. 293, 296-297) como o governador responsável por banhar o Congo de sangue em uma tomada militar contra uma monarquia reconhecida por Lisboa, Madri e Roma. Essa guerra contra os congolezes já era pensada na governança de Fernandes Vieira, antecessor de Vidal. Esse conflito consagrou a derrota do rei do Congo, Mani Mulaza, ferido, capturado e decapitado. As forças militares recrutadas por Vidal de Negreiros reunia além de angolanos e outros africanos, também portugueses, pernambucanos e baianos, chamados de brasílicos. Esse episódio protagonizado por um dos heróis da Restauração Pernambucana, contabilizou mais 5 mil congolezes mortos, dentre esses quatrocentos eram fidalgos.

Foi durante a Guerra dos Mascates, porém, que a Restauração Pernambucana foi confiscada pelo nativismo açucarocrático. A Câmara de Olinda já proclamava em 1651 o que continuaria a alegar durante a guerra de restauração: que a empresa libertadora custou sangue, vidas e fazendas dos bem nascidos dessa terra, motivo pelo qual, historicamente, a vitória e a devolução das terras ao Império português foi uma iniciativa dos homens bons de Pernambuco. Quer dizer, de Olinda! Sem a ajuda do Reino e nem a ele nada cobrar, repetia-se em discurso inflamado ainda mais durante a guerra civil de 1710-1711, quando os aristocratas

da terra queixavam-se dos muitos benefícios que gozavam os homens do Reino, em Recife. Se nos seiscentos os avós restauradores o fizeram de bom grado devolver Pernambuco ao Rei, estava na hora, nos setecentos, de seus netos serem reconhecidos como bravos herdeiros desses heróis lusitanos, então merecedores das graças que pudessem obter de Vossa Majestade (MELLO, 2008, p. 91-92). Em suma, a Câmara de Olinda repetia em suas proclamações que Pernambuco se restaurara sozinho.

Essa mesma proclamação mudara de tom, apesar de usar quase as mesmas palavras, quando da Revolução de 1817 o cabido da Sé de Olinda em apoio ao movimento pronunciava: “Conseguia pelos nossos próprios esforços a restauração desse belo país do poder batavo e tendo nós a generosidade de entregar a D. João IV (...) este se não atreveu a defende-lo e menos a restaurá-lo” (MELLO, 2008, p. 94). Em 1824, dizia Manuel de Carvalho Pais de Andrade, chefe da Confederação do Equador: “Quem em 1654 [sic] nos quis sacrificar aos batavos? Os portugueses” (MELLO, 2008, p. 94). Se nos setecentos os pernambucanos se dirigiam aos representantes lusos com certo cuidado e respeito para exigir reconhecimento, nos oitocentos o tom era belicosamente agressivo com os portugueses.

Enquanto uns de Recife acusavam os de Olinda de se esconderem por trás da fama de seus maiores antepassados (MELLO, 2008, p. 93), outros reconheciam que a restauração da capitania pernambucana e de suas vizinhas ocorreu graças aos nobres da terra, mas isso de forma alguma deveria legitimar qualquer título à monopólio de poder local. Havia quem acreditasse entre os reinóis que a empreitada restauradora teve sucesso por causa de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, auxiliados pela nobreza e, nacionais de Pernambuco, incluindo com isso tanto o personagem reinol quanto o mazombo (MELLO, 2008, 95-96).

Os autores dos setecentos descreviam a restauração como um empreendimento exclusivamente dos pernambucanos, sem alguma ajuda do Reino que fora quem mais se beneficiara com a restauração das capitanias do norte do Brasil. Frei Jaboatão (1695-1779) e Borges da Fonseca (1718-1786) se dedicaram em engrandecer a coragem e esforço militar de um povo que mal tinha arsenal bélico para empreender uma guerra contra representantes de uma das nações mais poderosa daqueles tempos. Entretanto, nada de devoção ao monarca português. Dizia D. Domingos do Loreto Couto (1700-1757): “empenhou-se em defender os restauradores do labéu de desobedientes à decisão régia que lhes havia ordenado recolheram-se à Bahia”, mostrando aos seus leitores do quão fiéis eram os pernambucanos às ordens

vindas de Lisboa e Salvador, mesmo que para isso cedessem à permanência dos invasores batavos. Logo, “Os *Desagravos do Brasil* são a obra mais representativa do nativismo de transação. Escreveu-a Loreto Couto ‘pela justa mágoa de ver o grande descuido que teve Pernambuco em perpetuar as virtudes de seus filhos’” (MELLO, 2008, p. 96 e 99).

Contudo, quem teve em Pernambuco a ideia de restaurar o Norte do Brasil dos holandeses? Se o imaginário logo lança à boca a Fernandes Viera como resposta espontânea de uma memória coletiva já herdada de um tempo longo, precisa atentar para o que escreveu Evaldo Cabral em *Rubro Veio* (2008, p. 187) sobre um nobre que teve um plano nobre:

À apropriação da gesta restauradora por Fernandes Viera a nobreza da terra respondeu, procurando reabilitar um dos seus, Antônio Cavalcanti, chamado “o da guerra”, para distingui-lo de homônimos: ele teria sido quem concebera o projeto restaurador. Com razão, J. A. Gonsalves de Mello viu na atribuição uma sintoma de “ vaidade nativista e nobiliárquica”.

Antônio Cavalcanti, de origem aristocrática, foi um restaurador esquecido pela própria versão nativista, mas que foi defendido por Borges da Fonseca como o verdadeiro idealizador da empresa restauradora, cujo o seu falecimento deixa para Viera o papel de mero executor de seu projeto. Aceitar que um português fosse o grande herói da Restauração era demais para os homens oriundos da açucarocracia olindense. Viera não! Melhor que seja o Vidal de Negreiros, dono de cinco engenhos, nascido no Brasil e de premiada carreira militar. Currículo esse que fazia dele mais apropriado a grande líder do que Fernandes Vieira, nascido na Madeira, e Antônio Cavalcanti, um paraibano de menor experiência militar (MELLO, 2008, p. 188-189).

Às vésperas da Guerra dos Mascates essa rixa entre os partidários de Fernandes Viera e os de Vidal de Negreiros terá sido deixado no passado. Pelo menos entre as famílias que abençoou as pazes casando os netos entre si. No início dos setecentos o discurso já era outro. Desta feita se dizia que o sucesso da Restauração Pernambucana só foi possível graças ao valor de Vidal de Negreiros e à prudente inteligência de Fernandes Vieira (MELLO, 2008, p. 190).

Dependendo do período a constelação dos heróis da Restauração era defendido a partir dos valores da época e da classe social. Se nos seiscentos Viera e Vidal gozavam de um dupla predileção, nos setecentos a disputa entre mazombos e reinóis colocavam os dois em conflito. Já nos oitocentos a construção desse heroísmo se dava na oposição entre os portugueses do

reino e os portugueses americanos (MELLO, 2008, p. 191). Destarte, o panteão cívico dos restauradores foi sendo incluindo esse e excluindo aquele de acordo com quem se emprestava o direito da fala, ou melhor, da letra. Em sermão de 1731 aludia Frei Jaboatão:

“Se o sol na companhia das luzes é o primeiro general e o que aos mais astros comunica influxos, sol foi o mestre-de-campo João Fernandes Vieira, primeiro general da campanha de Pernambuco, que com o calor do seu espírito participava alento aos seus naturais”. Vidal de Negreiros fora a lua, que “no esquadrão dos planetas é a que ocupa o segundo lugar e a que com mais velocidade em poucos dias faz giro por toda a terra, repartindo com ela do cheio dos seus influxos”, já que, “em continuado giro a todas as partes corria [...] desde o rio de São Francisco até a Paraíba e Rio Grande”. Estrelas maiores haviam sido os grandes capitães louvados pelos cronistas: Antônio Dias Cardoso, Camarão e Henrique Dias, seguidos de “estrelas de menor grandeza”, isto é, “os mais cabos e soldados” (MELLO, 2008, p. 191).

A constituição de um panteão restaurador para dar as devidas honras cívicas foi um trabalho exaustivo para seus partidários, visto que as discordâncias eram inúmeras. Inclusive uma em particular chama a atenção, a questão racial. A ideia de um panteão étnico hierarquizava os mestres de campo, líderes da Restauração, ocupando os primeiros lugares respectivamente, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, e o terceiro e quarto lugar, não necessariamente nessa ordem, o negro Henrique e o indígena Camarão. Enquanto existia quem defendesse a igualdade de importância entre os líderes brancos e mestiços, também havia os que instigavam à exclusão desses últimos. A exclusão se amplia quando nomes importantes da capitania de Pernambuco que lutaram contra o invasor batavo não participaram das guerras de restauração, que é caso do donatário de Pernambuco, Duarte Albuquerque Coelho. A lista de censurados não é pequena, tendo o imaginário coletivo uma clara preferência pela tetrarquia já assimilada, Viera, Vidal, Henrique e Camarão. Conta-se ainda com a resistência de aceitar outro português para esse rol da fama – só havia vaga para um luso – o general Francisco Barreto de Menezes que veio a Pernambuco para assumir o comando da empresa restauradora no lugar de Fernandes Vieira (MELLO, 2008, p. 184-185).

Se as pretensões da elite açucareira era privilegiar uma versão dos fatos na memória das guerras restauradoras em que os homens bons da terra arquitetaram, executaram e honraram o projeto de livrar o norte do Brasil da presença holandesa, algo deveria ser feito com Fernandes Viera, protagonistas dessas façanhas em várias crônicas dos seiscentos. Viera não era bem nascido e muito menos natural da colônia, visto que chegara pobre ainda menino em Pernambuco, vindo do arquipélago da Madeira, só enriquecendo graças aos seus negócios com o açúcar. A solução era então nacionalizar o personagem, dando feições tanto reinol

quanto mazombo, ou como chamaram-no nos oitocentos, um português do reino mas também um português americano. Passou-se a argumentar, para nacionalizar Vieira, a aceitar a ideia de “pátria” não apenas como o local do nascimento, mas a terra generosa ao qual se aceita um estrangeiro que fez dela a sua terra natal (MELLO, 2008, p. 199 e 219), como disse Frei Caneca citado por Evaldo Cabral: “Os portugueses europeus estabelecidos em Pernambuco, só pelo fato de nele virem habitar e estabelecer-se, são legítimos compatriotas desta província, e ela é sua pátria de direito” (MELLO, 2008, p. 193).

Problema resolvido? Com certeza não. Inclusive continua com a oposição à presença de Fernandes Vieira no panteão Restaurador. Fernandes Gama, por exemplo, achava pertinente “varrer de nossa ideia até o nome português” (MELLO, 2008, p. 196), acusando o madeirense de colaborar com o governo batavo em certas ocasiões, de usurpar o papel de outros no movimento e de entregar o comando das tropas luso-brasileiras nas mãos de outro português e não de um dos mestres-de-campo da terra (MELLO, 2008, p. 198). Além de tudo isso, Ferdinand Denis atestara que Fernandes Vieira era filho de um fidalgo da Madeira com uma mulher de cor, portanto, um mestiço. Todavia, era melhor colorir a importância de um tão elevado oficial militar com a pele branca, senão seria mais um problema para contornar, a da representatividade racial, que, para evitá-la, sempre tendeu-se a empurrar Camarão e Henrique para patamares mais baixos da hierarquia restauradora. Do mesmo artifício utilizaram com o traidor Calabar, que aparece aqui e ali, como sendo mulato ou mameluco, enquanto Vieira permanecia no imaginário coletivo como caucasiano (MELLO, 2008, p. 205).

Nos oitocentos, quase dois séculos depois das guerras das Tabocas e dos Guararapes, as memórias editadas durante esse médio de tempo transcorrido, recebe uma nova atualização. A Revolução de 1817 trazia a lembrança dos tempos memoráveis dos antepassados pernambucanos que expulsaram os holandeses de Pernambuco, conclamando os partidários com frases de efeito carregadas de orgulho e nostalgia, com a proclamação do governo provisório dizia “tiranos covardes que ousaram querer calcar os filhos dos vencedores de tabocas e Guararapes” e convidava a juventude “a não degenerar do caráter de vossos avós”. Já na Confederação do Equador (1823), o líder Manuel de Carvalho Pais de Andrade protestava que “nós somos ainda os descendentes dos heróis de 1654, de 1710” (MELLO, 2008, p. 210).

Os cronistas também direcionaram seu amor e ódio ao personagem de significado oposto aos que compõem o panteão restaurador, o Conde de Nassau. Diz Evaldo Cabral (2008, p. 292) que durante a primeira metade dos oitocentos o pernambucano poupou o governador alemão da condenação geral que se fazia sobre os vinte e quatro anos da experiência holandesa. Assim como fazia seus pais seiscentistas que como Frei Manuel Calado (1584-1654), em o *Valeroso Lucideno* (1648) reconhece João Maurício como a sua imagem mais convencional, ou seja, a do bom príncipe, justiceiro e bondoso, entretanto, mal auxiliado por seus conselheiros, mas inclinado para o acerto e para o bem graças ao sangue real que lhe garantia essa qualidade, digno de ser até chamado de Santo Antônio, apesar de ser um calvinista. Apesar de tantos elogios, o religioso também se decepcionara com o Nassau que traficava escravizados da África e enriquecia a si próprio com os rendimentos da ponte que mandara construir (MELLO, 2008, p. 293). Já aos holandeses Calado apenas tinha pesadas palavras para defini-los, como sempre dispostos a furtar, roubar, violentar e abusar movidos por pura ganância. Além de não terem respeito a Deus eram inimigos da Cristandade, apesar de serem cristãos calvinistas, isto é, inimigo do cristianismo romano (MELLO, 2008, p. 295-296).

Diogo Lopes Santiago, em sua obra *História da guerra de Pernambuco*, apenas trata Maurício de Nassau a partir dos feitos bélicos, mas nada grandioso acrescenta à sua administração, mas reconhece que o povo de Pernambuco lastimara a sua partida mas por medo do próximo governante do que por saudade do Conde. Já Rafael de Jesus em o *Castrioto Lusitano*, apenas citara a construção da ponte para alimentar a sua ganância e nada mais de importância. Para esse autor, Nassau era dominado pela paixão ao dinheiro e pela vaidade imatura. Sobre os holandeses, o Castrioto os abordava como cobiçadores insaciáveis pelo o que era dos outros, achando que tudo os pertenciam por direito, substituindo neles o sentimento de honra pelo o do ganho. Loreto Couto, por sua vez, parece nem se dar ao trabalho de relatar a existência de algum Nassau, governador-geral de Pernambuco e capitânicas vizinhas, apenas citando em poucos momentos quando era extremamente necessário (MELLO, 2008, p. 294, 296, 298 e 299).

Diz Evaldo Cabral que Nassau era aceito pelos bem nascidos da terra porque pelo menos era ele um aristocrata e fidalgo da Casa de Orange. Essa ideia foi bem aceita por Varnhagem que, assim como Nassau, também pertencia à aristocracia e por isso o via como

um príncipe que reunia as qualidades de ser um capitão prestigioso, um prudente juiz e um honrado administrador (NASCIMENTO, 2020, p. 103). A favor do Conde alemão, estavam também o cronista Brito Freyre, autor da obra *História da Guerra Brasileira* que teceu elogios a benevolência, urbanidade, ao trato com os portugueses, ao seu sangue nobre e sua fama militar. Enquanto governador de Pernambuco (1660-1664), Brito Freyre se mostrou um entusiasta pela preservação das obras deixadas por Nassau ao Recife e de imitar decisões administrativas como obrigar a destinação de parte das terras dos engenhos à produção da farinha de mandioca (MELLO, 2008, p. 298).

Depois da tela de fundo, deu-se uma duração de um pouco mais de dois séculos para que a versão “oficial” sobre os holandeses, sobre Nassau e sobre os Restauradores fosse atualizada. Revisões feitas em pelo menos quatro ocasiões gerando uma dezena de crônicas com objetivos, fiadores e perspectivas distintas sobre essa construção da memória coletiva do pernambucano, especificamente do recifense, povoando no imaginário um conjunto de versões que por muito tempo ficou preso ao ciclo literário e intelectual. Na segunda metade do século XIX, entramos na fase da historiografia moderna sobre o Brasil holandês, com a criação do Instituto Histórico do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

2.2 Construindo uma história nacional: dos Guararapes até o Império do Brasil

Após a independência do Brasil, o país carecia de uma longa história nacional com tudo o que se espera desse tipo de enredo: batalhas importantes contra invasores, luta pela unidade brasileira, heróis e mártires. Foi assim que a Restauração Pernambucana serviu muito bem para os interesses do império, visto que as batalhas contra os invasores holandeses restaurara o domínio do norte do Brasil ao trono dos Braganças, linhagem ao qual pertencia o imperador do Brasil, D. Pedro II. Os documentos que existiam no Rio de Janeiro sobre o período neerlandês, foi copiado e trazido graças à atuação na Europa de Joaquim Caetano da Silva que, a mando do monarca brasileiro na década de 1850, inventariou uma série de documentações para atender certas questões diplomáticas com a Guiana Francesa, produzindo com isso um extenso volume em francês de oito códices sobre as correspondências entre o Recife e os Estados Gerais, no século XVII. Em 1945, esses documentos foram publicados com o título de *Documentos holandeses* (MELLO, 2010, p. 15).

Marilena Chauí em sua obra *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária* utiliza-se do termo *semióforo* para designar algo que se transforma num símbolo capaz de alterar a compreensão da realidade, podendo ser um “acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição [...]” (2000, p. 7). Um evento de guerra como a dos Guararapes, um animal como o boi voador, um objeto como um exemplar raro dos biógrafos dos seiscentos, uma obra de arte que embelezam a Igreja de Nossa Senhora dos Militares, uma instituição como a Sinagoga Kahal Zur Israel ou um personagem transformado em busto transcendem do significado visível para o do invisível a partir da simbologia. Um livro deixa de ser apenas um livro para ganhar conotação cívica dado à sua raridade e um sentimento de nostalgia e orgulho por meio de um repertório simbólico. Nesses casos, simples objetos tomam sentidos incontáveis de significações. Tais semióforos viram temas de peças teatrais, obras de artes, celebrações religiosas e cívicas, romances, monumentos, feriados e etc.

Certos lugares deixam de ser apenas espacialidades para tornarem-se locais simbólicos de um passado heróico, suscitando nas pessoas que as visitam sentimentos de comunhão em torno de uma simbologia específica que explica ser aquele lugar especial, diferentes de outros. Um monte pode ser apenas uma elevação de um terreno, entretanto o Monte dos Guararapes tem em torno de si um significado diferente, uma simbologia tanto cívica quanto religiosa alcançada por uma longa construção na memória coletiva a partir de acontecimentos únicos ocorridos ali, que é atualizado no decorrer de uma longa duração. Nesse sentido, o Estado encarnado na pessoa de D. Pedro II é um incansável produtor de semióforos nacionais. Chauí afirma (2000, p. 9) que:

o poder político precisa construir um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz é a nação. Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos monumentos celebratórios, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.

Una e indivisa, leia-se imperial, centralizadora e aglutinadora das produções locais acrescentando-lhes um significado nacional. O civismo e o patriotismo foram mecanismos ideológicos importantes para a criação de um repertório de símbolos nacionais. Se antes da Independência se falava de “pátria mineira” ou “pátria pernambucana”, nos eventos separatistas no Brasil dos séculos XVIII e início do XIX, a partir do período imperial, se organizou todo um esforço para fundar na consciência do povo a ideia de “pátria brasileira”.

Assim ocorreu com a palavra “nação” que era basicamente utilizada para designar as indígenas. Assumiu-se o grande esforço de integrar todas as regiões desse vasto Brasil e sua diversidade populacional em uma ideia única de “nação brasileira”. A saída foi elaborar e reforçar sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária que ia se inventando a partir de uma nova tradição (CHAUÍ, 2000, p. 9-11). Então, era preciso transpor a memória regional, versão ligada à tradições locais, religiosas, profissionais e familiares para uma como projeto do Estado, de um Estado forte inclusive (NORA, 2008, p. 191).

A história do Brasil foi elaborada a partir de novos pressupostos ideológicos, consequência das reatualizações de sentido e símbolos das coletividades. Lugares, personagens e instituições regionais ganham dimensões cívicas nacionais. O que ameaçava a unidade do império era descartado do civismo e das letras. As memórias das experiências republicanas, como as de Pernambuco, eram descartadas a medida que o passado marcado pela lealdade ao trono dos Braganças era enaltecido nas produções historiográficas durante o Segundo Reinado. Nesse aspecto, a Restauração Pernambucana ganha grande importância em detrimento dos movimentos republicanos em Pernambuco nos oitocentos. Por isso, cada autor citado aqui fala de acordo com o seu período e de seu local social de fala, motivo pelo qual percebemos as mudanças nos discursos intelectuais sobre o tempo dos flamengos e da restauração. Graças ao levantamento historiográfico de Evaldo Cabral de Mello publicado em sua obra *Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana* (1986), podemos ter uma detalhada noção de como o discurso que povoa até hoje a mentalidade e a memória coletiva popular foi construído e atualizado no decorrer dos séculos seguintes ao evento traumático – das guerras contra os holandeses – que mudarão o cenário político, econômico e intelectual de Pernambuco.

Devemos, antes de mais nada, comentar sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, no Rio de Janeiro. Seu objetivo era fundar um semióforo nacional, ou seja, o “Brasil”:

Oferecendo ao país independente um passado glorioso e um futuro promissor, com o que legitimaria o poder do imperador. [...] Como instituto histórico, cabia-lhe imortalizar os feitos memoráveis de seus grandes homens, coletar e publicar documentos relevantes, incentivar os estudos históricos no Brasil e manter relações com seus congêneres internacionais” (CHAUÍ, 2000, p. 32).

Já o papel do historiador brasileiro seria, segundo os parâmetros imperiais, o de escrever uma história que incorporasse as três raças – nisso a versão do panteão restaurador que reunia o reinol Fernandes Vieira, o mazombo Vidal de Negreiros, o negro Henrique Dias e o indígena Felipe Camarão se enquadrava bem –, dando maior grau de importância ao português como conquistador e senhor que deixa de herança ao Brasil suas marcas morais, como também dando a devida atenção as particularidades regionais, porém, integrando-as à unidade da história nacional, incorporando os traços locais de um país continental que, como destino inevitável, convergia em tudo para o centro, ou seja, para a pessoa do imperador, para a própria nação. O modelo de historiador a ser imitado era o de Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) e sua obra *História Geral do Brasil* de 1854 (CHAUÍ, 2000, p. 32).

Evaldo Cabral alude-nos sobre a estadia do imperador D. Pedro II em Pernambuco que levantou no monarca o interesse pela história no período holandês na província. Entretanto, as informações que recebia sobre esse passado era controverso e várias informações foram passadas apenas como forma de achismos ou do que se imaginava ter acontecido. Podemos citar como exemplo, o que disseram ainda estar de pé, em pleno oitocentos, uma das casas de Fernandes Viera em Maranguape, no qual restava apenas suas ruínas (MELLO, 2008, p. 42), ou ainda os souvenir que levou para Rio de Janeiro como lembranças desse tempo, uma bala de artilharia e um cachimbo holandês, sem falar que teve o imperador a paciência de traçar o mapa do itinerário percorrido por Vieira no início da Restauração (MELLO, 2008, p. 38-39). Não bastasse isso, pediu o rei do Brasil para ver os sepulcros dos líderes do levante contra os neerlandeses, sendo conduzido ao local do jazido da família Pais Barreto, na Igreja da Misericórdia em Olinda, levando-lhe a acreditar estar ali os restos mortais de Fernandes Viera (MELLO, 2008, p. 41).

Ao chegar a Pernambuco, diz Evaldo (MELLO, 2008, p. 67), o monarca trouxera seus próprios exemplares de Barléu e de Netscher, e que aqui conheceu o *Castrioto Lusitano*, do Frei Rafael de Jesus, publicado em 1679. O interessante a se apontar é que o imperador do Brasil possuía um exemplar de livros holandeses raríssimos até em Pernambuco, como o de Barléu, que só existia apenas um no Mosteiro de São Bento de Olinda e outro bem mutilado em posse de um médico chamado Joaquim d’Aquino Fonseca. A referida obra era cara demais para se adquirir da Europa, mas nem por isso faltava quem a quisesse adquiri-la, seja por meio de leilões ou anúncios. D. Pedro II já conhecia a obra de Barléu, mas outros livros de autores

holandeses eram completamente desconhecidos até a primeira metade dos oitocentos. Já as obras de autores lusitanos produzidas aqui ou em Portugal não sofriam do mesmo desconhecimento que as neerlandesas, uma servindo até de fonte para a outra, a exemplo do *Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manoel Calado, das *Memorias diarias de la guerra del Brasil* (1654), de Duarte Albuquerque Coelho, da *Nova Lusitânia* (1676), de Francisco de Brito Freyre e do *Castrioto Lusitano* (1679), de Frei Rafael de Jesus (MELLO, 2008, p. 83-85). Houve um interesse também sobre a obra de Diogo Lopes de Santiago intitulado *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre-de-campo João Fernandes Vieira*, cujo original manuscrito, elaborado entre 1661 e 1675, encontra-se em Portugal, na Biblioteca Municipal do Porto. Foram publicados pela primeira vez entre os anos de 1871 e 1886 na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BIASON, in BLANCO, 2015, p. 200).

A visita do imperador a Pernambuco rendeu o interesse pelo incentivo à pesquisa sobre esse período da história, entretanto sobre uma perspectiva imperial e nacional. Isso excluía a versão dada pelos pernambucanos sobre os fatos ocorridos na província atualizados pelo pensamento republicano da Revolução Pernambucana de 1817, da Confederação do Equador de 1823 e da Revolução Praieira de 1848. Era necessário extrair da Restauração Pernambucana qualquer indício de republicanismo e agregar-lhe uma conotação nacional, unindo-a à uma história geral do Brasil. O porta-voz da versão imperial da história do trauma dos Guararapes, foi o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que afirmava ser as batalhas entre os restauradores e os batavos a parte que realmente importava para ajudar a compor essa história nacional. Sobre esse empreendimento historiográfico imperial, Evaldo Cabral (2008, p. 57) diz:

Como afirma Maximiano Lopes Machado, “ficamos estacionários, à espera que nos mandassem da Corte uma história completa do Brasil, e a história geral foi a de Varnhagen, na qual declina para os historiadores parciais o exame dos fatos relativos a cada uma das partes do todo”. Essa divisão do trabalho historiográfico era a que se devia esperar da concepção saquarema encarnada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: aos historiadores provinciais, seus respectivos campos de investigação; aos do Rio, a concatenação dessas histórias setoriais, como os únicos autorizados a desvendar-lhes o sentido, que era o que realmente importava ao poder.

A visita do imperador à Pernambuco, em 1859, e de Varnhagen, em 1861, efervesceram o orgulho dos historiadores pernambucanos diante da escrita de uma história imperial que selecionava e descartava episódios caros da história local que não interessavam

ao propósito ideológico do Estado. A fundação do Instituto Histórico pernambucano lança a contra-atividade de construção da versão provincial dos fatos históricos que o Império brasileiro fazia questão que todos esquecessem, principalmente as experiências republicanas. Nesse sentido, O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, fundado em data proposital, em 27 de janeiro de 1862, dia cívico em homenagem à capitulação holandesa e a vitória definitiva dos restauradores, assumia o intuito de preservar a memória histórica local em detrimento das iniciativas centralizadoras de uma historiografia nacional e imperial. Apesar disso, entre os sócios do IAHGP contava-se os contrários ao regionalismo historiográfico que via a Guerra dos Mascates (1710-1711) como um acontecimento anti-lusitano, a Revolução de 1817 como destoantes dos sentimentos monárquicos de nação, a Confederação do Equador (1824) um ataque à unidade imperial e que a Praieira (1848) reabriria feridas ainda abertas (MELLO, 2008, p. 56-58).

Varnhagen creditava a Vidal de Negreiros a grande liderança da empresa restauradora, tentando derrubar Fernandes Vieira do seu pedestal. Superando essas preferências pessoais, o historiador oficial do imperador declama elogios aos pernambucanos em sua obra *História Geral do Brasil* quando diz ter sido façanha mais ousada essa dos súditos em Pernambuco do que qualquer dez mil Persas relatado por Xenofonte, levando em conta os motivos que levaram o povo dessa capitania a entrar em peleja contra uma potência europeia mui superior belicamente em nome de Vossa Majestade, Duque de Bragança, D. João IV (MELLO, 2008, p. 199 e 207). Na obra *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, Varnhagen assumia um objeto político contundente, convencer seus contemporâneos às vésperas da guerra contra o Paraguai de que no passado homens bravos dessa terra, para não chamá-los de brasileiros ainda, pegaram em armas e puseram fim numa dominação estrangeira que durou vinte e quatro anos. Era um resgate histórico de uma importante vitória militar do Brasil contra uma potência europeia, mesmo que não se tenha ainda a ideia de um Estado brasileiro nos seiscentos, essa versão cairia bem ao Segundo Reinado (NASCIMENTO, 2020, p. 102).



Figura21–Fotografia anônima de Francisco Adolfo Varnhagen.

Fonte: <https://www.academia.org.br/academicos/francisco-adolfo-de-varnhagen/biografia>

2.3 O interesse sobre o Brasil Holandês: O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco foi fundado em 27 de janeiro (aniversário da Restauração Pernambucana) de 1862 e configura como uma importante referência nacional e internacional no resgate e na manutenção da memória histórica pernambucana, possuindo museu, biblioteca e arquivo, além de contar com sua revista com publicação desde os primórdios de suas atividades. Sua sede, hoje na rua do Hospício, primeiramente se localizava em uma das salas do Convento do Carmo no Recife, sendo transferida para as dependências do Palácio Campos das Princesas e, por fim, fixando-se em seu atual endereço, em 10 de novembro de 1920. Nele podemos visitar em uma das salas de seu museu um importante acervo sobre o período holandês em Recife, como por exemplo quatro telas da tetrarquia restauradora, do painel pintado em madeira sobre a Batalha dos Guararapes e uma maquete reproduzindo a geografia do Recife no tempo dos flamengos,

além de ter acesso a vários artigos sobre o período holandês produzidos por importantes intelectuais do Recife dos séculos XIX e XX.



Figura 22 – Sede do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, na rua do Hospício, em Recife. Foto: anônima, 1918.

Fonte: <https://www.iahgp.com.br/>



Figura 23 – Imagem capturada do vídeo “Passeio Virtual – IAHGP”, de 2009, onde podemos observar o acervo sobre o período holandês no museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Fonte: <https://modulacao.wordpress.com/2015/06/05/um-museu-na-rua-do-hospicio-o-do-iahgp-por-jose-luiz-da-mota-menezes/>

Como pioneiro nas pesquisas sobre o Brasil holandês no século XX, podemos destacar José Antônio Gonçalves de Mello, que afirma em sua obra *Tempo dos flamengos* (1987, p. 22-26), que já, em 1934, dedicava-se a examinar a documentação sobre o período na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi em Pernambuco, em 1942, que ele se dedicara ao estudo de uma coleção de documentos copiados e trazidos da Holanda, por José Hygino Duarte Pereira (1847-1901), professor da Faculdade de Direito do Recife, que esteve por um ano em Haia à serviço do Instituto Histórico local e financiado pelo governo da província, onde dedicou-se a copiar os arquivos da coleção holandesa que não estavam disponíveis por completo para consulta no Rio de Janeiro. O referido professor entregou ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, em 1886, os volumes copiados da coleção de Haia. Era monumental o feito de José Hygino, pois tal trabalho disponibilizou para os historiadores do nosso país a mais completa coleção, fora da Holanda, de documentos sobre o período da ocupação neerlandesa no nordeste brasileiro⁶.

José Hygino cumpria, antes de tudo, um importante interesse acadêmico com financiamento público graças ao governo da província de Pernambuco, mesmo em crise financeira, porém, movido também pelo próprio desejo em produzir uma escrita da história que privilegiasse o protagonismo de sua terra, em detrimento do que Varnhagem fazia no Rio de Janeiro, tomando como sendo nacional os sucessos encabeçados por um passado provinciano de causar orgulho. Nesse sentido, afirma Rômulo Nascimento (2020, p. 101):

Temos, em meio a essa discussão, que, a partir da pesquisa de José Hygino nos Países Baixos, não apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha um *corpus* documental de fontes neerlandesas. Agora, o Instituto Histórico Pernambucano passava a abrigar fontes não menos importantes. A temática do Brasil holandês teve a sua ‘infância’ em meio a uma rivalidade entre institutos históricos no século XIX.

Apesar da grandiosa atividade historiográfica realizada por José Hygino, o responsável pelas primeiras análises sobre a coleção copilada, ficou a cargo de seu discípulo, o Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho (1870-1916), produzindo os primeiros estudos sobre os documentos trazidos da Holanda para Pernambuco e publicando-os em vários números das revistas do Instituto Arqueológico local como também em outras revistas, onde pode abordar distintos temas sobre o período batavo no Brasil. Todavia, com a morte de Alfredo Carvalho,

⁶ Em edição de 23 de março de 1884, o Diário de Pernambuco noticia o interesse do IAHGP de enviar para Europa um de seus sócios para copiar e trazer para a província documentos sobre período flamengo em Pernambuco. Novamente retornou às matérias do referido jornal, em exemplar de 21 de maio de 1886.

aponta José Antônio Gonsalves de Mello, a coleção legada por Hygino, acabou ficando esquecidas nas prateleiras do Instituto pernambucano, empoeirada, danificadas pela ação do tempo, sendo encontrada pelo próprio, na década de 1940, com as encadernações soltas, sem algumas páginas e até faltando um dos volumes. Do que foi encontrado por ele, os documentos formavam duas coleções principais: a primeira era o “Livro de atas do Alto Conselho do Brasil”⁷ composto por 12 volumes compreendendo o período de 1635 a 1654; e a segunda era “Cartas e Papéis do Brasil”⁸, com 15 volumes, abarcando de 1630 até 1653. Ainda existia uma coleção menor intitulada “Registro de cartas enviadas pelo Conselho dos XIX ao Brasil”, contendo 2 volumes, documentos sobre a rendição de 1654, além de cartas e papéis não organizados em volume (MELLO, 1987, p. 22-24).

Porém, onde estaria a grandiosidade de tantos documentos copiados por José Hygino, no século XIX, em Haia, para a análise dos historiadores brasileiros de todo o século XX? O Livro de atas do Alto Conselho do Brasil representa um grande repositório de informações sobre a vida colonial brasileira com tanta riqueza de informações e detalhes que, segundo José Antônio Gonsalves de Mello (2010, p. 14), é difícil de se achar sobre outras épocas da nossa história. Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 15-16) também chega a essa constatação ao afirmar ser o domínio holandês no Nordeste o período melhor documentado da história colonial do Brasil, tanto a partir da quantidade de fontes como da variedades delas. Era o dia a dia da colônia relatados nas várias páginas da coleção, desde problemas administrativos, políticos e econômicos, como sociais e urbanos. Vitórias e derrotas militares, obras públicas, as dificuldades na administração, enfim, 24 anos da vida do Nordeste brasileiro estavam registrados em língua holandesa nesses documentos. Já as Cartas e Papéis do Brasil estão contidas as correspondências enviadas pelo governo holandês de Pernambuco ao Conselho dos XIX, em Amsterdam. Tratavam-se de relatórios sobre as possessões e o que elas necessitavam, além de cartas de oficiais militares, pastores, nobres, dentre outros, cartas interceptadas de portugueses, depoimentos de prisioneiros, atas de assembleias religiosas, jornais de viagens e etc.

Ao assumir a secretaria do Instituto Histórico, em 1902, Alfredo de Carvalho, fez um balanço das atividades da instituição durante os quarenta anos que atravessaram a segunda

⁷ *Dagelijckse Notulen der Hooge Raden in Brazilië.*

⁸ *Brieven en Papieren uit Brazilië.*

metade do século XIX até aquela data. O referido historiador apontou que na primeira fase desse histórico, o IAHGP se deteve exclusivamente a louvar os restauradores e desqualificar os holandeses. Graças as pesquisas de José Hygino o cenário se inverte, levando a partir disso à uma nostalgia neerlandesa. É só nesse início de século XX que a nova historiografia produzida pelo IAHGP irá sepultar de vez a historiografia nativista carregada de ideologias elitistas, no qual dominou as versões que perpetrou na memória e no imaginário coletivo do povo pernambucano. Essa nova fase de atuação dos historiadores pernambucanos colocou cada versão dentro dos limites de suas épocas, como a versão oitocentista que não conhecia ainda as demais obras holandesas além de Barléu e, a versão imperial, que recorria ao nativismo dos setecentos e incorria em todos os problemas de reflexão herdado por um passado colonial português que concorria com um passado nostálgico flamengo. Essa nova leva de historiadores volta aos clássicos cronistas para fazer as devidas críticas obedecendo os limites de seu contexto social e político que estavam inseridos. No geral, poucos não inocentaram os oito anos nassovianos em detrimentos do total de vinte e quatro anos de ocupação batava nas capitanias do norte do Brasil (MELLO, 2008, p. 291-292).

Como bem disse Evaldo Cabral de Mello (2010, p. 17), quem assumiu a grande missão de continuar o trabalho historiográfico de José Hygino, como também de Alfredo de Carvalho, foi José Antônio Gonçalves de Mello, quando recebera do reitor da Universidade Federal de Pernambuco, professor Joaquim Amazonas, a tarefa para o biênio de 1957-58, de levantar a documentação acerca de Pernambuco e do Nordeste nos arquivos europeus. Qual a foi a grande contribuição desta feita para a história da nossa região? Gonsalves de Mello microfilmou um série de documentos que José Hygino não teve nenhuma condição de copilar pelo apertado período que esteve na Holanda, pois contava com parques fundos para manter sua pesquisa na Europa. Se já contávamos com os vários documentos trazidos de Haia no fim do século XIX, José Antônio Gonsalves de Mello nos presenteou com muito mais, como as atas do governo do Recife, documentos pertencentes aos cartórios da WIC, dos Estados Gerais e do Tribunal de Justiça da Província da Holanda, atas da igreja reformada no Brasil holandês, documentos dos arquivos de Amsterdã, do particular do Conde João Maurício de Nassau, da Comunidade Reformada de Amsterdã e da Biblioteca da Universidade de Leiden. A lista não para por aqui, ainda podemos citar mapas, telas e as descrições sobre o estado da colônia, como o de cada capitania e, ainda, uma série de obras produzidas por soldados, viajantes, pastores, seja em forma de diários ou em relatos mais volumosos.



Figura 24 – Fotografia anônima de José A. Gonsalves de Mello.

Fonte: <http://www.editora.cepe.com.br/autor/jose-antonio-gonsalves-de-mello>



Figura 25 – Fotografia anônima de José Hygino Duarte Pereira.

Fonte: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/curiosidades/>

A atitude de homenagear tanto a Maurício de Nassau como também aos líderes restauradores movimentou os debates entre os intelectuais do Instituto Histórico de Pernambuco já no século XIX, dividindo o grupo entre partidários de um modelo quanto de outro. Abreu e Lima não só elogiava a administração nassoviana, mas todo o período holandês. Já Fernandes Gama preferiu restringir seus elogios ao governo de Nassau e principalmente a luta dos Restauradores. Pereira da Costa, por sua vez, defendia que nada tinha de comemorar a Restauração Pernambucana, pois os holandeses tinham feito mais pela nossa terra em vinte e quatro anos do que os portugueses em quase quatro séculos, demonstrando estar contra Fernandes Viera e Francisco Barreto, ao passo de se posicionar saudoso aos tempos nassovianos.

Nesse sentido, Vieira perde o tanto de fama que acumulou quando os historiadores optaram por deixar de lado a proposta nativista da versão da Restauração. A respeito do general Barreto de Menezes que, no nativismo já era olhado atravessado, passa a ser um personagem de importância secundária na Restauração, não ascendendo ao panteão restaurador e orbitando à margens da tetrarquia já aceita. As desconfianças vinha graças à sua nomeação às pressas, já às vésperas das Guerras dos Guararapes e de toda a desconfiança que pairava em torno de qual seria suas reais atribuições dentro do processo revoltoso. É Pereira da Costa que faz a denúncia da gradual destruição dos monumentos flamengos pelos governos

lusos pós-restauração. Atitude até corriqueira dos vencedores diante do que os perdedores produziram e que poderia servir futuramente de memória saudosista. O ideal é construir de novo, não só os edifícios, mas a própria memória das que a ideologia quer que se recorde (MELLO, 2008, p. 200 e 300).

O Recife holandês e nassoviano foi enterrado por um novo Recife restaurado e luso, mas não apagou-se da memória coletiva esses tempos que parece insistir seduzir o imaginário do povo recifense. E se deixaram o Forte das Cinco Pontas de pé, o pouparam com quatro pontas como recordação da vitória na tomada da principal fortaleza batava na capital. É Arthur Orlando que irá defender a influência republicana holandesa no espírito insurreto dos pernambucanos dos séculos à frente, como uma transferência dessa representação para a inteligência e o coração do povo de Pernambuco. Evaldo Cabral (2008, p. 302-303) interpreta a ocasião como sendo uma consequência da luta pela restauração que fizera nascer no homem da terra a ideia de que a capitania os pertencia por direito. Poderá ser que esse pensamento tenha adiantado os pernambucanos na luta pela independência e pela experiência republicana. Mesmo expulsos, os flamengos pareciam não ter deixado a mente dos pernambucanos. Já para Abreu e Lima, vale saudar o passado neerlandês inteiro, não só o governo nassauano, visto que, em oposição ao modo administrativo colonial e ao valores políticos e econômicos de Portugal, os da Holanda trouxeram mais desenvolvimento, colocando na conta da colonização portuguesa o atraso do Brasil (MELLO, 2008, p. 312-313). Aqui temos, no século XIX, um pensamento que se espalhou pela mentalidade do pernambucano que a repete até hoje. Quem nunca ouviu a célebre pergunta: “Se os holandeses não tivessem sido expulsos seríamos mais desenvolvidos do que somos agora?”. Puro imaginário de uma memória povoado por versões ideologicamente construídas, atualizadas e replicadas no transcorrer desse tempo longo.

Em suma, como pioneiro nessas pesquisas no século XX, já destacamos o nome de José Antônio Gonçalves de Mello (1916-2002) que em 1934 dedicava-se a examinar a documentação sobre o período na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. No entanto, foi em Pernambuco, em 1942, que ele se dedicara ao estudo de uma coleção de documentos copiados e trazidos da Holanda, por José Hygino Duarte Pereira (1847-1901), professor da Faculdade de Direito do Recife, que esteve por um ano em Haia à serviço do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco e financiado pelo governo da província, entregando ao Instituto pernambucano, em 1886, os

volumes copiados da coleção de Haia. Era gigantesco o feito de José Hygino, pois tal trabalho disponibilizou para os historiadores seguintes, como Evaldo Cabral de Mello, a mais completa coleção, fora da Holanda, de documentos sobre o período da ocupação neerlandesa no Brasil.

3. ATRÁS DO VISÍVEL: O “MITO EM MIGALHAS”

Denis Bernardes (2003, p. 37), a partir de levantamento nos principais jornais pernambucanos, entre os meses de março e maio de 2003, apontou cerca de trinta matérias sobre o período holandês. Então ela afirma: “tal espaço dedicado pelos jornais locais, à memória do período holandês, não encontra paralelo com nenhum outro período da história pernambucana ou brasileira no geral”. Se ampliarmos o alcance temporal e submetermos os acervos dessas mesmas fontes à análise, encontraremos com certeza muito mais visitas dos jornalistas - Diário da Manhã e Diário de Pernambuco – às memórias do período neerlandês em suas páginas, a exemplo dos artistas e os políticos do executivo estadual e municipal que produziram aqui e ali homenagens tanto ao Conde Nassau quanto aos líderes restauradores. Não apenas nos jornais a memória ambos foram revitalizados, mas na iconografia e nas homenagens de ruas, praças, pontes, monumentos e edifícios públicos petrificaram esse passado flamengo e restaurador para a posteridade.

No campo das artes podemos citar Francisco Brennand (1927-2019) e Aberlado da Hora (1924-2014) oriundos de famílias ligadas à cana de açúcar. As obras de artes desses célebres pernambucanos que estão expostas nas vias do Recife traz esse teor de culto cívico aos santos líderes da Insurreição Pernambucana ou das vitórias desses contra o exército invasor. Assim como os quadros pintados sobre as Batalhas dos Guararapes que embelezam igrejas erguidas em homenagem a vitória dos insurretos e em museus, locais de memórias, guardam sua versão da supremacia católica e portuguesa. A fonte jornalística, que alimentaram por década as mentes dos leitores dos principais jornais recifenses, tem um lado tomado nessa história: a dos intelectuais do Instituto Histórico e a dos discursos políticos que acessavam constantemente esse passado tão longínquo, de se perder de vista, que parecia muito ser tempos áureos de desenvolvimento urbano e científico, nunca mais alcançado.

Para Volvele (2008, p. 114) é necessário o recurso de novas fontes, não só das escritas, a fim de revelar o gestual e as práticas coletivas. O autor lembra que não é papel do historiador descartar o que aparentemente se acha insignificante, aliás, para ele (2008, p. 117-118), se tratando de comportamentos, nada é sem valor, mas sim, remetem a alguma herança inconsciente, pois a “criatividade do imaginário” inventa novos objetos e imagens, está

sempre sendo atualizado, não se contentando com os “velhos brinquedos” do passado. É interessante apontar que por mais que achemos que as respostas sejam provenientes do nível mental da “consciência clara”, elas na verdade são expressões simbólicas que ressoam de maneira específica no inconsciente. O que se fala sobre o tempo dos holandeses que, parecemos claro demais, é na verdade heranças e resistências de uma longa e lenta construção e atualização do imaginário coletivo sobre o tema.

3.1 O tema do “bom colonizador holandês” nos jornais pernambucanos

Personagens importantíssimos para a nossa reflexão são os “mediadores” de um “intermediário cultural” (VOLVELLE, 2008, p. 214-215), ou seja, a encruzilhada entre dois mundos, o da aristocracia e o do povo, que, apesar de formarem um fiel grupo difusor do saber de elite, propagaram entre as massas o que o universo popular deveria conter e reproduzir como modelo. Estamos falando dos biógrafos, padres, militares, jornalistas, artistas, políticos, professores, dentre outros, formadores de opinião pública à serviço da elite, porém tão próximo do calor popular. Assim, demonstramos o quanto o conteúdo dos jornais Diário da Manhã e Diário de Pernambuco serviram para manter vivos na memória das massas leitoras um sentimento cívico de orgulho desses “heróis dos Montes dos Guararapes”, como também saudar grandes políticos estaduais que sonhavam ser lembrados como o novo Nassau, responsáveis por grandes e importantes obras públicas. Assim como os padres, muitas vezes biógrafos dos próprios “santos cívicos”; militares, esses agentes públicos que louvam até hoje os líderes da Restauração, perpetuando uma contação de histórias sobre as batalhas travadas contra os flamengos e homenageando em seus quartéis dando-lhes os nomes de um ou de outro mestre de campo; papel distinto tiveram os professores recifenses, como consta nos jornais, contribuindo para a manutenção dessa versão pró-restauradores em cursos e palestras no Recife.

Partiremos das folhas do Diário de Pernambuco do século XIX para analisar o quanto o tempo dos holandeses, tanto de uma nostalgia nassoviana quanto um orgulho restaurador, fora abordado pelos editores do referido jornal. No referido periódico que circula desde 1825 podemos encontrar uma publicação de conteúdo substancial acerca dos temas que estamos

tratando no exemplar de 20 de março de 1840⁹, sobre um anúncio da venda por encomenda do primeiro tomo – referente a seis livros sobre os séculos XVI e XVII – em avançado processo de impressão, obra de José Bernardo Fernandes da Gama, cujo título era *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, a ser adquirido no livreiro situado na Praça da Independência. A obra colocada à venda com todos os seus tomos já impressos foi novamente anunciada no editorial de 19 de julho de 1844¹⁰, contando com uma sinopse de autoria do próprio autor que assina pelas iniciais J. B. F. G. Nele Fernandes da Gama chama de “governo Hollandez” o que sabemos ter contado com administradores não batavos, como o polonês Arciszewsky e o alemão Nassau, reforçando o imaginário sobre uma mítica colonização holandesa e não de uma companhia.

Já em 1842, um folhetim¹¹ foi publicado sobre o Conde alemão, governador do Brasil holandês. Aliás, vê-se no enredo que seu autor, que não assina o texto, escreve sobre o personagem de João Maurício como um nobre da Casa de Nassau que aceitara a honrosa e árdua missão de “pôr termo as devastações dos Brasileiros e submeter o Brasil ao domínio da Hollanda”. Como muitos pensam até hoje, o autor desse artigo também parece acreditar que o norte do Brasil fora uma possessão holandesa, ao invés da Companhia das Índias Ocidentais. Todavia, é importante apontar que na redação conta-se a vitória militar de Nassau contra o Conde Bagnuolo, em Porto Calvo. A pequena novela continua no exemplar do dia seguinte, 21 de outubro¹², misturando anônimos e famosos militares, aclamando a bravura dos soldados luso-brasileiros na guerra de resistência, mas que, por outro lado, guerreavam contra um inimigo merecedor de elogios, muito superior em número e em armas, além de contar com um comandante que se devia honraria por sua destreza na liderança e no combate, servindo como exemplo aos seus comandados.

Uma importante autoridade intelectual no Rio de Janeiro, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, que exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ser membro do Instituto de França, da Academia de Ciências de Madri e Lisboa, da Sociedade de Geografia de Paris e de Nova York, cujo teve seu relatório lido na sessão de 15 de dezembro de 1859, aniversário da IHGB, publicado no Diário

⁹ Ao publico. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de março de 1840, p. 3.

¹⁰ GAMA, Fernandes da. Publicação Literária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de julho de 1844, p. 2-3.

¹¹ As duas órfãs ou uma desesperação infernal. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20 de outubro de 1842, p. 1-3.

¹² As duas órfãs ou uma desesperação infernal. **Diário de Pernambuco**. Recife, 21 de outubro de 1842, p. 1-3.

de Pernambuco no ano seguinte¹³. Nele, o cônego traz a memória as atividades acadêmicas e administrativas da instituição naquela ano. Em sua pesquisa acerca do período holandês, o intelectual da corte vê com animação a pessoa de Nassau e também de sua administração no norte do Brasil, fixando como motivo para o declínio da ocupação neerlandesa justamente:

[...] na desconfiança, do espírito de ganância dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, que, desgostando ao magnânimo conde de Nassau, substituíram as sabias e elevadas vistas do seu paternal governo por uma política egoísta confiada a toupeiras administrativas.

Passados três séculos do retorno de Nassau à Holanda, assim como de sua morte, em 1679, é possível constatar o saudosismo e a memória nostálgica que aparecem nas matérias ao longo do século XX do jornal pernambucano “Diário da Manhã”, editado em Recife (1927-1985). Algumas de suas matérias enalteciam o gênio administrativo de Maurício Nassau, sendo usado até em discursos de políticos pernambucanos durante o século XX. Como o de 2 de fevereiro de 1970¹⁴, quando é relatado um acalorado discurso do vereador recifense Clóvis Correia, que via de ótimo grado ser batizado o prédio sede da prefeitura, no Cais do Apolo, como “Palácio Augusto Lucena”, visto que, segundo o mencionado vereador, esse personagem homenageado era reconhecido pelo povo como um grande representante na Assembleia Legislativa, diversas vezes eleito, cuja administração foi dita como revolucionária e justamente comparada ao governo de Nassau, pois ambos transformaram Recife em uma nova cidade. Em outro artigo, em 1975¹⁵, em plenária na Assembleia Legislativa, Nassau foi louvado mesmo sendo minimizado perante outro administrador. O deputado Felipe Coelho não poupou elogios ao governo de Eraldo Gueiros, recordando aos ouvintes as obras monumentais do governador, como Suape, o Complexo Salgadinho e a Barragem de Tapacurá que fizeram o povo pernambucano esquecer o que fizera o Príncipe Maurício de Nassau no Recife antigamente.

Sobre Nassau, apesar de governar para o invasor holandês, sempre teve seus partidários, como já discutimos anteriormente. Em outra edição¹⁶ do Diário de Pernambuco,

¹³ PINHEIRO; J. C. Fernandes. Relatório lido na sessão pública aniversário do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1859, pelo 1. Secretário interino do mesmo Instituto, conego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de fevereiro de 1860, p. 2.

¹⁴ Palácio Augusto Lucena. **Diário da Manhã**. Recife, 2 de fev. 1970, p. 7.

¹⁵ Plenário da Assembleia Legislativa. **Diário da Manhã**. Recife, 4 de mar. 1975, p. 4.

¹⁶ BANDEIRA, Witruvio P. V. A. de. Memoria historico-descriptiva da inauguração da coluna commemorativa da Fortaleza do Arraial-Novo do Bom Jesus, lida em sessão do Instituto Archeologico, Historico e geographico Pernambucano, pelo sócio efferctivo, Dr. Witruvio Pinto e Accioli de Vasconcellos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de agosto de 1872, p. 8.

desta feita de 1872, temos a opinião de um sócio do IAHGP, Witruvio Pinto Bandeira e Accioli de Vasconcellos, sobre o Conde João Maurício, defendendo que “a invasão hollandeza em terras brasílicas tinha chegado ao maior auge de preponderância e esplendor sob a governação do príncipe Mauricio de Nassau” e depois de seu retorno levou-se vinte e cinco meses para, na ausência da autoridade benevolente do conde, o governo posterior foi quebrado, pondo fim aos vexames e ultrajes que o invasor causava aos colonos. Em contrapartida, para saudar os feitos restauradores, liderados por Fernandes Viera, baseou o seu enredo em o Castrioto Lusitano de Frei Rafael de Jesus, um partidário vieirista. O fato é que o orgulho restaurador abriu um espaço para um apaixonamento pelo Conde de Nassau entre alguns dos intelectuais do instituto.

Em certa ocasião, um mal-estar entre um sócio do Instituto Histórico pernambucano e a comissão do mesmo ocorreu graças à um discurso pró-holandeses em pleno Brasil império, no qual foi parar nas páginas desse jornal¹⁷. Pereira da Costa afirmou que “o domínio hollandez seria mais proveitoso para os povos que habitam esta parte da América, do que o domínio portuguez”. Essas palavras proferidas dentro do IAHGP colocava em dúvida até a data magna de fundação da própria instituição, 27 de janeiro, em honras a Restauração Pernambucana que expulsava o neerlandês e a reincorporava ao império luso. Em resposta a fala de Pereira da Costa, a comissão do instituto chegava a conclusão que “não classifica de erro de nossos antepassados o terem-se libertado do jugo hollandez, ainda que para de novo suportar o jugo de Portugal”. Entretanto, a comissão não questionava que, até aquela época, era inegável a superioridade de progresso da pátria de Maurício de Nassau e Portugal. Mas não poderia deixar de dispor de argumentos contra o que seria exageros do orador, como por exemplo, “é sabido igualmente que não podia haver liberdade de commercio, pois que a isto se appunham os interesses da companhia” e “liberdade de cultos era cousa desconhecida de hollandezes e portugueses; o que houve foi certa tolerância obrigada, depois de cruéis perseguições”. Esse embate intelectual só nos deixou como herança interessantes disputas argumentativas, onde ambos apontaram coerências e incoerências. Não dá para continuar afirmando, como ainda funciona no imaginário coletivo do povo, que houve algum ambiente tolerante nesse período, como já foi discutido, ou que Nassau fosse holandês, mas sim alemão.

¹⁷ Revista diária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 de setembro de 1876, p. 3.

Uma longa crítica ao saudosismo holandês entre os pernambucanos fora feita na sessão magna de aniversário do IAHGP, em 27 de janeiro de 1880, cujo nome não aparece no artigo publicado pelo Diário de Pernambuco, em 4 de fevereiro do mesmo ano¹⁸. Primeira crítica apontada fora com a ideia de que os holandeses tenham sido tolerantes em sua pátria, mas que, em contrapartida, estava mais interessada em outros afazeres do que em uma vida religiosa. Nesse sentido, pergunta o articulista, para que serviria uma religião gélida nos ritos e individualista no cotidiano dos seus adeptos, sendo o brasileiro tropical, sentimentalista e apaixonado? Segundo o autor do artigo, o calvinismo não serviria para um povo que contava já com mais de um século imerso no catolicismo. Outro ponto criticado no texto foi a ideia de haver liberdade política em Pernambuco como tinha na Holanda. A resposta foi que “Isso pouco nos interessava, porque não costumam os holandeses dar as suas colônias um governo livre, como faz a Inglaterra”. Essa posição parece ter sua coerência, visto que nenhuma ex-colônias neerlandesa goza atualmente de elevados índices de desenvolvimento humano e industrialização. Todas esses países que foram um dia colonizados pelos batavos, hoje padecem de graves crises humanitárias, seja na América, na África ou na Ásia. Utilizando de Nassau e poupando-o, o autor questiona o que fizeram os holandeses da metrópole quando o príncipe Maurício de Nassau implementou uma administração progressista e tolerante em Pernambuco? Ele mesmo responde que logo desautorizaram-no, demitindo-o porque só desejavam ganhar dinheiro, quando não, saquear e pilhar os colonos.

Já há quem tenha usado as folhas do Diário de Pernambuco para nada elogiar a Nassau, como o Dr. Maximiano Lopes Machado, um associado do IAGHP¹⁹. Inclusive, aproveitando o espaço do jornal para desmentir que ele tenha sido tolerante com a religião alheia. Pelo contrário, João Maurício estava mais preocupado em manter seu poder, concedendo livre culto aos católicos, trazendo alegria momentânea aos vencidos e, logo em seguida, cedendo aos apelos dos ministros calvinistas em tão rápido determinou a proibição das celebrações romanas.

¹⁸ Instituto Archeologico e Geographico, sessão magna anniversaria, celebrada em 27 de janeiro do corrente ano. Discurso do orador da Sociedade Propagadora da Instrução Pública (Conclusão). **Diário de Pernambuco**. Recife, 4 de fevereiro de 1880, p. 8.

¹⁹ MACHADO, Maximiano L. Discurso proferido pelo Maximiano Lopes Machado, orador do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano, **Diário de Pernambuco**. Recife, 4 de fevereiro de 1885, p. 8.

Em 6 de maio de 1876, o Diário de Pernambuco reservou alguns parágrafos de sua edição²⁰ para lembrar aos leitores que naquela mesma data, só que em 1644, o Conde de Nassau entregava o governo do Brasil holandês ao Conselho Supremo do Recife. Até aí, nada demais. Todavia, o texto tece uma série de elogios a João Maurício, como “hábil político e administrador [ilegível], Mauricio de Nassau” e continua “Pernambuco, muito especialmente, devia a Mauricio de Nassau notável progresso e adiantamento em civilização” que faltavam às capitanias mais ricas do resto do Brasil. O articulista ainda chama-o de “príncipe ilustre e verdadeiro estadista” que “quis prender, pelo coração e por legítimos interesses, os brasileiros ao domínio da Holanda”, tendo como bases de governo a “Tolerância religiosa”, “proteção aos lavradores” que ainda contavam com “perfeita igualdade perante as leis”, além de garantir “liberdade de commercio para todos os negociantes”. Para complementar a devoção nassoviana, parece que o autor desse artigo é inconformado com as calúnias vindas “dos seus inimigos invejosos de sua glória” que o difamavam por toda a Europa levando-o a demissão, mas, como consequência, veio a tão breve decadência do domínio batavo no Brasil.

No mesmo ano de 1876, outro artigo²¹ foi publicado declamando diferentes termos de louvor aos anos de governos de Nassau, bem como criticando a ganância e soberba dos que queriam vê-lo longe da administração da colônia. Desta feita, o jornal lembrava que em 22 de agosto, data daquela edição, o príncipe Maurício deixava o Brasil de volta para a sua pátria, em 1644. Diz o autor que dentre todos, apenas os acionistas da Companhia estavam alegres pelo acontecido, opondo a reação desses a que tiveram 11 indígenas que, não se sabe se pediram para acompanhá-lo até a Holanda por amor a sua pessoa ou por curiosidade em conhecer a tão falada metrópole. Destarte, o articulista assevera que o povo o saudou em sua partida com muito respeito. A admiração do autor é tanta que ele chega a apontar uma alternativa que explicaria o motivo pelo qual Nassau não se rebelara contra as ordens de seus superiores, não se igualando a eles, mas, pelo contrário, caso:

Não amasse tanto a sua patria, e tanto se interessasse pela grandeza da Hollanda, Mauricio de Nassau poderia rir-se a prelibar sua vingança, deixando o Brasil hollandez abandonado a administradores ou de capacidade mediocre, ou de incapacidade conhecida; grande cidadão, porém, elle foi nobremente relatar em precioso documento ao governo das provincias unidas a situação da colônia, e os prejuizos que a ameaçavam, e indicar a marcha que alli deviam seguir os

²⁰ Revista diária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 6 de maio de 1876, p. 2.

²¹ Revista diária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 de agosto de 1876, p. 2.

governadores, e os meios mais seguros para evitar ou vencer os acontecimentos adversos que lhe pareciam iminentes.

O leitor do Diário de Pernambuco, no dia 6 de setembro de 1881²², que por ventura nunca teve acesso as grandes crônicas dos séculos XVII, XVIII e XIX, pôde ter a disposição um rico resumo dos feitos de Maurício de Nassau a partir das obras de Netscher e Varnhagen, em apenas uma página do jornal. Os detalhes são enormes e as comparações entre Recife e as cidades holandesas são constantes, praticamente levava o leitor a se impressionar pelo desenvolvimento do Recife em apenas oito anos de governo de um estrangeiro. O mesmo ocorrera na edição de 5 de dezembro de 1882²³, desta feita, se utilizando o autor da obra de Gaspar Barléu. Na edição de 27 de junho de 1884²⁴ temos um esboço cronológico dos acontecimentos históricos em Pernambuco desde abril de 1636 até 31 de julho de 1645, que se estende em outro periódico, de agosto do mesmo ano, abarcando os eventos entre 1647 à 1793²⁵. Além desses, uma resenha foi publicada, em 12 de fevereiro de 1886²⁶, sobre a obra de Netscher, *Os Holandeses no Brasil*, trazendo um panorama geral da pesquisa apenas a partir de documentos neerlandeses por este mesmo autor.

Já nas páginas do Diário da Manhã, jornal que circulou durante o século XX nos deixa a par de quanto o jornalismo impresso continuou utilizando-se da memória de Nassau e, com isso, manteve viva a fama dos feitos do Conde alemão. Em 29 de janeiro de 1936, o Diário da Manhã noticiou²⁷ a comemoração do 282º aniversário da Insurreição Pernambucana, no Instituto Arqueológico de Pernambuco, em palestra proferida pelo Professor Luis Delgado, que chama a colonização dos holandeses de “mesquinha em seus fundamentos e suas finalidades”, ao passo que tece elogios ao Conde Nassau dizendo-lhe ser “um homem que acreditava na inteligência” e enalteceu a sua figura superior analisando “a sua vocação política, a inclinação real para se pôr a serviço da coletividade”. É interessante observar que o mesmo professor que elogia Nassau é o mesmo que zomba da presença neerlandesa em

²² BÉRINGER, Emilie. Memória sobre o porto do Recife, Pernambuco – Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de setembro de 1881, p. 8.

²³ Revista diária. **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de dezembro de 1882, p. 4.

²⁴ SILVA, Antonio do C. S. Esboço chronologico de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 de junho de 1884, p. 8.

²⁵ SILVA, Antonio do C. S. Esboço chronologico de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife, 1 de agosto de 1884, p. 8.

²⁶ PEREIRA, Duarte. Os holandeses no Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de agosto de 1886, p. 2.

²⁷ Restauração de Pernambuco. **Diário da Manhã**. Recife, 29 de jan. 1936. p. 3.

Pernambuco, um retrato da admiração pelos oito anos de administração nassoviana e repúdio aos períodos pré e pós chegada do Conde.

Adálio Alves, na coluna “Redação do Tempo”²⁸, discorre sobre a insatisfação de certos intelectuais em ver uma estátua que homenageava um tal de Ascencio Ferreira dentre outros personagens, na Praça do Cais do Apolo, desperdiçando uma grande oportunidade de honrar melhor a memória histórica pernambucana como, a exemplo dos grandes vultos da história pernambucana ao invés desses escolhidos. Adálio Alves criticava em seu artigo no Diário da Manhã, daquele 7 de abril de 1971, que era este fato um retrato da negligência aos personagens do nível de Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias, Frei Caneca, Gangazumba, dentre outros. Em seguida torna a citar outros personagens numa segunda lista cheia de elogios como: “alguns dos nossos mais dignos, ou a memória de um Duarte Coelho, Matias de Albuquerque e Maurício de Nassau e tantos outros, em reconhecimento ao muito que fizeram a nossa gente”. Adálio Alves termina sua queixa sobre deixar-se perder a nobreza de reconhecer o passado do estado, diferentemente como faziam os paulistas, cariocas e mineiros que não lançavam mão de louvar seus grandes nomes do passado.

Em 21 de maio de 1976²⁹, o Diário da Manhã relata que Pernambuco se preparava para festejar o tricentenário de Maurício de Nassau no ano seguinte. No texto do jornal, o autor não ameniza suas críticas à Holanda e louva a figura do governador do Brasil holandês: “uma coisa é a Holanda, outra é Nassau”. Já sobre os colonizadores ele diz: “À Holanda o Brasil nada deve, porque ela em vez de virtudes colonizadoras, aqui só revelou ela mercantilismo”. Percebe-se que o articulista espera que uma colonização traga benefícios para as terras colonizadas, no qual ele não reconhece nenhuma benesse por parte dos empresários. Entretanto, como diz Evaldo Cabral em *Rubro Veio* (2008, p. 297), a Holanda fora a primeira comunidade nacional europeia que se propôs a uma nova lógica colonial deixando em segundo plano a defesa da fé calvinista, a expansão do poder do Estado ou o esplendor da Casa dos Orange, mas antes o enriquecimento e a prosperidade material dos seus habitantes - legando o empreendimento colonial às companhias de navegação e comércio neerlandesas -, trazendo mal-estar às potências católicas e seus modelos coloniais. Por outro lado, ao Conde Nassau, ele diz que o mesmo foi repudiado pela Holanda por conta do maravilhoso governo que fez no Brasil, sendo nosso país devedor a ele dos grandes marcos da sua civilização.

²⁸ BARROS, Adálio. Redação do Tempo. **Diário da Manhã**. Recife, 7 de abr. 1971, p. 4.

²⁹ Há 40 anos. **Diário da Manhã**. Recife, 21 de mai. 1976.

Continua dizendo que Nassau chegou aqui em um momento em que mal tínhamos saído das trevas selvagens e deu a Pernambuco tudo e até mais do que era possível naquela época remota. Mas os elogios ao governador não param por aí: “Nassau em vez de encher seus navios de armas guerrilheiras, encheu-os de pintores, de arquitetos, engenheiros, naturalistas, astrônomos, sábios como se quisesse fundar deste lado do Atlântico o milagre cultural da Grécia”.

Podemos ver que o autor da matéria distingue bem aquilo que se vem apontando nesse estudo, o saudosismo pelos quase oito anos de governo de Nassau e um claro repúdio ao período da ocupação neerlandesa sem a presença do Conde. Em 24 de janeiro de 1937, foi publicado o artigo do Professor H. Cunha Neto com o título “Apontamentos de história da arte brasileira e a Pinacoteca de Bellas Artes” onde foi abordado a visão de mais um intelectual pernambucano do século XX sobre o Conde de Nassau, com as seguintes palavras:

Quando o conde Maurício de Nassau, aportava ao Recife, e aí se fixou, não se limitou aos domínios das terras americanas, como qualquer aventureiro vulgar, garantido pela força do seu aguerrido exército. Homem inteligente e culto, não podia compreender a colonização, sem imediata organização de um núcleo artístico e científico, como base sólida da futura civilização de suas novas terras³⁰.

No ano de Tricentenário da morte do Conde de Nassau, em 1979, o famoso antropólogo pernambucano, Gilberto Freyre, fez seu discurso como paraninfo do Curso Maurício de Nassau, promovido pelo então presidente do Arquivo, Dr. Mauro Mota. É palavras de Freyre: “Tudo o que se disser ou fizer em memória de Maurício de Nassau, é pouco; Pois ele foi imenso!”. Nas palavras do articulista³¹, Professor Nelson Rosa Matos se lê: “Com todo o seu imperialismo nórdico-europeu, não se pode negar como Nassau viveu em harmonia e união com os nordestinos do Brasil”. Concluindo sua matéria, o docente declara o amor que Nassau tinha por nossa terra querendo transformá-la em um Principado holandês, com seu palácios fabulosos – em Recife construiu dois -, com jardim botânico e observatório astronômico, bibliotecas, ruas bem delineadas, pontes modernas e sem falar do povoamento de sábios e artistas. Em outro artigo, intitulado *Mota resente-se da nossa indiferença e feridas nativistas*³², o mesmo professor engrandece os cursos promovido pelo Dr. Mario

³⁰ NETO, Cunha. Apontamentos de história da arte brasileira e a Pinacoteca de Bellas Artes. **Diário da Manhã**. Recife, 24 de jan. 1937, p. 14.

³¹ MATOS, Nelson Rosa. Gilberto Freyre paraninfo do “Curso Maurício de Nassau”. **Diário da Manhã**. Recife, 4 de jan. 1980, p. 7.

³² MATOS, Narciso Rosa. Mauro Mota resente-se da nossa indiferença e feridas nativistas. **Diário da Manhã**. Recife, 8 de mar. 1980, p. 8.

Mota, entre eles sobre Nassau, que, segundo ele, apresentou justamente o grande governo do Conde baseado no saber científico, que, nos seus tempos de colégio, seus mestres o haviam pintado com sombras e heresia, pior do que os reformadores da doutrina católica João Huss ou João Calvino.

Além disso, algumas referências aparecem em outras diferentes editorações do Diário da Manhã honrando a João Maurício como o fundador da cidade do Recife. Na matéria de 9 de janeiro de 1937³³, o Recife é chamado de “cidade que o finado Maurício de Nassau fundou”. Em artigo intitulado *Maurício de Nassau, o Brasileiro*, de 11 de julho do mesmo ano, Vicente Themudo Lessa, utilizando as folhas do citado periódico escreveu: “faz justamente trezentos anos que desembarcava em Pernambuco o fundador da cidade do Recife [Maurício de Nassau]”³⁴. Em outro artigo, um relato de uma criança de oito anos de idade, cujo nome é Gabriel Leitão da Costa Ribeiro, compôs a coluna “A cidade onde nasci”, onde o garoto encerra sua opinião sobre a capital concluindo que o “Recife foi fundada por Maurício de Nassau”³⁵. Em outra matéria, publicada no dia 6 de fevereiro de 1944, a cidade do Recife é chamada pela expressão: “velho burgo de Maurício de Nassau”³⁶.

A imagem de um governador tolerante, seja na religião ou seja nas questões comerciais, é vista nas publicações do Diário da Manhã como louvor ao espírito civilizador de Nassau que ora e outra é comparado ao governadores que tanto o antecederam como o sucederam. Em artigo de 19 de setembro de 1937, de autoria de Santacruz Lima³⁷, Maurício de Nassau é descrito como um semeador da liberdade de religião e de comércio, um político generoso e instruído que veio para o Brasil com a missão de desenvolver uma civilização sem depender dos burgueses da Holanda.

Em conjunto acordo, a câmara do Recife e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, após debater sobre o tema, em 24 de maio de 1866, e relatado no Diário de Pernambuco quatro anos depois, concluiu necessária as mudanças dos nomes de algumas localidades dos bairros do Recife e Santo Antônio, para com isso homenagear

³³ O repórter nº 1 da cidade vai descobrir quem quebrou o cadeado. **Diário da Manhã**. Recife, 9 de jan. 1937, p. 2.

³⁴ LESSA, Vicente Themudo. Maurício de Nassau, o Brasileiro. **Diário da Manhã**. Recife, 11 de jul. 1937, p. 1.

³⁵ RIBEIRO, Gabriel. A cidade onde nasci. **Diário da Manhã**. Recife, 25 de abr. 1937, p. 1.

³⁶ A concepção da Divina Graça. **Diário da Manhã**. Recife, 6 de fev. 1944, p. 1.

³⁷ LIMA, Santacruz. Pernambuco e a candidatura de José Américo. **Diário da Manhã**. Recife, 19 de set. 1937, p. 10.

personalidades e datas cívicas que louvavam a história municipal. Desse período dos flamengos, foram homenageados Francisco Barreto de Menezes nomeando a antiga “Rua da Cadéa”; a data da vitória nas Tabocas, “Rua 3 de agosto” passou a se chamar a outrora “Rua da Cacimba”; a “Rua da Senzalla-Nova” mudou-se o nome para “Rua D. Maria Cesar”, esposa de Fernandes Vieira; a “Rua da Cruz”, antiga “Rua dos Judeus”, se chamaria agora “Rua do Bom Jesus” em homenagem à uma capela de mesmo nome que fora demolida em 1850; a “Praça do Chafariz” tornou-se a “Praça da Restauração” memorando o movimento que pôs fim ao domínio batavo; “Rua Felipe Camarão” era a partir de então a “Rua das Hortas”; e, com importante comentário do redator, a “Travessa do Ouvidor” chamaria naquele momento “Travessa de Friburgo” lembrando “a fundação da freguezia de Santo Antonio, principiada por Mauricio de Nassau, que construiu logo a primeira casa, onde é hoje o palacio da presidencia, a qual denominara – Friburgo”.

No bairro de São José outras vias foram renomeadas, a exemplo da “Rua Vidal de Negreiros” que era a antiga “Rua das Cinco-pontas”, mestre de campo responsável por tomar o forte de mesmo nome; a data da vitória na Primeira Batalha dos Guararapes deu nome à “Rua 19 de Fevereiro” que era antes a “Rua Nova de Santa Rita”; a “Rua do Caldeireiro” passou a ser a “Rua Dias Cardoso”. No bairro da Boa Vista, as trocas dos nomes se deram com a “Rua do Camarão” que tornou-se a “Rua D. Clara Camarão”, esposa do mestre de Campo de mesmo sobrenome; “Rua Monte das Tabocas” era a antes nominada “Rua do Cotovello”; e, a “Rua da Traição” deu-se o nome de “Rua 17 de Agosto”, em homenagem a vitória das tropas luso-brasileiras na Batalha de Casa Forte, em 1645.

Esse rebatismo das vias e praças do centro do Recife demonstra o interesse dos intelectuais do IAHGP de tornar eterna a lembrança tanto dos tempos dos flamengos quanto das batalhas e líderes da Restauração Pernambucana. Transformar espaço em memória, como pensa Pierre Nora (2008, p. 24) é uma tarefa de conter o passado no presente. Uma praça deixa de ser apenas uma localização, logo uma obra pública feita de pedra transcende e passa a ser um espaço imagético que conduz o consciente à um tempo passado que não se deixa passar. Por sua vez, registram os autores da nota, o que incomodavam nos antigos nomes desses ruas porque:

alguns dos quaes, além de ridículos, não tem significação séria, e outros nada indicam de tradicional ou histórico, servirão para alimentar o sentimento nacional, cujo desenvolvimento se obterá empregando entre outros meios o da comemoração

dos feitos grandiosos, de épocas notáveis e de heróis ilustres, a quem devemos nossas glórias pátrias.
Recife, 24 de maio de 1866/ Feliciano Joaquim dos Santos./Gustavo José do Rego./ Salvador Henrique d’Albuquerque/ Padre Lino do Monte C. Luna³⁸.

Há ainda quem ficasse irritado quando alguém defendia que nada mais há do período holandês que nos séculos seguintes não tenha sido posto a baixo. Por exemplo, o Professor Narciso Rosa Matos, em coluna para ao *Diário da Manhã*³⁹, em 1980, movido por esse apaixonamento pelo tempo dos flamengos, claramente aludindo ao conteúdo do imaginário coletivo sobre o período, foi taxativo acerca do assunto:

Nada disso é verdade! Há muita coisa por aí no Recife atual à vista de todos que são resquícios dos tempos nassauanos, sem falar na autêntica Amsterdam ou Cidade Maurícia que está aos nossos pés quando palmilhamos a antiga Ilha de Antônio Vaz desde o antigo Palácio de Friburgo (hoje dito “das Princesas” ou do Governador) até o fabuloso Palácio das Torres ou da Boa Vista (hoje Convento do Carmo)! Que falem os arqueólogos...

3.2 Nostalgia nassoviana e restauradora: o paradoxo dos elogios nas artes

A iconografia nos proporciona interessantes e diferentes possibilidades de fontes que representam o discurso de grupos sociais específicos, podendo tirar delas diferentes atitudes. Michel Vovelle (2008, p. 87) diz que “a iconografia é um meio privilegiado para se compreender a dialética entre as realidades materiais e o olhar lançado sobre elas”. Mais uma vez nos deparamos com a versão dos homens ricos da terra, que apesar de ter sido produzidas séculos a frente, conserva uma intenção elitizante da versão do discurso sobre a visão de mundo correta a pairar na mentalidade coletiva das massas. A exemplo disso, temos sempre os quatro oficiais de campo – Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e André Dias – prestigiados nas pinturas e nos monumentos oficiais, ou, no máximo acrescido do general Francisco Barreto de Menezes em poucas peças – mas que exclui muitas outras alternativas de culto cívico à uma liderança que poderia se perpetuar também na memória do povo. É a questão do “panteão restaurador” analisado em Rubro Veio por Evaldo Cabral que

³⁸ SANTOS, Feliciano J. dos, *et al.* Trabalho das comissões da Câmara Municipal e do Instituto Archeologico, Historico e geographico de Pernambuco, sobre a mudança de nomes de algumas ruas da cidade do Recife, por outros tradicionais e historicos. **Diário da Manhã**. Recife, 10 de agosto de 1970, p. 8.

³⁹ MATOS, Narciso Rosa. Não será justo que reexaminemos a história das guerras holandesas? **Diário da Manhã**. Recife, 6 de mai. 1980, p. 9.

deu voz aos vários embates dos letrados recifenses atuantes no Instituto Histórico de Pernambuco, que não trouxe ao debate intelectual da época um consenso, mas sim muitas discórdias. Podemos observar que a hierarquização militar na revolta armada se transpôs para uma hierarquia artística séculos depois, silenciando os heróis cívicos sem ou de baixas patentes.

Volvelle (2008, p. 70) comenta que:

As fontes iconográficas não somente são abundantes, mesmo em seu inventário atual, como também oferecem perspectivas renovadas de reflexão. Não obstante afigurar-se paradoxal, eu diria que, em certos aspectos, elas podem parecer mais “inocentes” ou, afinal de contas, mais reveladoras que o discurso escrito ou oral, graças às significações que delas podemos extrair, em termos de confissões involuntárias. [...] confidências murmuradas (ou extorquidas) sobre as representações coletivas, para as quais teríamos muita dificuldade em encontrar o equivalente escrito.

A iconografia nativista foi um interesse estimado desde muito cedo, diz Evaldo Cabral (2008, p. 47 e 49), quando o próprio João Fernandes Vieira decidiu mandar pintar diversos painéis sobre as duas batalhas dos Guararapes, Tabocas, Casa Forte e Afogados “para que o tempo não ponha em esquecimento tão notáveis feitos”. Essas obras devem ter sido destruídas pela ação do descuido e do tempo. Entretanto, Evaldo Cabral afirma ser uma dessas obras a que esteve por muito tempo na Câmara de Olinda e que, depois de ser reformada, passou para tutela do governo da província e atualmente está no Museu do Estado de Pernambuco. No século XVIII o referido parlamento de Olinda também contava com retratos dos restauradores, no qual o de Fernandes Vieira já estava nessa época bastante estragado, sendo substituído por outra de Antônio Vepúlveda (1736), que não chegara ao nosso tempo. As que temos ainda hoje expostas nos museus pernambucanos e em outros lugares, tentaremos abordar a partir de agora.

Uma importante parte do legado do governo do Conde Maurício de Nassau e sua equipe de artistas e pintores que retrataram a paisagem do Brasil holandês está muito bem protegida em uma lindíssima exposição no Instituto Ricardo Brennand, no bairro da Várzea, no Recife. O museu conta com o maior acervo do mundo dedicado ao primeiro pintor das Américas, Frans Post, atuando em Pernambuco durante os oito anos de administração nassoviana (1637-1644). Além disso, a exposição conta com utensílios do período, mapas,

livros, bem como produtos de tapeçaria inspirados nos desenhos de outro grande artista batavo, Albert Eckhout.



Figura 26 – Fotografia anônima da sala onde está a exposição "Frans Post e o Brasil Holandês".

Fonte: <https://www.institutoricardobrennand.org.br/index.php/exposicoes>



Figura 27 - Gravura do Conde Maurício de Nassau emoldura com documento original em pergaminho, autor, de 1667.

Fonte: <https://institutoricardobrennand.org.br>



Figura 28 - Busto de Maurício de Nassau (Réplica da obra de Bartholomeus Eggeres, datada de 1664, na Alemanha)

Fonte: <https://institutoricardobrennand.org.br>

Mary Angela BIASON em seu artigo *Iconografia das Batalhas dos Montes Guararapes: a presença de soldados músicos* para a obra *Estudos Luso-Brasileiros em Iconografia Musical*

organizada por Pablo Sotuyo Blanco, publicada em 2015, nos lembra que a iconografia das Batalhas dos Guararapes é uma construção bem posterior do referido acontecimento bélico fundamentada nos relatos publicados períodos à frente. É nítido a ocupação dos grupos étnicos separados em regimentos distintos e em partes diferentes das pinturas, respeitando assim a hierarquia das raças ao passo que atendia ao ideário nacional brasileiro, ainda em desenvolvimento, exaltando as três matrizes étnicas que o imaginário idealizou como originários do povo brasileiro: o branco, o indígena e o negro (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 197).

Transpor os episódios bélicos de um povo para a produção artística é um hábito antigo, desde a antiguidade inclusive. Essas obras imortalizavam não só suas vitórias militares, mas representavam a preservação tanto de territórios quanto da língua, religião e costumes. Na Europa, os vencedores de batalhas encomendavam principalmente pinturas, atendendo um interessante mercado de colecionadores entre a burguesia crescente, tornando uma prática comum entre os séculos XVII e XVIII o intenso trabalho de artistas a retratar os tais feitos belicosos. A representação pictórica atendia alguns interesses de impactos visuais, como a formação dos batalhões em posição de ataque liderados por seus comandantes – representados em destaque -, circundado de confrontos corpo a corpo, mortos e feridos espalhados, a bandeira vitoriosa tremulando, a fumaça dos tiros da artilharia, os derrotados atordoados e confusos fugindo do campo de batalha e, se tratando de vitórias de reis católicos, a representação de alguma intervenção divina no conflito (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 199).

É dos cronistas que se tira as principais impressões sobre as batalhas e, no caso do Monte dos Guararapes, as informações foram produzidas tanto por luso-brasileiros quanto pelos neerlandês, em diários de viagens, relatórios de guerras e etc. Destaque para Diogo Lopes e sua obra *História da Guerra de Pernambuco (1661-1675)*, encomendada pelo capitão-mor Fernandes Viera, cujo nos lega a iniciativa do próprio líder restaurador a preocupação de não colocar no esquecimento os feitos notáveis nas Tabocas e em Guararapes. De fato, essas obras sobre as batalhas contra os batavos nos deixou senão uma memória do conflito, mas pelo menos sobre o que seus idealizadores desejam que o imaginário preservasse desse momento tão longínquo. A respeito da produção pictórica sobre os Guararapes, diz Mary Biason (2015, p. 201) que será na segunda metade dos oitocentos que

as pinturas tomam um sentido de instrução para a “comunhão nacional”, que é o caso da obra “A Batalha dos Guararapes” (1879), de Vítor Meireles, em contraponto a prática artística do período colonial, onde o intuito era enaltecer o rei, mas também aos seus patrocinadores, a exemplo da pintura óleo sobre madeira “Primeira Batalha dos Guararapes” (1801), de José da Fonseca Galvão.

Analisando as características pictográficas das quatro obras pernambucanas sobre o conflito entre luso-brasileiros e flamengos no período da Restauração Pernambucana (1645-1654), Mary Biason (2015, p. 205) faz questão de repetir que tais foram produzidas nos séculos seguintes a partir de dados coletados pelos cronistas dos seiscentos. Entre as obras analisadas pela autora, elas apresentam características em comuns, como a disposição do exército luso-brasileiro caminhando da esquerda para a direita, com os terços dos Henriques e dos Camarões bem identificados e os holandeses caminhando em direção contrária. A imagem da Virgem Maria e do Menino Jesus aparecem no canto superior esquerdo em três dessas obras (1709, 1758 e 1781), exatamente no mesmo lado onde o exército português foi pintado. O exército holandês é representado com seus numerosos pelotões se movimentando de forma compacta.

Da obra de 1709 não se sabe quem é seu autor. Esta obra está hoje no Museu do Estado de Pernambuco, porém fora encomendado pelo Senado da Câmara de Olinda, permanecendo nele até a transferência para a tutela da administração estadual. Nela consta 3 epígrafes, uma com os nomes dos principais senadores olindenses que encomendaram a obra, outra com os nomes dos principais nomes dos comandantes luso-brasileiros nas Batalhas dos Guararapes e a soma do efetivo militar holandês para enfatizar a vitória dos menos numerosos graças à Virgem Maria, e, por último, outra com os nomes dos personagens que são representados na obra e alguns dos seus feitos (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 206-207).

A obra “Batalha dos Guararapes” (1758) – óleo sobre tela (122x217cm), atribuído a Manoel Dias de Oliveira, feita em louvor a vitória contra os holandeses graças a Nossa Senhora dos Prazeres, hoje localizado no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, foi representado nela os três grupos compactos dos neerlandeses no lado direito, o confronto corpo a corpo sobre os olhares da Virgem Maria e o Menino pintados na mesma margem superior direita, os terços dos negros sob o comando de Henrique Dias e à frente o terço de

indígenas liderados por Felipe Camarão na margem inferior (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 210-211).



Figura 29 - "Batalha dos Guararapes" (1758), atribuído a Manoel Dias de Oliveira.

Fonte: Retirado da obra *Estudos Luso-Brasileiros em Iconografia Musical* (2015)

O painel óleo sobre madeira “Batalha dos Montes dos Guararapes” (1781), atribuído a João de Deus e Sepúlveda foi encomendada pelo governador-geral de Pernambuco, José César de Menezes e está localizada na Igreja de Nossa Senhora dos Militares, em Recife. Esta obra recebeu inspiração da outra anteriormente citada do Senado de Olinda (1709). Em sua epígrafe, o artista escrevera informações da batalha representada e louva aos portugueses que em menor números venceram em nome do “augusto soberano” aos holandês, no qual chamamos de tiranos e “bárbaros”. O autor do referido painel chama a cena representada de “memorável vitória” e homenageia a quem o encomendou a tal honrosa atividade artística, “o ilustríssimo e Excelentíssimo [Senhor] José César de Menezes, governador e capitão geral de Pernambuco” (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 213-214).



Figura 30 - Painéis que compõe a obra "Batalha dos Montes dos Guararapes" (1781), de João de Deus e Sepúlveda.

Fonte: Retirado da obra *Estudos Luso-Brasileiros em Iconografia Musical* (2015)

Outra obra pictográfica sobre o evento bélico restaurador, óleo sobre madeira “Primeira Batalha dos Guararapes” (1801), de José da Fonseca Galvão, é formado por dois painéis medindo 340x185 cm cada um, posta na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes dos Guararapes, atualmente localizado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Este retrata no canto superior esquerdo os luso-brasileiros executando os indígenas e o ataque do exército restaurador contra os holandeses guiado por seus comandantes com seus escudos. Do canto superior ao centro da obra vemos a imagem da Virgem Maria com o Menino Jesus em seu colo, indígenas em fuga à sua esquerda e as peças de artilharias flamengas logo a baixo, e, por último, um combate e a queda de um general holandês (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 216-218).

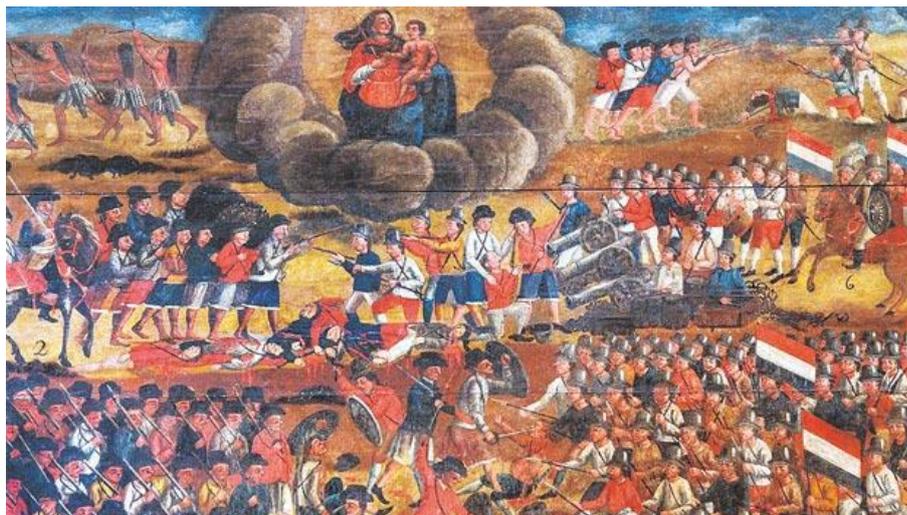


Figura 31 - Painel "Primeira Batalha dos Guararapes" (1801), de José Fonseca Galvão. Foto: sem autoria, 2016.

Fonte: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/viver/2016/10/direto-do-front.html>

A pintura óleo sobre tela (496x998cm) “A Batalha dos Guararapes” (1879), de Vítor Meireles foi proposto pelo Ministro pernambucano e Secretário dos Negócios do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, localizada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Meireles visitou o Monte dos Guararapes e entrou em contato com outras obras, produzindo 7 pinturas e 31 desenhos, além de estudos de trajes e anatomia para só aí pintar a referida obra. Tais estudos se encontram hoje em um museu em Florianópolis que recebe seu nome. Diferenciando-se dos pintores do século XVII que retrataram o mesmo evento bélico, Vítor Meireles pintou a partir do estilo do século XIX, seu tempo, centrando em um único evento o desempenho dos personagens de forma dramática e mais realista. Essa pintura não só destoou das características artísticas coloniais, mas também do estilo europeu dos oitocentos de se aquarelar guerras sangrentas, preferindo suavizar, aparecendo corpos no chão, no entanto sem sangue ou tanta violência. O interesse do autor era extrapolar elementos que, segundo BIASON (2015, p. 220), “se insere na ideologia nacionalista da segunda metade do século XIX”. Elementos esses mobilizados com a apresentação dos da terra de pé em campo de batalha, enquanto seus inimigos estrangeiros ou estão caídos no chão, como está representado o coronel Pedro Keewer, ou encurralado, como o oficial holandês ao centro. Ainda mais importante é notarmos a presença dos quatro personagens do panteão restaurador em movimento de guerra: Viera, Vidal, Henrique e Camarão. É a força e a vigilância dos luso-brasileiros contra o desespero do inimigo invasor (BIASON, *in* BLANCO, 2015, p. 219-222).



Figura 32 - "A Batalha dos Guararapes" (1879), de Vitor Meireles. Foto: Eduardo Marques.

Fonte: <https://museuhistoriconacional.com.br>

Segundo Evaldo Cabral (2008, p. 183) o culto cívico dos restauradores se justifica na consagração no imaginário nativista nos inícios dos oitocentos, resultado de um processo de construção da memória coletiva onde as diferenças entre reinóis e a elite açucareira já tinha sido superada, apesar de não serem visto em mesmo pé de igualdade. Já é do último ano dos setecentos as primeiras iniciativas governamentais de se mandar homenagear em estátuas a tetrarquia dos generais da Restauração Pernambucana e colocá-las em frente do palácio dos governadores e, para o seu interior, mandar-se-ia pintar os retratos dos mesmos mestres-de-campo. Os políticos do início do século XIX já tinham percebido o quão eficaz era animar os homens da terra a se alistarem nas tropas pernambucanas e paraibanas aludindo à um grandioso passado de bravos guerreiros se aparando debaixo das “bandeiras da nossa liberdade”, como visto nas exortações dos governos provisórios durante a revolução de 1817. Aliás, o século XIX fora um período em que a tetrarquia restauradora engajou os discursos nostálgicos em que:

Atribuía-se assim à aliança inter-racial que expulsara os holandeses a missão de realizar a Independência. Em 1822, o padre Lopes Gama concitava os “manes de Vieira, Negreiros, Camarão e Dias” a virem “reconhecidos beijar a augusta mão do Príncipe benéfico”, isto é, d. Pedro I. Quando, em dezembro de 1823, à raiz da dissolução da Constituinte, frei Caneca lançou seu jornal, ‘O Typhis Pernambucano’, o editorial de estreia colocava a luta federalista sob a égide dos restauradores, “os Vieras, os Negreiros, os Camarões e os Dias, que fizeram tremer a Holanda e deram espanto ao mundo universo”. Ainda ao tempo da guerra do Paraguai (1865-1870), concitava-se “os netos de Vieira, Vidal, Dias e Camarão”, a darem uma “lição proficua ao rude oriental, e ao fátuo paraguaio, tão bárbaro e brutal” (MELLO, 2008, p. 184).

No século XX, ao seu modo, a tetrarquia retomou o culto à memória desses heróis do passado na produção de nossos famosos artistas pernambucanos. Em reportagem para o Jornal do Comércio, o jornalista Pedro Amorim nos conta o que levou o artista plástico pernambucano, Francisco Brennand (1927-2019), a fazer uma das obras das maiores e mais importantes de sua carreira⁴⁰. Durante as comemorações do tricentenário da Restauração Pernambucana (1954), o artista plástico pernambucano, Francisco Brennand, recebeu de Zé Maria de Albuquerque, então diretor do Museu do Estado de Pernambuco durante o governo de Etelvino Lins de Albuquerque (1952-1955), ambos descendentes de Jerônimo de Albuquerque, uma série de encomendas de obras em cerâmica para as solenidades. Para isso,

⁴⁰ AMORIM, Felipe. Conheça como Francisco Brennand construiu o mural ‘A Batalha dos Guararapes’. **JC Online**. Recife, 22 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/artes-plasticas/noticia/2019/12/22/conheca-como-francisco-brennand-construiu-o-mural-a-batalha-dos-guararapes-395617.php> Acessado em 10 de maio de 2021.

ele se dedicou a estudar sobre o período a partir de visitas ao IAHGP e as igrejas dos Militares do Recife e a do Monte dos Guararapes. Desses estudos surgiram desenhos, pequenas obras em cerâmicas e outras mais que seriam expostas em alguns eventos.

Será desse material feito para as solenidades do terceiro centenário da Restauração que surge uma das inspirações para a produção do “Mural Batalha dos Guararapes” (1961), em cerâmica medindo 33x2m, de autoria de Francisco Brennand, que fica na Rua das Flores no Edifício Tiradentes, em Recife, próximo ao pátio do Carmo. Encomendada pelos irmãos Aloísio e Gilberto Farias, donos do Banco Lavoura de Minas que funcionava no referido prédio, no qual exigiram que o tema da obra fosse a Batalha dos Guararapes. Outra inspiração foi uma peça de tapeçaria da cidade de Bayeux, na França, que contava os feitos bélicos do vitorioso duque normando, Guilherme II (1028-1087) ao invadir a Inglaterra e derrotar o exército anglo-saxão de Haroldo II (1022-1066), na Batalha de Hastings (1066). Essa cena fez Francisco Brennand idealizar o referido mural em cerâmica da Rua das Flores, distanciando-se do estilo de Vítor Meirelles e seu realismo, para recriar em sua maior peça, em um único plano e com uma diversidade enorme de desenhos, o grande campo de batalha no Monte dos Guararapes.

O Mural, eleito por ele mesmo como a sua obra-prima, começa na esquerda, com um pequeno poema de quatro versos apenas, de autoria de César Leal, um amigo pessoal de Francisco Brennand e é concluído à direita com outro poema, dessa vez de outro amigo, Ariano Suassuna. Algo chamou a atenção dos jornalistas da época que adjetivou Brennand de ignorante por ter usado da obra para incluir símbolos cívicos da república brasileira, interpretado por esses como um total anacronismo. Mas, lembrando, os anos era de 1960, os ares de polarização política no governo de João Goulart (1961-1964), às vésperas do Golpe Civil-militar de 1964. Os símbolos nacionais estavam corriqueiramente sendo exaustivamente explorados. Aproveitou Brennand para provocar pela arte uma antecipação de uma nação brasileira no evento dos Guararapes, ao passo que respondia à sua época um orgulho de ser brasileiro. Disse ele:

Não havia nenhuma moderação na execução do painel. No ato de pintar, você não pode pintar enlouquecido, porque senão a pintura vai deixar essas marcas. Mas o espírito estava enlouquecido e à vontade, há uma certa fúria em retirar a pátria do lugar, isso fica bem nítido. No meu mural não existe nenhuma dessas carnificinas modernas, você não vê sangue, você vê sempre os nossos, não existe nenhum tomo com o pernambucano morto. Os cadáveres são de holandeses, são reconhecidos porque estão sempre bem armados, de capacetes etc. E alguns episódios que ficam

rodeando o mural onde contam alguns detalhes da história da guerrilha e como nós combatemos e sabemos combater os holandeses implacavelmente sem nenhuma trégua, sem nenhum desfalecimento⁴¹

Em seu diário, em trecho escrito em 12 de agosto de 1961, ele ainda faz uma intrigante análise sobre a mistura dos símbolos republicanos com as cenas dos Guararapes ao qual pintou em cerâmica:

É minha intenção colocar no grupo de comandantes as figuras do presidente Jânio Quadros e de meu amigo Ariano Suassuna, ambos representando, ainda hoje, o espírito indomável daqueles antigos guerreiros. Os detalhes somados deverão despertar no futuro espectador um efeito moral de orgulho pela bravura dos nossos antepassados comuns. A mesma gente, brancos, pretos, mulatos e índios, que hoje anda espalhada pelas nossas cidades... Gostaria imensamente que este mural, na sua essência, traduzisse o vívido horror de nossa inocente raça mestiça contra esse bem armado invasor que, apesar de expulsos uma vez, ainda hoje teimam em nos cercar e nos ameaçar (...) Depois de algum tempo, por vários motivos, veio-me a ideia de utilizar nas mãos ásperas de nosso soldado o símbolo da República. Seria ousar demais? (ERMAKOFF, 2011, p. 104).

Outra obra, desta feita *O Monumento da Restauração Pernambucana*, obra de Francisco Brennand, de 1981, está situado no girador da rodovia BR-232, praça Camilo Pereira Carneiro, no Curado, em processo de transferência para a Av. Via Mangue, no Pina, devido ao seu atual estado de abandono, não só da obra em si, mas de todo o complexo da referida praça. A transferência desse monumento é uma iniciativa de algumas instituições, como IAHGP, a Oficina Francisco Brennand, a Polícia Militar, Ministério Público de Pernambuco, dentre outros. O mais interessante nisso é a fala do promotor José da Costa Soares, que atua na 12ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural do Recife:

A primeira reparação é pelo povo do Recife, que não merecia que um monumento daquela magnitude estivesse em estado de degradação. A segunda, **pelos heróis da Batalha, fato histórico definidor da formação da identidade da pátria brasileira**. E, por fim, uma reparação à memória de Francisco Brennand, um dos principais artistas plásticos da história de Pernambuco, que merece que todo o seu acervo tenha, por parte do poder público e da sociedade, toda a atenção e o respeito⁴².

⁴¹ AMORIM, Felipe. Conheça como Francisco Brennand construiu o mural 'A Batalha dos Guararapes'. **JC Online**. Recife, 22 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/artes-plasticas/noticia/2019/12/22/conheca-como-francisco-brennand-construiu-o-mural-a-batalha-dos-guararapes-395617.php> Acessado em 10 de maio de 2021.

⁴² Brennand: Monumento aos Heróis da Batalha dos Guararapes será restaurado e transferido para o Pina. **Portal Folha de Pernambuco**. Recife, 29 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/brennand-monumento-aos-herois-da-batalha-dos-guararapes-sera/156440/>> Acessado em 8 de setembro de 2020.

3.3 Batismo de espaços públicos em homenagem a Nassau e aos restauradores

Assim como encontrando pelo Recife obras públicas e monumentos que homenageiam a memória do Conde Maurício de Nassau e do tempo dos flamengos, temos também em honra ao panteão dos restauradores. A exemplo do Posto de Assistência Pública (1913), que se torna Serviço de Pronto Socorro, em 1930, Hospital de Pronto Socorro, em 1967 e apenas batizado de Hospital da Restauração, em 1971. O plano de se construir um novo hospital na capital pernambucana se arrastava por décadas, até que, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) um pouco antes de deixar o governo do Estado (1948-1951), em 31 de janeiro de 1951, lança a pedra fundamental no terreno que abrigaria a grande construção. Mas o terreno escolhido de fato ficou a cargo da equipe de governo (1951-1952) de Agamenon Magalhães (1893-1952), nome aliás que se deu a grande Avenida Canal, local onde se localiza atualmente o referido hospital, por estratégia de ser esse complexo viário um importante ponto que liga todas as áreas da capital, facilitando o trânsito de ambulâncias e pacientes (AMORIM, 2016, p. 3-6).

Depois da primeira pedra fundamental de 1951, o sucessor do falecido Agamenon Magalhães, o novo governador Etelvino Lins (1952-1955) lançou uma segunda pedra fundamental, já no terreno localizado no bairro do Derby, onde realmente o hospital foi construído, em 1954, ano do tricentenário da Restauração. A obra não saíra do papel e as discussões foram retomadas no governo de Cid Sampaio (1959-1963). Com problemas de engenharia e entraves na burocracia, a obra permanente só se deu a partir de 1965, já no governo de Paulo Guerra (1964-1967), sendo inaugurado enfim em 29 de janeiro de 1967. Todavia, novos problemas na obra tiveram que adiar sua abertura por mais dois anos, reinaugurado em 31 de dezembro de 1969, desta vez na administração do governador Nilo Coelho (1967-1971). Finalmente chegamos a 16 de dezembro de 1971, quando a partir da Lei 6.378, o Hospital de Pronto Socorro passou a se chamar Hospital da Restauração, com o objetivo de ser liberado um auxílio financeiro do governo federal para as comemorações do tricentenário da Restauração Pernambucana, onde parte dessa receita seria revertida para essa obra. Assim, obedecendo uma lógica, o hospital pode enfim ter em seu nome o epíteto “Restauração”, como se planejou chamá-lo em 1953 (AMORIM, 2016, p. 9).

A cidade de Olinda também possui uma importante homenagem ao terceiro centenário da Restauração Pernambucana: o *Hospital Tricentenário*. Por ter sido fundado em 1954, ano

do tricentenário do movimento bélico restaurador (1965-1954) é que se motivou transformar a data solene em nome da referida unidade hospitalar olindense. O Hospital Tricentenário é atualmente vinculado à Província da Santa Cruz da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, com sede em Salvador, na Bahia⁴³, sendo aceito em 1973 e doado à Congregação em 1989⁴⁴.



Figura 35 - Hospital da Restauração, no Recife.

Fonte: <http://www.anparq.org.br>



Figura 36 - Hospital Tricentenário, em Olinda.

Fonte: <http://www.htri.org.br>

⁴³ <http://htri.org.br/index.php/quem-somos/historico/> (Acessado em 08 de setembro de 2020, às 23h13).

⁴⁴ <https://mma62304.criadorlw.com.br/rede-hospitalar> (Acessado em 09 de setembro de 2020, às 0h47).

Evaldo Cabral (2008, p. 40-41) comenta sobre o que sobrevivera de nomes desse tempo neerlandês e da Restauração, no qual apontou ser desse período os nomes dos atuais bairros de Casa Forte e Estância. Além dos Fortes do Brum e das Cinco Pontas permanecerem com seus nomes da época dos holandeses, muitas das ruas dos bairros que formavam o antigo povoado do Recife e da Cidade Maurícia (Santo Antônio, sua parte mais antiga e, de São Pedro, a mais nova) receberam os nomes, principalmente nos fins dos oitocentos em diante, dos líderes restauradores de todos os tamanhos de grandezas dentro da hierarquia militar, quanto de suas esposas e das datas das batalhas mais decisivas contra o invasor batavo. Carlos Bezerra Cavalcanti (1949-), coronel da reserva da Polícia Militar de Pernambuco, em sua Enciclopédia Urbana do Recife (2018), tanto mapeou essas ruas como teceu comentários sobre os personagens homenageados, alguns em forma de elogios, outros apenas simples notas, fato que nos permite usar como exemplo de como a permanência desse conteúdo resiste até os dias de hoje no imaginário coletivo recifense à respeito desse tempo dos flamengos.

No bairro da Soledade, encontra-se a rua *João Fernandes Vieira*, no qual não tece ao homenageado nenhuma grande nota além de onde nasceu, idade que chegou ao Brasil, onde fez fortuna e tornou-se um dos grandes restauradores de Pernambuco. Notas mais acaloradas registra-se sobre a rua *André Vidal de Negreiros*, no bairro do Barro, no qual Carlos Bezerra Cavalcanti (2018, p. 64) aproveita para lembrar a localização dos restos mortais desse personagem, repousando no “solo sagrado da pátria” em referência à Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos Montes dos Guararapes, no município do Jaboatão dos Guararapes, local das duas batalhas decisivas contra o invasor holandês. No Bairro de São José, a parte mais nova da Maurtisstadt, também existe uma rua em homenagem ao herói restaurador *Vidal de Negreiros*, no qual afirma: “Esse logradouro faz referência a uma das maiores figuras de nossa Insurreição, André Vidal de Negreiros, que, por seus feitos, foi nomeado por D. João IV [...] como governador de Pernambuco” (CAVALCANTI, 2018,p. 480).

No Ibura, bairro da zona norte do Recife, uma rua foi nomeada de *Francisco Barreto*, em homenagem a – segue uma simples nota de Carlos Cavalcanti (2018, p. 263): “Francisco Barreto de Menezes. Comandante em Chefe das Tropas Brasileiras nas duas Batalhas dos Guararapes [...]”. Já sobre esses dois conflitos, a *Travessa dos Guararapes*, no Bairro do Recife chama assim graças a antiga denominação *Rua dos Guararapes*, nomeada desta forma em 1810 para homenagear a expulsão dos holandeses. No entanto, mudou de nome para Rua

Bernardo Viera de Melo, quando a Rua 10 de Novembro, nome dado em honras ao Golpe do Estado Novo de 1937, passou a se chamar Avenida Guararapes, no bairro de Santo Antônio (CAVALCANTI, 2018, p. 415-417). Ainda conta-se com a *rua Tabocas*, no bairro do Sítio dos Pintos, em honras ao conjunto de montanhas localizado no município de Vitória de Santo Antão, onde ocorrera a batalha das Tabocas, em três de agosto de 1645, saindo os da terra vitoriosos contra os neerlandeses (CAVALCANTI, 2018, p. 482).

No bairro de São José localiza-se a rua *Felipe Camarão*, com o seguinte comentário de Carlos Bezerra Cavalcanti (2018,p. 473): “Pequena rua, desproporcional à figura do homenageado, [...] reverencia o grande herói índio, ferido na primeira batalha dos Guararapes que meses depois faleceu, Dom Antônio Felipe Camarão”. Já no bairro do Derby, há a rua *Henrique Dias*, no qual o enciclopedista anota: “Esse herói brasileiro foi um exemplo de bravura e destemor” (CAVALCANTI, 2018,p. 210).

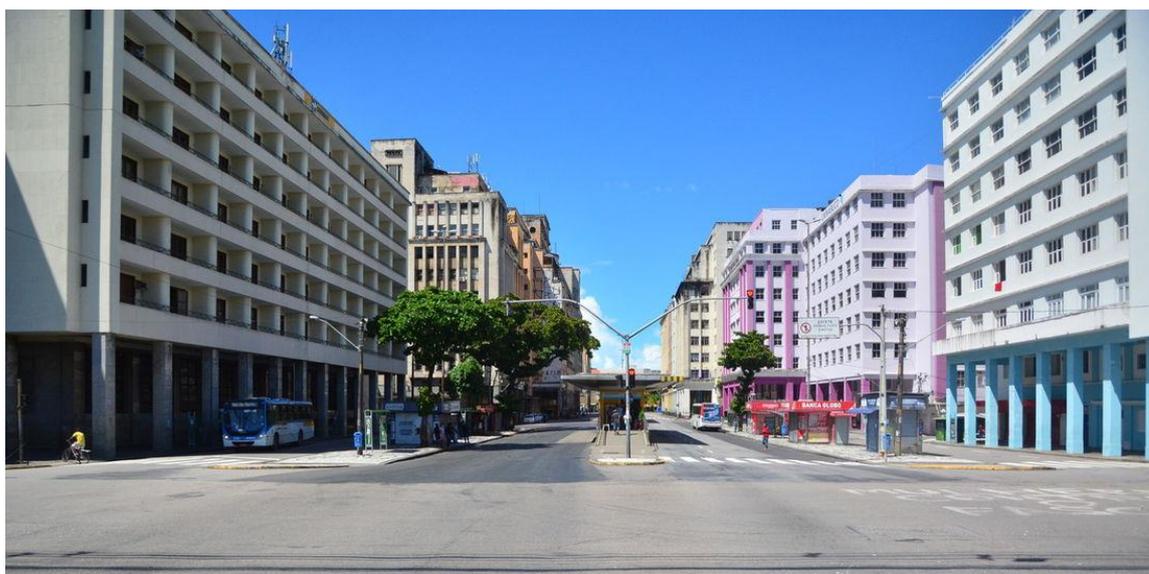


Figura 37 - Avenida Guararapes, bairro de Santo Antônio, Recife - PE. Foto: Paulo Allmeida, 2021.

Fonte: <https://www.folhape.com.br/noticias/veja-servicos-que-podem-funcionar-em-pernambuco-durante-restricoes-em/174198/>

Por fim, muitos dos monumentos e construções dos holandeses sobreviveram até os séculos XVIII e XIX, período no qual o que tinha ainda sido destruído dos tempos dos flamengos fora de vez posto à baixo, como nos relata Edvaldo Cabral (2008, p. 33-34), e reformulado segundo as tendências urbanísticas da época. O Palácio de Friburgo, que se tornou o prédio do erário pernambucano tombou, em 1840, dando lugar, não exatamente ali, ao novo edifício sede do governo da província de Pernambuco. Passando por mais

reformulações posteriores, passou-se a chamar Campos das Princesas. Enquanto o de Nassau era virado para o encontro dos rios Capibaribe e Beberibe, o atual foi erguido tendo a atual Praça da República como quintal, que, é constantemente ainda hoje confundidos entre si. A ponte Maurício de Nassau, antiga Ponte do Recife, construída inicialmente em pedra e concluída em madeira, como relatamos em seção anterior, sobreviveu até a década de 1740, quando passou por reforma. A outra ponte, chamada de Boa Vista, foi destruída duas vezes, a primeira na mesma década de quarenta dos setecentos, por ordem política e outra, parcialmente, graças a enchente do Capibaribe, em 1965. Duas vezes foram também a sua estruturação metálica que, famosa inclusive, o recifense a apelidara de Ponte de Ferro. Em 1815 recebera gradis metálico e, em 1876, sua estrutura inteiramente do metal viera da Inglaterra⁴⁵.



Figura 38 - Ponte Maurício de Nassau, construída em local aproximado da Ponte do Recife. Foto: anônima, 2017

Fonte: <https://visit.recife.br>

⁴⁵ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/04/ponte-da-boa-vista-relicario-de-historia-memorias-e-beleza.html> (acessado em 13 de julho de 2020, às 18h).



Figura 39 - Ponte da Boa Vista, construída em local aproximado da atual “Ponte de Ferro”. Foto: anônima, 2010.

Fonte: <http://wikimapia.org/703669/pt/Ponte-da-Boa-Vista-Ponte-de-Ferro#/photo/1480584>

4. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para fundamentar essa pesquisa buscamos, primeiramente, o apoio da História das Mentalidades a partir da abordagem de Michel Volvelle (1933-2018) em sua obra “Ideologias e Mentalidades” (1991). Partindo das proposições do referido historiador francês, tratamos aqui de como os mitos sobre o período holandês nas capitanias do norte do Brasil tornou-se conteúdo de constantes atualizações na mentalidade coletiva do povo recifense, produzindo tipos de discursos e comportamentos também coletivos, conscientes e inconscientes. A história das mentalidades, de forma geral, é uma história das visões de mundo, que, sobre esse tempo dos flamengos, foi contado e recontado, seja por biógrafos, intelectuais, historiadores, artistas. É, a grosso modo, uma abordagem sobre as atitudes, comportamentos, representações coletivas que povoam o imaginário popular.

Analisando a historiografia tradicional sobre esse período, percebemos o quanto foi diverso as tentativas de se produzir uma versão desse mundo com pretensões a oficial e que perdurasse para a posteridade. No entanto, era necessário que essa escrita da história fosse encabeçada pela elite, mais especificamente, cronistas à mando dos líderes militares da Insurreição Pernambucana, não muito tempo depois da capitulação holandesa, em 1654. Quem nos deixou essa importantíssima análise foi Evaldo Cabral de Mello (1936-) em sua obra sobre o imaginário da restauração pernambucana, intitulada *Rubro Veio* (1986), que nos mostrou o quanto há de açucarocrático na construção dessa visão de mundo e que essa forma de ver o período holandês se cristalizou no imaginário recifense. As mentalidades, então, remetem à lembrança, à memória, ao conteúdo que se alimenta o imaginário coletivo e que se multiplica em todas as direções.

É uma tarefa arqueológica à procura de lembranças que resistem, de uma identidade preservada, de estruturas enraizadas, de expressões mais autêntica dos temperamentos coletivos, em busca de raízes, como se “abrindo o armário da avó, ali se descobre o essencial” (VOLVELLE, 2008, p. 20). A tarefa do historiador das mentalidades é tentar explicar, também, a dialética entre a vida real dos homens e as representações que esses produzem para si, sejam reais ou não, e como isso está impregnado em sua visão de mundo. Desta forma, ao colocarmos em diálogo as visões entre os intelectuais recifenses da segunda metade dos

oitocentos, no qual está presente em *Rubro Veio* de Evaldo Cabral, e o que nos mostram os documentos holandeses belissimamente analisados por José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002) em sua grande obra *Tempo dos flamengos* (1947) podemos perceber que fomos levados a compreender esse período diferente de como ele realmente foi. Enquanto a ideologia elitista constitui uma das partes cruciais desse itinerário metodológico, a mentalidade coletiva e popular completa essa jornada. Mas não são operações distintas, elas são imbricadas, fazem parte do mesmo processo de construção de conteúdos e resistências das memórias.

A história das mentalidades propõe questionamentos às fontes de tipos diversos, sejam literárias, artísticas, iconográfica, demográfica, dentre outras mais, buscando extrair delas seus testemunhos. O objetivo é refletir sobre “o que revelam os sinais e indicadores de comportamentos comuns, além do peso da pressão social e da convenção de um determinado momento” (VOLVELLE, 2008, p. 33). É igualmente importante analisar o discurso das elites sem perder de vista os personagens excluídos (VOLVELLE, 2008, p. 43), aqueles mesmos que lutaram na Insurreição Pernambucana, mas que não fazem parte de algum panteão restaurador, como abordado por Evaldo Cabral em *Rubro Veio*.

Pesquisar sobre as mentalidades é se debruçar sobre uma história dos comportamentos, dos gestos e das atitudes como representações inconscientes e coletivas. Tais representações são como um reflexo do testemunho. Mas quem e por quê? Nesse sentido, é inevitável não retornar para a mais elementar das questões, a ideologia como produção mais sofisticada do imaginário através das elaborações religiosas, literárias e artísticas. A partir dos testemunhos elementares de uma realidade social vivida que, sem elas, seria difícil extraí-las de outros tipos de fontes, como as escritas, leva-nos a atentar por trazer como testemunho artístico, obras de arte, pintadas ou esculpidas, que povoam nossas ruas, igrejas e museus pernambucanos, além de referências, livros e artigos, que trouxeram contribuições significativas para a nossa análise sobre o tema. Essas obras artísticas trazem fortemente um novo apelo da elite, em comparação com o que foi feito nos seiscentos, com uma clara remodelagem do discurso nostálgico ao tempo dos flamengos, em especial, tanto aos oito anos de governo nassoviano, como também da empresa restauradora e os líderes praticamente santificados pelo imaginário coletivo pernambucano e presente também nas produções literárias (VOLVELLE, p. 50-54).

Sobre o discurso da elite no imaginário não se faltou produções, privilegiando as atitudes dos dominantes – desde mandar levantar uma igreja em homenagem à sua vitória contra o estrangeiro que, além de invasor é também um “herege”, até encomendar biografias, obras de artes e construções públicas destilando honras aos grandes heróis, no nosso caso, ao panteão restaurador que fala Evaldo Cabral, apagando menções de personagens importantes do lado do estrangeiro. A versão dos biógrafos como Frei Manuel Calado, Brito Freyre, Diogo Lopes, Frei Rafael de Jesus e outros lança as bases de uma visão sobre os holandeses e os restauradores que privilegiava a hegemonia elitista, vencedora contra os invasores, protagonista da tarefa de escrever a memória desse tempo de tamanha grandeza para o passado pernambucano. “O inconsciente coletivo é reducionista quando não visto somente pelo ângulo dos poderosos, o que minimiza, e até suprime completamente, as tensões e confrontos [...]”, disse Volvelle (2008, p. 122). Assim, o modelo cultural dominante prevalece e a resistência de outros grupos desaparece.

Volvelle diz (2018, p. 141) que os vestígios que aparecem na longa duração extorque das atitudes inconscientes mais profundas uma confissão surpreendente, indiscreta até. Com a possibilidade de abrir o recorte temporal e diversificar as fontes, o historiador das mentalidades tem a sua frente variadas alternativas de análise dos testemunhos que pode extorquir, a exemplo da canção, dos meios de comunicação, publicidade, romances, e até, no caso da pesquisa de Volvelle, as inscrições das lápides em cemitério se torna uma fonte. O testemunho involuntário, nessa abordagem, se torna até mais confiável que os discursos organizados em fontes mais clássicas, escritas, obras de filósofos ou de clérigos, como as linhas deveras exaltadas sobre os feitos militares dos homens e das intervenções milagrosas dos santos, no *Valeroso Lucedeno*, do Frei Manuel Calado, na ocasião das Batalhas dos Guararapes. Nesse sentido, Michel Volvelle (2008, p. 145) afirma que:

A moda (há modas boas) leva atualmente a valorizar, não o nível material, isto é, as recaídas no fator demográfico, nem o nível ideológico da evolução das ideias, mas essa faixa entre ambos, onde se insere a História inconsciente que os homens escrevem sem saber que o fazem. Isso leva os historiadores atuais a se tornarem antropólogos do passado, a tentar reconstruir, além das expressões do pensamento claro e formalizado, também a História dos mitos e criações do imaginário coletivo.

Para compreendermos como os eventos históricos e a ideologia açucarocrática penetrou na mentalidade coletiva fornecendo todo um modelo de símbolos como reflexos dessa história das elites, necessitamos de mais três operações: o “tempo curto”, o “tempo

médio” e o “tempo longo” da história da longa duração. Sobre o tempo curto, do “evento trauma”, Michel Volvelle (2008, p. 260) diz:

No campo histórico, ele se afirmava pelo menos por referência a um passado para nós quase longínquo, o da História historicizante ou episódica, a mesma que os primeiros líderes dos *Analles* eliminaram completamente, e que ele estigmatiza como o “acontecimento explosivo, notícia sonante... cuja fumaça abusiva penetra a consciência dos contemporâneos...”. O acontecimento tornou-se para ele, em sua última expressão, o ‘tempo curto’, a mais caprichosa e mais enganadora das durações’, [...].

Acerca do tempo médio, do interciclo, lento, porém não imóvel, o historiador francês afirma:

Tantos meios apresentados com uma mistura de audácia e de reserva, para apreender melhor o tempo ou os tempos próprios da História: não mais a quase-intemporalidade dos mitos ou dos dados elementares de um comportamento humano, mas ‘medianamente’ longa duração de uma história social definida como inconsciente, [...] (VOLVELLE, 2008, p. 261).

Sobre o tempo longo, da mudança e atitudes coletivas, Volvelle (2008, p. 262) fala que “A história inconsciente, [...], é precisamente aquela que se situa na longa duração, atrás da crosta dos acontecimentos visíveis demais”. A partir disso, para a nossa pesquisa, situamos no tempo curto o evento traumático das guerras contra os holandeses, no tempo médio a construção dos discursos da elite e suas sucessivas atualizações e, no tempo longo, a dos reflexos simbólicos dessa memória das elites nas atitudes, gestos, comportamentos e no imaginário coletivo do povo recifense que, de forma inconsciente, articula como ideias claras trazendo-as para os níveis conscientes, reproduzindo sobre o que sabem e como interpretam o tempo dos flamengos.

As operações apresentadas ao historiador das mentalidades por Michel Volvelle (2008, p. 312), como as já referidas “regressão” e “mudança” – “[...] a necessidade de remontar, mediante uma conduta regressiva, até o momento histórico quando se realizou a mudança de rumo” –, “trauma histórico” – “atuando em momento determinado das mentalidades coletivas de uma região, e perpetuando-se em seguida, além mesmo da consciência clara que os homens tem dele” –, “acontecimentos fundadores” de novos “valores-chave” que irão modificar, lentamente entre a média e a longa duração, a visão de mundo, ou melhor, estabelecer uma nova visão de mundo.

Há na longa duração, nas mentalidades coletivas e popular uma repetida resistência às mudanças e que, com isso, conservam memórias no inconsciente que mantêm-se preservadas da aculturação do modelo da elite. Volvelle diz (2008, p. 321) que “A mentalidade coletiva se apresenta como que constituída de estratificações inconscientes da memória: inconscientes, porém operatórias”. Para se tentar recolher esses testemunhos silenciosos residentes no inconsciente é importante uma dedicação, por parte do historiador das mentalidades, à pesquisa iconográfica ou dos objetos da cultura material. A revitalização do interesse pelos mitos antigos e das crenças, como os que envolvem a sacralização de um heroísmo cívico, deu voz na arte pictográfica e na escultura, por exemplo, a veneração de um passado nostálgico, pelo menos militar, de vitórias de mártires e heróis da terra, contra um inimigo tanto herege quanto caótico.

A herança de uma memória coletiva construída a partir da doutrina aristocrática açucareira, acontecem em um tempo medianamente longo e é calcificado no insciente coletivo das massas mediante à tomada de consciência popular das representações coletivas graças à imitação, no decorrer de um tempo longo (VOLVELLE, 2008, p. 326 e 329). Volvelle ainda afirma (2008, p. 330) que:

Desses estudos ou dessas sugestões resulta, ao contrário, a ideia de que a história das mentalidades não só não se confunde como inércias ou tempos de latência, como também que existe uma real possibilidade de mutações bruscas, de criatividade no calor dos acontecimentos e de momentos em que se cristaliza brutalmente uma sensibilidade nova.

Um segundo aporte teórico, dessa vez sobre lugares da memória, trouxemos para a discussão outro historiador francês, Pierre Nora (1931-) em sua obra traduzida para o espanhol como *Los lugares de memoria* (2008). Para o autor, entre o passado e o futuro tem-se a ideia das ideologias-memórias que garantiam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que era preciso reter do passado para preparar o futuro. A memória seria, então, ditatorial, não consciente, organizadora, onipotente e seletiva. Ela é atualizada espontaneamente, revitalizada repentinamente, inconsciente de suas deformações e de sua vulnerabilidade a todas as manipulações. Ela é alimentada por lembranças borradas, emendadas, particulares ou simbólicas. Nesse sentido, a memória no presente é uma construção ideológica de sociedades que vivem sob o signo da história, diferente das tradicionais que não sentem necessidade de ancorar suas memória em lugares (NORA, 2008, p. 21).

Volvelle diz que os vestígios se tornam aparentes na longa duração e Pierre Nora (2008, p. 24-25) contribui afirmando que os vestígios são os próprios lugares de memória, que assumem sua forma extrema na consciência comemorativa que subsiste em uma história que, apesar de ser ignorada, a solicita. Na dialética entre lembrar e esquecer se produz a necessidade de se criar memórias. Daí as sociedades modernas terem criado diferentes formas de preservá-la e lutar contra o esquecimento, como os museus, arquivos, cemitérios, coleções, monumentos, santuários, dentre outras. As sociedades passaram a ser arquivistas do seu próprio particularismo, gera-se com isso pertencimentos, nascendo lugares de memória justamente porque ela não é espontânea e nem naturais, precisam sim ser guardadas ou arquivadas. Se o esquecimento do passado compõe o movimento natural da história, é atividade dos locais de memória arrancar as lembranças desse porvir da amnésia e arquivá-las em um lugar seguro, ou mesmo, petrificá-la. A partir dessa perspectiva, memória é tudo o que chamamos de história.

Destarte, a medida que a memória tradicional vai desaparecendo as sociedades que vivem sobre o signo da história criam necessidade de acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens e discursos. Essa necessidade de acumular memórias faz com que a origem seja um tempo crucial em busca de sentido que, na verdade, veneramos a nós mesmos como reflexo (memória-espelho) desse passado. Ao regressar a história dessas lembranças dá sentido às pessoas e sociedades, a partir das apropriações do que sabemos sobre um tempo que não nos pertence. Daí Nora afirmar que a memória é constituída por lembranças seletivas e borradas. O que se procura na memória é uma identidade perdida, algo que já não somos mais (NORA, 2008, p. 30-32). A procura no passado holandês por um sentido ou por uma identidade perdida, no nosso caso, a identidade de uma cidade próspera, culta, desenvolvida contrastante com a atual situação do Recife é um retorno às origens, mas, acima de tudo, seleção apenas de coisas boas e as ruins mal se sabe. Pensando por essa perspectiva voltar a ser destaque nas Américas como era no tempo dos flamengos é borrar as lembranças e selecionar o que faz parte desse bom reflexo diante do espelho. Assim, a construção dos lugares memória perpassa pela imaginação e pelos simbolismos.

A construção de memória coletiva recorre à forças de poder que se chocam no interior da sociedade por interesses ideológicos diferentes, cujo quem se torna detentor do direito de manejar o esquecido assume o controle da técnica de poder e do instrumento de mobilização

que se tornam meios para ocultar seus erros (NORA, 2008, p. 138). Nesse sentido, há uma história nacional e memórias de grupos, se caráter privado. Enquanto a nacional é marcada pela mitologia em sua estrutura e em sua função, porém unitária, com eventos divididos segundo uma hierarquia que pretende estabelecer-se como civil e cívico, as memórias de grupos são experiências transmitidas pela família e pelo meio, ligadas a tradições locais e regionais. Quando o imperador do Brasil, D. Pedro II financiou a escrita de uma história geral do Brasil através de busca de fontes inéditas na Europa, a versão nativista da açucarocracia de Pernambuco foi deixada de lado. Uma nova história da região celebrava a Restauração e repudiava as experiências republicanas dos oitocentos. A história do Brasil corria para integrar a das capitanias do norte à um projeto historiográfico e de memória unitária e nacional, ou imperial.

Para Pierre Nora, a memória é composta por histórias que fazem mais sentido para quem não as viveu do que para as suas testemunhas oculares, visto que o acontecimento é retirado do tempo natural da história para atribuí-lhe um série de simbolismos que mobilizará sentimentos diversos, como a da nostalgia e a do pertencimento. O arquivamento ou a petrificação do acontecimento histórico é uma luta contra uma amnésia natural do tempo. Esses lugares de memória pode então ser investido de sacralização religiosa ou civil no presente, todavia não o eram no passado e poderá não ser mais no futuro, quando a necessidade de exumar essas referências e explorar esses lugares haverá desaparecido (NORA, 2008, 195).

Além de Michel Vovelle e Pierre Nora, trouxemos para a discussão, desta feita sobre a mitologia e o mito outros autores como Micea Eliade (1907-1986) em *“Mito e Realidade”* (2006), Joseph Campbell (1904-1987) em *“Mito e transformação”* (2008), Eduardo Cruz em *“A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza”* (2004). Além desses, debatemos com Marilena Chauí (1941-) a partir de sua obra *“Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária”* (2000), que contribui com nossa discussão a partir das ideias de semióforos e mitos nacionais.

5. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Preterimos por produzir como projeto exigido pelo mestrado profissional em história, uma cartilha de turismo pedagógico, com o objetivo de orientar os professores de história que atuam nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, à dinamizarem a abordagem do conteúdo em sala sobre o Brasil holandês. Trazendo com isso, importantes aspectos da herança desse período para a capital de Pernambuco, em uma proposta de Turismo Pedagógico a partir da atividade de campo pelas ruas do Recife Antigo. Contamos, para isso, com uma trilha guiada pelos locais onde se esconde o passado holandês e os enredos que se transmitiram com o passar do tempo e que compõe um interessante repertório de mitos e verdades na mentalidade do povo recifense. A cartilha conta com uma série de histórias reconstruindo esse tempo dos flamengos e apresentando-os tanto com imagens produzidas na época contrapondo com os espaços equivalente hoje em dia.

Nesse sentido, nosso público-alvo são os professores do ensino regular, buscando com isso implementar, em sua atividade pedagógica, um roteiro educativo pelas ruas dos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, capacitando-os com informações historiográficas, urbanísticas, iconográfica e artísticas sobre o Recife holandês e a reprodução dos mitos sobre esse período da história do Recife. Todo esse repertório historiográfico que compõe a cartilha é resultado do desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

O turismo pedagógico tem como maior contribuição a contextualização do conteúdo abordado pelos professores do ensino regular, transportando-o da exposição teórica, apresentado no material didático e acessado pelos estudantes apenas a partir de um esforço imaginativo, para um conhecimento visto na prática, vivenciando-o numa perspectiva que vai muito além da forma expositiva. Nesse sentido, Nakamura e Machado afirmam (2012, p. 3):

O Turismo Pedagógico procura apresentar aos estudantes a oportunidade de aprender na prática o que foi visto nos conteúdos trabalhados em sala de aula. É preciso instituir um sentido significativo às experiências pedagógicas, porque enquanto o conhecimento for ilustrado de forma fragmentada, como parte da realidade, permanecerá sempre inacabado. Através da utilização desse mecanismo facilitador do processo ensino-aprendizagem, o que mais chama atenção é a possibilidade de se trabalhar efetivamente a interdisciplinaridade, saindo dos limites da sala de aula e apresentando um mundo de referências reais palpáveis.

A visitação aos lugares abordados nos conteúdos que estão sendo levantados em sala de aula se mostra como uma eficiente ferramenta didática no processo de ensino-aprendizagem. Uma trilha guiada e acompanhada de um material com um consistente repertório historiográfico, traz para a experiência turística uma vivência melhor planejada e executada, em contraposição à visitas soltas, deslocadas e sem acompanhamento. O professor Francisco de Castro Matos (2012, p. 3) afirma que:

Nesse sentido, o turismo pedagógico guarda uma relação direta e indireta com o processo ensino-aprendizagem na medida em que se configura por meio de atividades didático-pedagógicas inseridas no currículo escolar, as quais se desenvolvem de forma a estabelecer relações com o conteúdo programático disciplinar, com o mundo externo da sala de aula.

Portanto, entende-se sobre turismo pedagógico “toda atividade didático-pedagógica que acontece fora do ambiente físico escolar e que pode ser identificada por meio de uma excursão, viagem ou visita técnica” (MATOS, 2012, p. 3). Dependendo de onde se localize a instituição de ensino interessada em fazer nossa trilha pedagógica sobre o Recife holandês, pode-se dizer que esta atende tanto a ideia de viagem devido o deslocamento entre determinados municípios até o Recife, assim como o de excursão, evento muito apreciado pelos discentes e visita técnica, visto que entre os pontos de visita propomos museus e o Instituto Histórico. Para Flávia Louzeiro (2019, p. 58-59), os termos “visita técnica”, “viagens de estudos” ou “aula-passeio” podem ser reconhecidos também como Turismo Pedagógico, mas outras podem ser possíveis, como “turismo educativo”, “estudo de campo”, “aulas das descobertas”.

Para tal atividade é imprescindível a preparação do guia, ou seja, o professor de história, que precisa se munir do conhecimento referente ao tema que fundamenta o Turismo Pedagógico e seus objetivos, fugindo de replicar achismos ou mitos sobre, no nosso caso, o passado holandês do Recife, a não ser que seja para desmistificá-los e apresentar uma contra argumentação baseada na historiografia existente. Aprender na prática, visualizando e vivendo o conteúdo abordado faz mais sentido para os discentes do que em uma aula meramente expositiva. Como apontam Nakamura e Machado (2012, p. 6-7), quando o *tour* é realizado para lugares históricos ou científicos e que agregue conhecimento aos participantes foi contemplado nesse roteiro seu fundamento pedagógico, tendo que ser oferecido com o acompanhamento de professores e guias capacitados para conduzir o grupo nessa proposta educacional e turística.

Quantas pessoas transitam pelas ruas dos bairros do Recife, antigo povoado portuário à época da invasão holandesa, de Santo Antônio (a parte da antiga da Cidade Maurícia) e de São Pedro (a parte nova da Mauritsstadt) sem se dar conta que há quatro séculos essas localidades juntas representavam um dos mais importantes centros urbanos das Américas dos seiscentos? Conhecer é a chave da valorização e preservação e isso requer estratégias educacionais visando à formação de um discente contemplado em todos os níveis de sua cidadania, agente consciente da importância do passado histórico de onde vive e de seu patrimônio. Nesse caminho de formação cidadã está a escola assumindo a missão de interligar o conhecimento teórico ao prático.

Já para a formação do guia turístico, dentro dessa perspectiva de turismo pedagógico, é de extrema necessidade metodológica a construção de um roteiro de aprendizagem, que tem início ainda na sala de aula, ainda em sua formação, unindo também o saber teórico e prático. Justamente a proposta de Turismo Pedagógico adéqua à proposta de aproximação da teoria e da prática por meio de viagens ou excursões com o objetivo de transportar o conhecimento teórico, da sala de aula, para a realidade, produzindo uma forma descontraída de se aprender, sem citar o prazer gerado pela possibilidade de proporcionar momentos de socialização. Além de todas esses benefícios didáticos, o Turismo Pedagógico é uma ótima oportunidade de explorar a relação homem-espaço de formas interdisciplinares, levando o discente a entrar em contato de maneira interativa com saberes geográficos, físicos, biológicos, ecológicos, sociais e, principalmente para a nossa abordagem, o histórico também (LOUZEIRO, 2019, p. 57-58).

O grande desafio dessa proposta de Turismo Pedagógico é suscitar nos visitantes, que nosso caso são os discentes, o interesse pelo Recife e seus lugares de memórias. É transcender a visita puramente pela visita, mas levá-los a transitar pela cidade enxergando muito mais do que edifícios de concreto, mas sim espaços que guardam histórias. Todavia, ressalta Flávia Louzeiro (2019, p. 63), a teoria apenas pode não cativar, como também a prática por si só pode não privilegiar a construção de conhecimento. Por isso, o Turismo Pedagógico se apresenta como uma ferramenta educacional auxiliar no processo de aprendizagem que pode ocorrer de forma natural e divertida, visto que essa proposta de aula fora da sala, baseado na experiência do que é estudado e vivenciado, é uma das principais características dessa “atividade educativa sob a forma de experiência turística” (PIMENTEL; MAIA, 2018, p. 6).

6. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

A memória, o lugar e a história se encontram numa relação entre o risco da amnésia e o salvacionismo da lembrança. Para que um lugar seja compreendido com um espaço de memória é necessário a mobilização de um imenso capital de vivências que tendem a ser esquecidas e que são revitalizadas a partir de uma história reconstituída, dos mitos, dos heróis, das batalhas que, por interpretações, tornam-nos seus portadores. Esse exercício é um retorno aos símbolos mais marcantes de um histórico político e mental já esgotado, mas que são revitalizados, reinterpretados, revividos a partir do simbólico, do transcendente e da reminiscência do que foi testemunhado ou do que já existiu aqui e ali há muito tempo. Nesse sentido, cada lugar de memória é na verdade um vestígio de uma consciência que comemora e que subsiste na história, que se pede ao passo que se ignora. Esses lugares se transformam em ilusões de eternidade na qual se testemunham ainda hoje outra época. É justamente na veneração e na comemoração de um passado que ainda não passou, que se propicia a nostalgia que, por sua vez, remete-nos ao sentimento de reconhecimento e pertencimento de uma sociedade, que não é outra a não ser a nossa. Torna-nos diferentes diante de processos que tendem a nos ver como idênticos a todos.

A contribuição de Pierre Nora para a nossa proposta se inscreve na ideia de que os lugares de memória nascem do sentimento de que a memória não é espontânea, mas sim criada diante de uma necessidade de lembrar-se ou de se lutar contra a ameaça do esquecimento. Ora, não haveria necessidade de criar lembranças se não houvesse alguma ameaça de amnésia, diga-se, coletiva. Para isso a memória além de criada ela é deformada, transformada, moldada e petrificada graças a história. É a história que transforma espaços em lugares de memória a partir de uma escrita que arranca o acontecimento do movimento da história (NORA,2008, p. 25). É por isso que a construção da memória mobiliza vários sentimentos, entre militantes e apaixonados, recontando uma experiência que não foi nossa, que não a vivemos, mas que nos arrebatou graças à sua vida simbólica. Por outro lado, mesmo desacreditando dos mitos e das lendas, a sociedade contemporânea encontra na origem mais remota o que foram e o que se tornaram a ser no decorrer do tempo, entre o passado e o hoje. A partir disso, esta cartilha de Turismo Pedagógico proposto aqui apresenta em sua parte textual uma reconstrução desse passado holandês do Recife, relacionando-o com o tempo

presente, a partir de uma apresentação das características atuais da cidade em vista da ocupação de novas construções, onde os mapas flamengos do século XVII apontam ter existido importantes edificações batavas e, claro, trazendo para o leitor histórias sobre o tempo dos flamengos em Recife a partir de verdades, mitos, culto nostálgico, criação de versões e seus contrapontos.

Esse passado holandês que não nos pertence mais, ao pensamento de Pierre Nora (2008, p. 33), é revivido pela experiência da nostalgia da memória, de uma experiência vivida por um pequeno grupo de pessoas e que se torna simbolicamente viva para uma maioria que nem participou. Só assim pedras se tornam mais que pedras, montanha mais que montanha, um lugar mais que um lugar qualquer. Ao lugar é atribuído um aspecto ritual e se torna um lugar de memória graças a imaginação que a confere uma áurea simbólica. A ponte Maurício de Nassau, por exemplo, ganha uma simbologia diferente das outras centenas delas espalhadas por todo o Recife, quando, a partir do sentido simbólico, da atividade imaginativa, do sentimento nostálgico e da reconstrução de uma memória nunca vivida, essa passarela sobre o rio Capibaribe carrega em suas estruturas de pedra, uma apreensão da memória, de um tempo originário, de um período mítico em que ali, aquela obra pública, fora uma façanha da engenharia. Daí, as imagens que aparecem na cartilha tem como objetivo suscitar essa visita imaginativa ao passado e para relacioná-las com o presente, por isso todas são legendadas apresentando seu local atual mais aproximado. Além disso cada página contará alguma história desse passado flamengo, sendo identificado por uma cor específica no rodapé da mesma, que, por sua vez, essa mesma cor estará indicando no mapa do roteiro do turismo pedagógico a posição real ou aproximada de cada um desses enredos.

O objetivo é levar os professores de história e, como consequência, os estudantes na atividade-campo, a identificar onde estão ou estariam esses monumentos holandeses ao passo que, pela cor do ponto de localização, o público tenha uma compreensão tanto do lugar de memória quanto das histórias que esses espaços guardam da época da ocupação holandesa em Recife. Pretendemos correlacionar os lugares de memória com as lembranças que as envolvem, através de um mapa onde propomos o roteiro turístico pelos tais locais.



Figura 40 - Mapa com o roteiro do Turismo Pedagógico que acompanha a cartilha.

Fonte: Arquivo pessoal

O objetivo pessoal tanto dessa pesquisa quanto dessa cartilha é mostrar para o interessado na temática os lugares de memória nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, como aponta Pierre Nora (2008, p. 34), que detém o tempo, que bloqueia o esquecido, que materializa o imaterial, que carrega toda uma simbologia e que, ao conhecermos, nos traz um apaixonamento. Assim como trazer reflexões e reconstruir um passado de uma historiografia encomendada e, mais recente, de uma início de pôr em crítica esse legado bibliográfico sobre o tempo dos batavos em Recife. Afinal, livros também são lugares memória. Inclusive, esse produto se trata de uma cartilha com dimensões de livreto, mas especificamente 14cmx22cm, impressão offset em papel couchê e em dimensão retrato, apenas para especificar como o pensamos e o fizemos. Queremos tornar essa cartilha prática não só em seu conteúdo, como também em facilitar o manuseio e torná-lo portátil.

7. APLICAÇÃO DO PRODUTO

É importante pensarmos na proposta do Turismo Pedagógico tanto como ferramenta educacional dotada de estratégias de ensino, mas também como possibilidade de lazer. Deve-se construir uma relação entre estudar, aprender, divertir-se e experimentar alternativas de aprendizado fora da sala de aula. É o Turismo Pedagógico auxiliando a atuação docente e o aprendizado do discente como uma atividade de lazer que serve ao ensino. A aula expositiva na escola ganha vida na aula-passeio através da experiência de vivenciar o conhecimento interagindo com o local, com algo real, dinamizando o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, essa atividade é tanto de lazer, quanto turística e pedagógica. Para que isso ocorra, precisa-se desenvolver um projeto de atividade extraclasse que viabilize uma aprendizagem significativa, ou seja, os discentes devem ser incluídos apresentando-os os objetivos da atividade e sua relação com os conteúdos vistos em sala de aula, contextualizando-os e tornando-os reais e palpáveis (BONFIM, 2010, p. 123-125).

É imprescindível que a aplicação dessa ferramenta educativa envolva planejamento para que antes, durante e depois da excursão o docente possa colher importantes resultados em sua atuação pedagógica, como a efetivação do aprendizado por parte dos discentes. Assim sendo, o roteiro turístico que será seguido deve estar em consonância com o conteúdo trabalhado tanto na escola regular quanto na de ensino profissional, no caso dos guias turísticos. O educador toma o papel de multiplicador do conhecimento adquirido de sua formação acadêmica como de sua formação continuada, no qual desejamos contribuir através do conteúdo dessa cartilha, esperando suscitar nos estudantes uma preocupação de preservação e de fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (GOMES; MOTA; PERINOTTO, 2012, p. 89)

É importante que o aprendizado seja orientado através de um roteiro previamente elaborado para que os saberes sejam adquiridos de forma efetiva e didática. A partir dessa necessidade metodológica é substancial que a proposta do Turismo Pedagógico sobre o Recife holandês poderá seguir quatro etapas como sugestão: 1) que a execução do projeto esteja alinhada com o conteúdo abordado em sala de aula; 2) é importante que os participantes dessa “trilha educativa” sejam incluídos nesse projeto antecipadamente, tanto no conteúdo

programático do material didático como a partir da apresentação do roteiro turístico que será seguido, bem como os locais que irão visitar; 3) Após serem apresentados ao projeto, o próximo passo é a visitação de fato, a realização da excursão onde os participantes poderão articular conhecimento teórico do prático; 4) e, enfim, o compartilhamento dos saberes vividos nesse processo, momento à cargo de cada educador, de acordo com sua didática pedagógica em sala de aula, podendo ser uma roda de diálogo, seminários, relatórios, dramatizações, produções audiovisuais, portfólios, dentre outros. Essa proposta de roteiro pedagógico dentro da perspectiva de Turismo Pedagógico é adaptável para a realidade na formação de guias turísticos (LOUZEIRO, 2019, p. 64-65).

Visto isso, essa cartilha visa contribuir na atuação do docente do ensino regular e técnico na abordagem sobre conteúdos referentes ao passado holandês do Recife, bem como a construção no imaginário coletivo do povo recifense de mitos sobre o tempo dos flamengos e a desconstrução desses por parte da historiografia recente. Com esse material em mãos, os docentes poderão relembrar e adquirir saberes sobre o período batavo e seus rastros pelos bairros que compõe a parte histórica da capital pernambucana, seja através de edificações, enredos ou produções artísticas que povoa essa parte da cidade. Conhecendo a proposta do Turismo Pedagógico sobre o antigo povoado do Recife e da Cidade Maurícia do século XVII, o docente poderá propor um projeto de atividade extraclasse onde levará seus estudantes a vivenciar na prática o que aprendeu em sala de aula com as aulas expositivas com o apoio do material didático. Tendo o projeto elaborado, é hora de apresentá-lo aos discentes e animá-los com a proposta de viver a história na rua, caminhando, observando, aprendendo e se divertindo. Por fim, é importante avaliar o quanto essa atividade de aula-campo favoreceu o aprendizado dos participantes, ouvindo dos discentes o quanto essa experiência auxiliou em sua aprendizagem sobre o tema, através de diferentes atividades em sala propostas anteriormente e que não se esgotam por aqui.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado em História foi resultado de alguns anos de curiosidades na atividade de docência da disciplina no ensino fundamental em seus anos finais, a partir de algumas dúvidas que surgiram durante as aulas. Dúvidas como: “Se esse período holandês foi tão bom assim, então por que eles foram expulsos?”, ou, “não existe mais nada no Recife desse tempo dos flamengos?”, e ainda, “Se eles não tivessem sido expulsos de Pernambuco, nós seríamos mais desenvolvidos como a Holanda é?”. Essas perguntas dos discentes me fizeram aprofundar meus estudos acadêmicos nessa temática, matriculando-me em uma pós-graduação *lato sensu*, onde pude desenvolver uma pesquisa preliminar sobre o mito da tolerância religiosa no Brasil holandês, inclusive, esse foi o primeiro mito que me captou a curiosidade. A partir das leituras para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso fui me deparando com as respostas que os discentes faziam durante as aulas de história. Então como um historiador arqueólogo, como diz Volvelle, fui encontrando mais mitos para encontrar suas comprováveis explicações historiográficas.

Todavia, o que mais me inquietava nesses temas todos é como e quando essa nostalgia por esse período começou? Quem o iniciou? E como isso foi transmitido para a massa que, não tiveram acesso à esses documentos e fontes ou as principais obras que iam sendo lançadas no ambiente acadêmico, mas reafirmam essas crenças com tanta certeza – mais uma vez Volvelle – de que esse tempo dos flamengos foi o ápice do desenvolvimento urbano, artístico e econômico recifense, nunca mais repetido posteriormente? A história das mentalidades me deu esse suporte teórico para, numa regressão temporal e na análise do desenvolvimento e atualizações dos discursos elaborados sobre esses vinte e quatro anos de administração holandesa, compreender melhor como uma elite militar, econômica, política, intelectual e jornalística engajou-se nessa atividade de criar e recriar a versão oficial que irá protagonizar os enredos bibliográficos, biográficos, artísticos e jornalístico a cerca desse passado tão distante. Cada grupo de produção serviu bem à cada público alvo, e a imprensa se empenhou em popularizar essa versão elitista entre os leitores dos jornais recifenses.

Com o passar da leituras percebi que houve um grande desinteresse sobre o tema durante os séculos XVIII e parte do XIX, sendo revitalizado pela visita do imperador do

Brasil, D. Pedro II, à província de Pernambuco, quando o monarca foi informado que sobre o período ainda se utilizava as antigas obras do século XVII, como de Gaspar Barléu e do Frei Manoel Calado. Com seu retorno à capital nacional, o rei financiou as primeiras iniciativas de se fazer cópias dos documentos europeus sobre o período holandês em Pernambuco originando o primeiro acervo sobre o tema que fez parte do recém criado Instituto Histórico do Rio de Janeiro. Com a fundação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e graças à ajuda financeira dos governos provinciais, pôde se fazer o mesmo, dessa vez traduzindo os documentos da Companhia, da Igreja Reformada e dos arquivos públicos holandeses para o português e trazendo-os para o Recife. A partir daí, os historiadores pernambucanos tiveram a grande oportunidade de produzir um grande volume de produções sobre o tema e quebrar as correntes que os prendiam às obras antigas carregadas de ideologia nativista, como bem aponta Evaldo Cabral. Nas revistas do IAHGP se produziu diversos artigos acerca do tempo dos flamengos, deixando para nós, historiadores e historiadoras atuais, um importante acervo de interpretações, discussões e discordâncias entre os intelectuais do Recife.

No desenvolvimento da pesquisa dediquei-me também à estudar sobre os atuais bairros do Recife, Santo Antônio e São José nos vinte e quatro anos de administração da Companhia das Índias Ocidentais Holandesas, no qual representavam o Recife desse tempo dos flamengos. O objetivo era reconstruir os espaços onde Maurício de Nassau e seus antecessores levantavam vários edifícios, abriram ruas importantes e obras públicas de grande impacto para vida urbana da capital da nova possessão, como por exemplo as pontes e palácios. Essas informações foram preciosíssimas para a composição do mapa que faz parte da cartilha do Turismo Pedagógico proposto como produto deste mestrado profissional. A trilha idealizada durante a pesquisa seguia o traçado das ruas atualmente apontando para o visitante onde provavelmente estariam as construções holandesas que aparecem nos mapas e ilustrações do livro de Gáspar Barléu e José Antônio Gonsalves de Mello. Paralelamente ao mapa que indica um caminho a ser percorrido pelo participantes dessa aula-campo, discorri uma série de histórias que relacionavam os tais locais à suas memórias, a exemplo da Praça da República, na ponta do bairro de Santo Antônio, parte antiga da Cidade Maurícia, onde teria sido construído o Palácio de Friburgo, o jardim botânico e o zoológico de Nassau. Nessa parte encontrei ancoradouro em Pierre Nora e suas contribuições sobre memória e lugar.

Esta pesquisa não se trata apenas de um apanhado historiográfico, mas a isso acompanhou-se uma proposta para o professor de história do ensino básico ter uma alternativa pedagógica para dinamizar suas aulas sobre o passado do Recife, como também proporcionar aos seus alunos uma experiência de ensino diferenciada da expositiva em sala de aula, atrelando aprendizado, aula-campo e lazer, como propõem as produções acadêmicas sobre o Turismo Pedagógico. À disposição do docente estará um mapa dos locais que ele poderá visitar com suas turmas, bem como um outro, do tempo dos holandeses, para fins de comparação, além de uma série de histórias sobre os mitos a respeito desse período com as devidas “correções”, imagens feitas na época e suas correlações com as atuais para a identificação do educador e um melhor uso do material gráfico. Sem falar nas curiosidades sobre nomes de ruas e de prédios públicos que homenageiam os personagens dessa época.

Por fim, este trabalho de pesquisa visou atender uma curiosidade do pesquisador e trazer para o grande público, acadêmico e profissionais da docência em história, uma reflexão sobre o passado da capital pernambucana repleta de mitos e exageros, trazendo para o debate importantes enredos, tanto os distorcidos como os verdadeiros, acerca da ocupação holandesa nas capitanias do norte do Brasil, entre 1630 e 1654, bem como a construção, atualizações e divulgação de uma versão elitista sobre esse tempo. Pretendeu-se levar os interessados nesse período histórico a repensar o que trazemos como ideias claras na nossa consciência que advém mais de um imaginário coletivo construído no decorrer dos séculos XVI ao XX sobre esse passado flamengo do Recife e que reproduzimos quase que automaticamente sem sequer parar para se perguntar se foi realmente como sempre se contou.

9. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Diário da Manhã. Recife, 1933 – 1980.

Diário de Pernambuco. Recife, 1825 – atualmente.

Biblioteca Nacional Digital.

Fundação Joaquim Nabuco.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM Digital).

10. BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMORIM, Luiz; RIBEIRO; Cecilia. **Do Hospital de Pronto Socorro do Recife ao Hospital da Restauração: o espaço hospitalar em dois tempos**. Porto Alegre: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de; FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTI, Sandra Melo (org). **Tempo dos flamengos & outros tempos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1999.

AQUINO, Rubim L.; MENDES, Francisco R.; BOUCINHAS, André D. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Massangana, 2012.

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau**. Trad. Blanche T. Van Berckel-Ebeling Honing. CEPE: Recife, 2018.

BONFIM, Mailane Vinhas de Souza. **Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa**. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v. 12, no 1, p. 114 – 129, jan/abr. 2010.

CAMPBELL, Joseph. **Mito e transformação**. São Paulo: Editora Ágora, 2008.

CALADO, Frei Manuel. **O valeroso lucideno**. 2 vols. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: o mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRUZ, Eduardo. **A persistência dos deuses: religião, cultura e natureza**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BLANCO, Pablo Sotuyo (org.). **Estudos Luso-Brasileiros em Iconografia Musical**. Salvador: EDUFBA, 2015.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 6ª Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

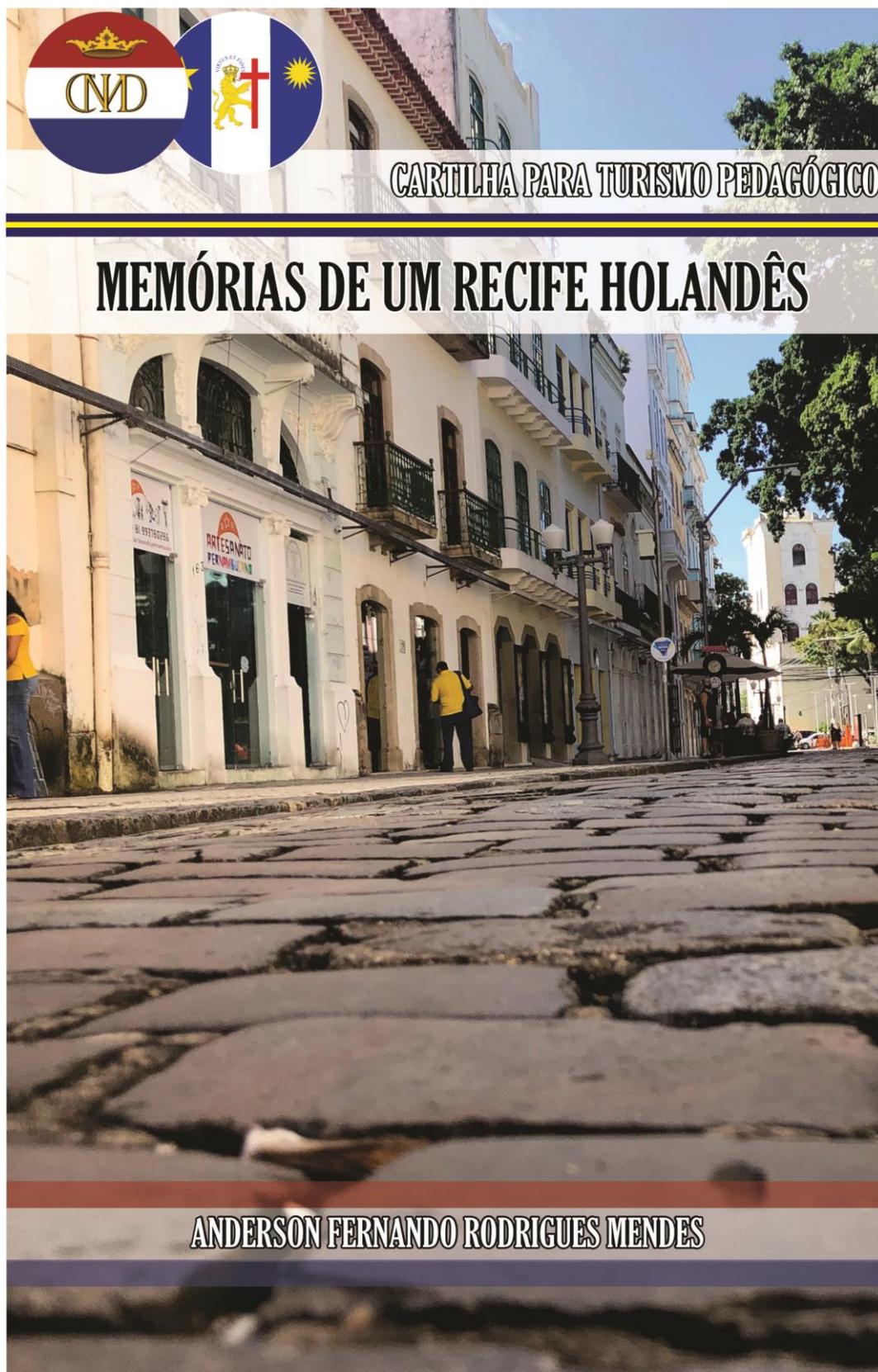
ERMAKOFF; George. **O Universo de Francisco Brennand**. Rio de Janeiro: G Ermakoff Casa Editorial, 2011.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. **O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654)**. Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 6-21, jan./ jun. 2004.

GOMES, Daiana S. G.; MOTA, Karol M.; PERINOTTO, Riani C. **Turismo Pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil)**. Turismo&Sociedade, Curitiba, v. 5, n.1, abril de 2012, p. 82-103.

- LOUZEIRO, Flavia Oliveira da Silva. **Experimentando o conhecimento: o Turismo Pedagógico como ferramenta para o Ensino Profissional**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.12, n.1, fev-abr 2019, pp. 55-66.
- MARQUES, M. P. **Mito e Filosofia**. In: Monica V. Andrade. (Org.). Mito. 1ed. Belo Horizonte: Núcleo de Filosofia Sonia Viegas, 1994, v. , p. 11-37.
- MATOS, Francisco de Castro. **Turismo Pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 7., Caxias do Sul. Anais eletrônicos, 2012, p. 1-10.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo Penguin Clássicos, 2010.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. ed. Recife: Massagana, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O domínio holandês na Bahia e no Nordeste**. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. A época colonial. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, 1 vol., 4. ed., p.235-253.
- NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. **O desconforto da governabilidade: guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644)**. Recife: Ed. UFPE, 2020.
- NETSCHER, Pieter Marinus. **Os Holandeses no Brasil: notícias históricas dos Países Baixos e do Brasil no século XVII**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.
- PIMENTEL, Valderes Yasmin Ferreira; MAIA, Luciano Brunellu Lamari. **Turismo Pedagógico**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT, Ano VII, v. 12, n 1, maio, 2018, p. 1-11.
- SILVA, Leonardo Dantas da. **Sociedade e Vida Privada no Brasil holandês**. In A presença holandesa no Brasil: Memória e Imaginário. 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker; BRITTO, Jomard Muniz de. (org). **Relendo o Recife de Nassau**. Recife: Bagaço, 2003
- VIERA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas. **Brasil Holandês: história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo: Alameda, 2012.
- VOVELLE, Michael. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José de M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- WEIMER, Gunter. **Maurício de Nassau: um administrador controvertido**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2016.

11. APÊNDICES



M538m Mendes, Anderson Fernando Rodrigues
Memórias de um Recife holandês : cartilha para turismo
pedagógico / Anderson Fernando Rodrigues Mendes, 2021
47 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de
Mestrado Profissional em História

1. Pernambuco – História. 2. Holandeses - Pernambuco
- História. 3. Nassau, Maurício de, 1604-1679. 4. Turismo –
Recife. 5. Educação. I. Título.

CDU 981.34

Luciana Vidal - CRB4/1338

APRESENTAÇÃO

Essa produção trata-se de uma cartilha para Turismo Pedagógico que visa aprofundar o conhecimento de professores de história, do ensino fundamental II e do médio, assim como dos guias turísticos sobre os rastros da presença holandesa no Recife. O objetivo é fortalecer a atuação desses profissionais a partir de uma trilha pelos bairros do Recife, Santo Antônio e São José, em busca do que restou da presença flamenga como espaços de memórias. Para isso, trazemos importantes contribuições bibliográficas sobre esse passado que mais se encontra na mentalidade dos recifenses do que no território dessa parte de nossa cidade.

Pretende-se contribuir com a desconstrução de mitos criados no decorrer dos últimos dois séculos sobre esse tempo dos flamengos e apresentar para o leitor as informações que podemos evidenciar com alguma comprovação historiográfica. Nesse sentido, esperamos contribuir com o debate acerca do Recife holandês e as marcas que esse período insiste em trazer no imaginário coletivo dos recifenses. Boa leitura!

ÍNDICE

PROPOSTA PEDAGÓGICA	04
COMECE AQUI O SEU PLANEJAMENTO	05
MAS ANTES, ALGUNS SIGNIFICADOS	06
A INVASÃO HOLANDESA	07
O RECIFE HOLANDÊS (1630 - 1654)	08
DEIDERICK VAN WAERNDENBURCH (1630 - 1633)	10
CHRESTOFFLE ARCISZEWSKY (1634 - 1637)	12
MAURÍCIO DE NASSAU (1637 - 1644)	14
ESTAMOS EM RECIFE OU EM AMSTERDÃ?	16
OS FEITOS DE MAURÍCIO DE NASSAU	19
PALÁCIOS EUROPEUS EM RECIFE	21
E ESSA HISTÓRIA DE LIBERDADE RELIGIOSA?	24
ARTISTAS E CIENTISTAS HOLANDESES NO RECIFE	25
OS FORTES HOLANDESES	26
AS DUAS PRIMEIRAS PONTES DO RECIFE	27
POR PORTUGAL! PELO REI! ADEUS HOLANDESES!	30
D. PEDRO II, UM LIVRO DE HISTÓRIA E O RECIFE HOLANDÊS	32
MEMÓRIAS DO INSTITUTO HISTÓRICO PERNAMBUCANO	34
A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR	35
DO INSTITUTO HISTÓRICO PARA OS JORNAIS PERNAMBUCANOS	36
CULTO AO PASSADO HOLANDÊS AO AR LIVRE	38
QUADROS PINTADOS COM MEMÓRIA	41
UMA RESTAURAÇÃO DA MEMÓRIA	44
NOMES DE RUAS	45
FICHA TÉCNICA	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	47

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Torna-se imprescindível que a proposta do Turismo Pedagógico aqui proposto sobre o Recife holandês seja parte de um projeto educativo, elaborado pelo regente do processo de ensino-aprendizagem, mas que damos uma ajudinha aqui, podendo seguir quatro etapas:

- 1) Que a execução deste projeto esteja alinhada com o conteúdo abordado em sala de aula, por isso essa proposta parece-nos ser mais indicada para as turmas tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio;
- 2) É importante que os participantes dessa "trilha educativa" sejam incluídos nesse projeto antecipadamente, tanto no conteúdo do material didático como na apresentação do roteiro turístico que será seguido, como sobre os locais que irão visitar;
- 3) Após serem apresentados ao projeto, o próximo passo é a visitação de fato, a realização da excursão onde os participantes poderão articular conhecimento teórico da sala de aula com os saberes práticos do Turismo Pedagógico;
- 4) E, por fim, o compartilhamento dos saberes vividos nesse processo, ficando à cargo de cada educador, de acordo com sua didática pedagógica em sala de aula, podendo ser uma roda de diálogo, seminários, relatórios, dramatizações, produções audiovisuais, portfólios, dentre outros.

COMECE AQUI O SEU PLANEJAMENTO



MAS ANTES, ALGUNS SIGNIFICADOS...

WIC - West Indians Compagnie ou, em português, Companhia das Índias Ocidentais.

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Mauritsstad - Cidade Maurícia, em holandês.

Vrijburg - Friburgo, em holandês.

Nobiliárquico - de caráter nobre.

Observação: Existem marcadores coloridos no mapa e na ponta de algumas páginas identificando os locais de visitação.

A INVASÃO HOLANDESA

O primeiro alvo holandês no Brasil foi a Bahia, em 1624, a sede da colônia portuguesa, mas apesar de terem sido expulsos em 1625, a ocupação de Salvador por um ano foi o suficiente para acumular tesouros e ainda mais informações sobre o Brasil.

Deste modo, o próximo alvo da invasão foi Pernambuco, em 1630, que era a mais próspera capitania graças à economia açucareira que os holandeses já participavam antes da União Ibérica.

Os habitantes de Olinda, a então capital pernambucana, fugiram para o interior e, em seguida, partiram para Salvador deixando para trás bens e terras, que, mais tarde, seriam confiscados pelos holandeses e vendidos a quem quisesse e pudesse adquiri-las, flamengos ou portugueses.



Invasão holandesa à Salvador (1624)

Fonte: <https://conhecimento.r7.com>



O RECIFE HOLANDÊS (1630 – 1654)

A pesar de Olinda já ter ares de capital quando ocorreu a invasão holandesa, Recife foi a escolhida para se estabelecer ali uma nova capital, principalmente graças a presença de seu bem sucedido porto de onde embarcava o açúcar e o pau-brasil para Europa.



Visão aérea dos bairros do Recife (antigo burgo portuário), Santo Antônio e São Pedro (Cidade Maurícia)
Fonte: Foto Paulo Paiva/DP

Entretanto a escolha do Recife para assentar a capital da nova colônia não foi um consenso entre os invasores, tendo como outras opções a própria vila de Olinda que já era um centro urbano importante da região, além da Ilha de Itamaracá devido as suas características topográficas e sua abundância em madeira, pedra, cal e da existência de um porto natural visto como essencial, tanto para as embarcações atracarem como para serem reparadas.



O RECIFE HOLANDÊS (1630 – 1654)

É com a chegada do Conde Maurício de Nassau que a escolha por Recife será concretizada, desenvolvendo



ali um importante empreendimento urbanístico e sanitário na ilha de Antônio Vaz, fundando assim a Mauritsstad, ou Cidade Maurícia, atuais bairros de Santo Antônio (parte antiga) e São José (parte nova).



Igreja dos Franceses, autoria de Frans Post, indicado pela F.
Fonte: <https://www.maturicomunicacao.com>



DEIDERICK VAN WAERDENBURCH

(1630 – 1633)

Já parou para pensar que quando falamos de governo holandês automaticamente já lembramos do nome do conde João Maurício de Nassau? Porém ele só chegou em Recife em 1637, e a invasão holandesa se deu em 1630. Nesse sentido, o imaginário dos pernambucanos sempre reservou um lugar de destaque para esse personagem alemão, primo do Príncipe de Orange, monarca da Holanda.

Então quem governava as capitanias ocupadas? Quase não se fala a respeito disso, mas os governadores anteriores a Nassau desempenharam um importante papel administrativo e militar por essas bandas, feitos que o próprio conde alemão irá se beneficiar ao tomar posse do cargo de governador-geral do Brasil.

Logo quando Pernambuco foi tomado, o oficial holandês Waerdenburch foi designado para governar a nova possessão holandesa, entre 1630 até 1633. É desse tempo, por exemplo, os primeiros planos de se ocupar a Ilha de Antônio Vaz, que será mais a frente à Cidade Maurícia.

É de Waerdenburch a iniciativa da construção do Forte Ernesto, na ponta norte da Ilha de Antônio Vaz, logo no início de seu governo, como também a construção de uma ponte que ligasse a parte portuária com a dita ilha,

DEIDERICK VAN WAERDENBURCH

(1630 – 1633)

no qual só será construída em 1641, já planejando transformar as duas partes em um importante centro urbano da colônia.

É provável que o primeiro governante flamengo em Recife ficou muito preso à sua obediência aos superiores da Companhia das Índias Ocidentais, com sede em Amsterdã, fato que pode ter postergado algumas de suas intenções administrativas para o seu sucessor ilustre, um estrangeiro poupado do ressentimento contra os invasores pelo imaginário coletivo do povo recifense, o Conde de Nassau.



Diederick van Waerdenburch

Fonte: <https://brasilhis.usal.es>



CHRESTOFFLE ARCISZEWSKY

(1634 – 1637)

O oficial polonês Chrestoffle Arciszewsky, que já tinha servido a WIC à época da invasão, em 1630, retorna ao Recife quatro anos depois acumulando altas patentes militares - como as de Major, além de coronel de todas as tropas do Brasil - e o de autoridade política máxima, estando apenas abaixo do Conselho Político.

Apesar de desembarcar com tamanho poder, Arciszewsky usou de muita humildade tratando com parceria seu antecessor, o General Sigismund von Schoppe, tornando-o um importante aliado contra a resistência luso-brasileira que comprometia a segurança das possessões da Companhia.

Juntos, Arciszewsky e Schoppe tornaram-se imbatíveis e expandiram a colônia para outras províncias, derrotando a resistência e consolidando o domínio estrangeiro no norte do Brasil. Até 1636, quando já chegara o fim de sua administração, as províncias da Paraíba, Itamaracá e Rio Grande já estavam controladas.

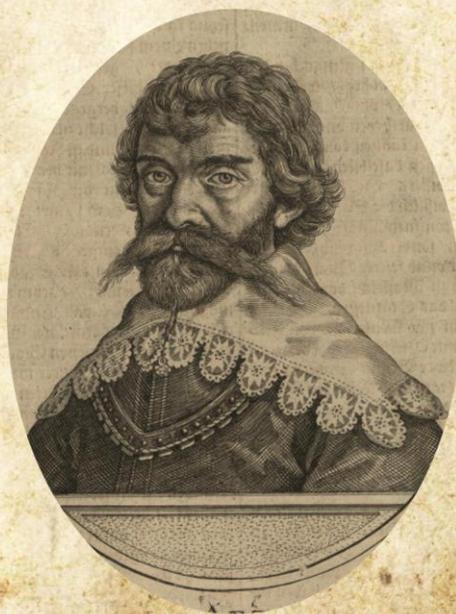
Apesar do Brasil holandês chegar à um momento de tranquilidade em suas fronteiras e contando com um grande território conquistado, o oficial polonês não contou com a mesma atitude que tomou com Schoppe na chegada de Nassau ao Recife.

CHRESTOFFLE ARCISZEWSKY

(1634 – 1637)

Isso porque o Conde alemão desembarcou com o título de Governador Supremo do Brasil, submetendo qualquer outra autoridade antes constituída à sua.

A chegada de Nassau ao Recife expôs um grande mal estar entre os dois oficiais, levando Arciszewsky a retornar à Holanda e se queixar ao monarca de Orange e aos empresários da WIC sobre Nassau. Ele foi simplesmente ignorado por seus ouvintes.



Chrestoffle Arciszewsky

Fonte: <https://www.wilanow-palac.pl>

MAURÍCIO DE NASSAU (1637 – 1645)

É inegável que durante o governo do Conde Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644) Recife passou de um pequeno povoado ligado ao porto para um importante centro urbano das Américas, graças a uma série de ações governamentais bem sucedidas.



João Maurício de Nassau-Siegen
Fonte: Arcevo da Fundaj

A partir disso, o personagem do governador do Brasil holandês, o Conde de Nassau, é evocado no imaginário coletivo do povo recifense como o grande responsável por esse passado memorável que ecoa até os dias de hoje.

A notável administração de Nassau passou a fervilhar na mentalidade coletiva dos recifenses como sendo esse período o de maior desenvolvimento da cidade, nunca antes repetido. Mas será mesmo que o conde foi sempre tão avançado assim? Analisando documentos holandeses, alguns dos principais historiadores que se dedicaram a estudar esse período nos demonstram algo um tanto diferente.

MAURÍCIO DE NASSAU

(1637 – 1645)

Há que achem que Nassau fez tudo isso por amor ao cargo que ocupava e por seu caráter humanista. Entretanto, o conde estudava bem os ganhos pessoais que teria investindo energia e seu próprio dinheiro em obras que tanto o Conselho Supremo quanto os Acionistas da WIC relutavam em autorizar.

Outro exemplo foi o interesse de Nassau de manter a escravização dos africanos, tomando Angola, intensificando o envio de escravizados para as capitanias do norte do Brasil, dominando assim, tanto o comércio do açúcar quanto o tráfico de pessoas africanas.



João Maurício de Nassau-Siegen

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/>

ESTAMOS EM RECIFE OU EM AMSTERDÃ?

Muito se fala sobre o que sobrou do Recife holandês atualmente. O que por exemplo? Quase Nada! Pelo menos quase nada de pé. Todavia, podemos encontrar paralelos entre o Recife atual e o dos seiscentos e ainda com as cidades neerlandesas.

Por exemplo, podemos citar as semelhanças entre o modelo que possivelmente tenha inspirado a urbanização do Recife durante a ocupação flamenga, vindo das próprias cidades holandesas. Todavia, o que não se fala por aí é que mesmo as duas localidades possuindo canais ladeadas por ruas, Amsterdã e Recife, por exemplo, seguem princípios diferentes.



Sobrados em Amsterdã, na Holanda
Fonte: <https://www.worldby2.com.br>

ESTAMOS EM RECIFE OU EM AMSTERDÃ?

Contudo, as construções dos canais recifenses não deixa de ser um marco na arquitetura urbanísticas flamenga por aqui, principalmente por se tratar de uma série de obras complexas de rede de esgoto que ladeavam os canais e as ruas - que foram construídas de forma largas, ventiladas e arborizadas, contando com construções de pedras e não mais caiadas, dando um colorido diferente ao Recife.

Os terrenos no Recife eram pouquíssimos para a demanda de seu crescimento populacional e



Sobrados da Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus

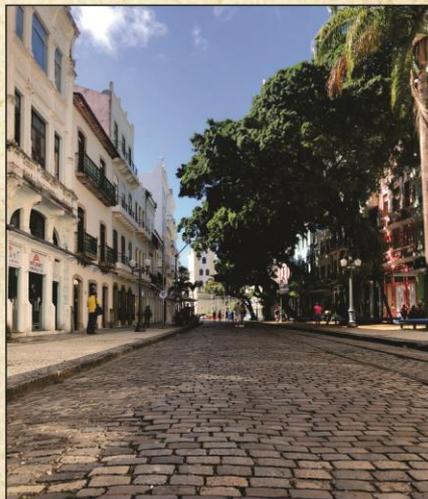
Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br>

comercial, fato que fez os urbanistas holandeses optarem pelo aterramento das margens dos rios para ampliar a área que serviria

para construção de edifícios residenciais e comerciais.

ESTAMOS EM RECIFE OU EM AMSTERDÃ?

Além disso, como em Amsterdã, a falta de espaço predispôs aos engenheiros a preferirem um crescimento vertical, pondo de pé uma série de sobrados magrelos, de dois ou três andares, com um telhado simples de duas águas, mas que se abriam de uma rua à outra. Lembrou de algum desses prédios no Recife?



Rua do Bom Jesus

Fonte: Arquivo pessoal

FIQUE SABENDO!

A atual rua do Bom Jesus ou a "rua dos judeus", como se chamava na época dos holandeses, foi reconhecida como a terceira mais bonita do mundo, segundo a revista americana *Architectural Digest*, sendo a única via brasileira entre as 31 mais belas segundo o editorial. A matéria destaca a "beleza e o colorido dos casarios, das palmeiras altas da Rua do Bom Jesus e a primeira sinagoga construída nas Américas, a Kahal Zur Israel"

OS FEITOS DE MAURÍCIO DE NASSAU

Se o Conde Maurício de Nassau fosse candidatar-se a prefeito do Recife ele teria muitos feitos administrativos para explorar em sua campanha política. Isso é que o tornou tema sempre presente nas matérias dos jornais onde representantes do legislativo e do executivo municipal e estadual se assemelhavam a ele sempre em dias de inaugurar uma grande obra ou assumindo o governo. A exemplo podemos citar:

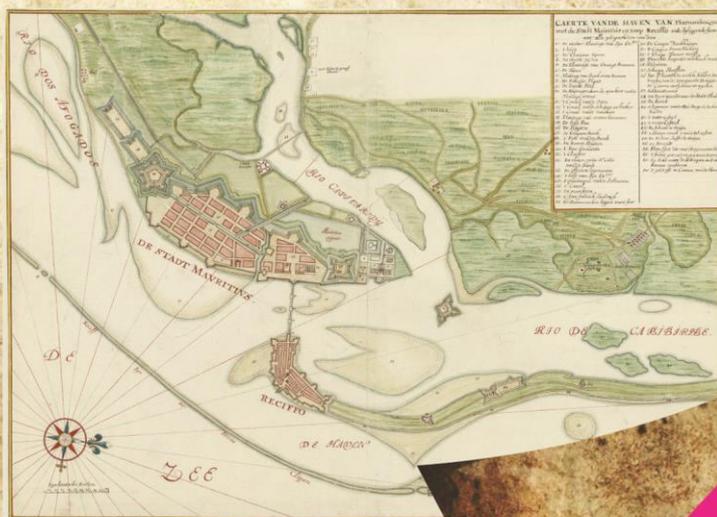
- A derrota definitiva dos portugueses - que ainda tentavam uma retomada da terra organizado mais a interior;
- A venda a crédito dos engenhos abandonados tanto à outros portugueses, quanto a holandeses e judeus;
- A proibição da cobrança de juros superior a 18%;
- Concedeu certa tolerância religiosa a católicos, evangélicos e judeus;
- Intensificou a vinda de escravizados das novas conquistas coloniais na África;



Gravura do Conde Maurício de Nassau (1667)
Fonte: <http://www.institutoricardobrennand.org.br>

OS FEITOS DE MAURÍCIO DE NASSAU

- Exigiu que parte das terras dos engenhos produzissem artigos alimentícios para combater a fome;
- Expandiu a área urbana da parte portuária (hoje bairro do Recife) até a Ilhade Antônio Vaz (atuais bairros de Santo Antônio e São José), erguendo ali a Cidade Maurícia e conectando as duas partes por uma ponte;
- Levantou dois palácios, um com arquitetura holandesa e outro portuguesa;
- Construiu um jardim botânico, zoológico, observatório e trouxe para cá cientistas de diferentes áreas do saber, a exemplo de botânicos, cartógrafos, pintores, médicos, arquitetos, engenheiros e outros;
- Dentre outros mais.



Mapa holandês do Recife e da cidade Maurícia

Fonte: <https://www.maturicomunicacao.com>



PALÁCIOS EUROPEUS EM RECIFE

Os palácios tinham características europeias, holandesa (como o Palácio de Vrijburg ou das Torres) ou portuguesa (como o Palácio da Boa Vista). O de Friburgo contava com uma praça, jardins circundantes e diferentes espaços para atividades culturais, diversos espelhos d'água, estábulos para praticar a montaria à cavalo, além de um jardim botânico, jardim zoológico e viveiros de peixes.

Outro palácio foi erguido mais ao interior da Cidade Maurícia, cujo local usava o Conde de Nassau para lazer e descanso, por isso foi construído para o poente e poderia se obter uma boa vista da cidade (por isso o nome da edificação) de qualquer parte do edifício.

VOCÊ SABIA?

Os mapas da época indicam que o Palácio das Torres se localizava nos entornos do que hoje é a Praça da República e o da Boa Vista nos arredores do Pátio do Carmo.



PALÁCIO DE FRIBURGO E PALÁCIO CAMPO DAS PRINCESAS



Reconstrução virtual do Palácio de Vrijburg (Friburgo) ou das Torres
Fonte: <https://www.itaucultural.org.br>



Palácio Campo das Princesas, sede atual do governo estadual
Fonte: Arquivo pessoal

PALÁCIO DA BOA VISTA E BASÍLICA DO CARMO



Palácio da Boa Vista

Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br>



Basílica de Nossa Sr^a do Carmo, em Recife

Fonte: Arquivo pessoal

E ESSA HISTÓRIA DE LIBERDADE RELIGIOSA?

E stá certo que com Nassau no governo se pode construir a Igreja dos Protestantes Franceses, além dos anglicanos ingleses receberem a autorização de ocupar a Igreja do Convento de São Francisco, ambas na Cidade Maurícia, e os calvinistas holandeses de utilizar a Igreja do Corpo Santo, em Recife.



Sinagoga Kahal Zur Israel
Fonte: <https://meumuseu.org>

Todavia é bom lembrar que a liberdade religiosa concedida aos judeus era um direito estendido da liberdade no qual viviam os judeus de Amsterdã que, chegando ao Recife, podendo até fundar comunidades, como a Sinagoga Kahal Zur Israel, a primeira sinagoga das Américas, localizada na antiga rua dos judeus, hoje chamada de rua do Bom Jesus.

Porém aos católicos não houve mais que algumas permissões de celebrar em suas casas e de terem seus sacerdotes. Já aos indígenas foi imposta a catequese calvinista e aos africanos não teve direito algum.

ARTISTAS E CIENTISTAS HOLANDESES NO RECIFE

Outro aspecto enaltecido pela nostalgia do povo recifense sobre o governo de Nassau foi a presença de intelectuais holandeses, alemães e prussianos nos domínios batavos no Brasil. Nomes como:

- Frans Post - suas principais obras estão expostas no Instituto Ricardo Brennand - e Albert Eckhout na pintura;



Sala das exposição "Frans Post e o Brasil Holandês"
Fonte: <https://www.institutoricardobrennand.br>

- Georg Markgraf na botânica e astronomia, Wilhelm Pies, na medicina;
- Zacharias Wagner, militar graduado que ilustrou a vida cotidiana brasileira, como também a flora e a fauna da região, Heinrich Cralitz e Jacob Rabbi, na geografia e nos relatos etnográficos;
- Frederick Pistor, na engenharia;
- Dentre muitos outros nomes.

OS FORTES HOLANDESES

Na Ilha de Antônio Vaz, antes de Nassau construir a Cidade Maurícia, já se sabia a importância daquela localidade que separava o burgo portuário do Recife da parte continental. A ilha precisava de boas defesas, pois durante os anos que decorreram a ocupação, os holandeses temiam as emboscadas dos senhores de engenhos portugueses que foram expulsos.



Forte do Brum
Fonte: <https://www.funceb.org.br>

Dois fortes foram erguidos durante a administração do oficial holandês Waerdenburch logo nos primeiros anos de domínio flamengo: o Forte Ernesto, ao norte, e o das Cinco Pontas, ao sul. Sobre as ruínas de um antigo forte



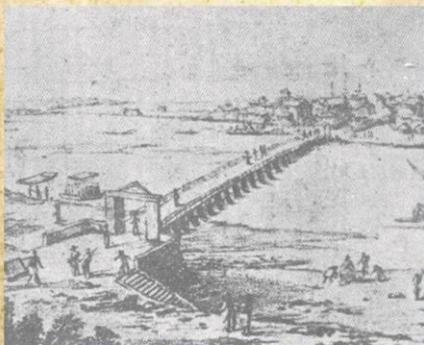
Forte das Cinco Pontas
Fonte: <https://www.cultura.pe.gov.br>

português os neerlandeses ergueram o que hoje chamamos de Forte do Brum.

AS DUAS PRIMEIRAS PONTES DO RECIFE

Imaginar o Recife sem suas diversas pontes é bem difícil, não é? Ir admirar a vista no Marco Zero é uma atividade de atravessar pontes. Porém você sabe quais daquelas pontes todas foram as primeiras?

Na expansão urbanística do Recife no início da década de quarenta dos seiscentos já parecia inadiável a necessidade de conectar as duas partes da capital do Brasil Holandês. Apesar de já haver planos para construí-las desde a época do governo do oficial holandês Waerdenburch, será nos anos finais da administração nassoviana que elas serão de fato edificadas.



Ponte do Recife, atual Ponte Maurício de Nassau
Fonte: <https://www.maturicomunicacao.com>



Ponte da Boa Vista, atual Ponte de Ferro
Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br>

AS DUAS PRIMEIRAS PONTES DO RECIFE

A primeira delas foi a ponte que liga até hoje os bairros do Recife (antigo burgo do Recife) e o de Santo Antônio (a Cidade Maurícia do século XVII). Seu projeto original era de pedra, porém foi abandonado pelas dificuldades apresentadas na parte central do Rio Capibaribe. A saída encontrada foi continuá-la de madeira aproveitando suas bases de pedra, sendo concluída em 1643. Atualmente ela se chama Ponte Maurício de Nassau, mas por muito tempo foi chamada de Ponte do Recife.



Ponte do Recife, atual Ponte Maurício de Nassau

Fonte: <https://visit.recife.br>

AS DUAS PRIMEIRAS PONTES DO RECIFE

A segunda, concluída também em 1643, foi feita inteiramente de madeira, ligando o bairro de Santo Antônio com a parte continental, hoje chamada de Boa Vista. Essa ponte atendia ao Palácio nassoviano de mesmo nome e os caminhos para a várzea, região de grande número de engenhos. Essa passarela era chamada de Ponte dos Holandeses da Boa Vista, porém a conhecemos popularmente como Ponte de Ferro, devido às suas estruturas metálicas que substituíram, em 1876, as antigas de pedra e madeira.



Ponte da Boa Vista, atual Ponte de Ferro
Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br>

POR PORTUGAL! PELO REI! ADEUS HOLANDESES!

O fim da União Ibérica e a Restauração Portuguesa contra a Espanha (1641), fez fervilhar nos pernambucanos um sentimento anti-holandês. O levante que foi chamado de Restauração Pernambucana (1645-1654) se espalhou por todas as partes dos domínios batavos no Brasil, obrigando-os a se refugiar no Recife até quando pudessem.

A rendição aconteceu em 1654 após as derrotas nas duas Batalhas dos Guararapes, 1648 e 1649, restaurando assim o domínio português por aqui. Mas você já viu alguma placa de trânsito com o slogan "A pátria nasceu aqui"?



Placa de boas-vindas de Jaboatão dos Guararapes - PE
Fonte: <https://jaboataodosguararapes.pe.leg.br>

Pois bem, elas podem ser encontradas em quaisquer entrada do município de Jaboatão dos Guararapes, local das referidas batalhas.



POR PORTUGAL! PELO REI! ADEUS HOLANDESES!

Entretanto, a Restauração Pernambucana não foi um conjunto de empreendimentos militares contra o estrangeiro em favor de uma independência pernambucana ou da região na qual hoje chamamos de Nordeste, como gosta de evocar a mentalidade do povo pernambucano.

Muito pelo contrário, ao ler qualquer obra de referência escrita pouco antes da expulsão dos holandeses poderemos notar que os insurretos deitaram fora os invasores em nome de sua Alteza, D. João IV, monarca português. Com os sucessos militares dos pernambucanos, toda a região ocupada pelos flamengos fora devolvida para o império ultramar luso e seus líderes premiados com cargos administrativos aqui e na África. Foi tudo por Portugal, em honra ao monarca português e não pelo Brasil.



D. João IV, Rei de Portugal (1640-1656)

Fonte: <https://ncultura.pt>

D. PEDRO II, UM LIVRO DE HISTÓRIA E O RECIFE HOLANDÊS

Da expulsão dos holandeses até a proclamação da independência do Brasil, nada se produziu acerca dos vinte e quatro anos de ocupação batava no Brasil. Apenas Barléu, um erudito de Amsterdã, redigira uma obra biográfica sobre os quase oito anos de governo do Conde Maurício de Nassau e, por aqui, apenas foram publicados biografias dos líderes da Restauração Pernambucana, como relatos de frades sobre as Batalhas dos Guararapes. Entretanto, não houve nenhum livro de história de grande fôlego sobre esse período.

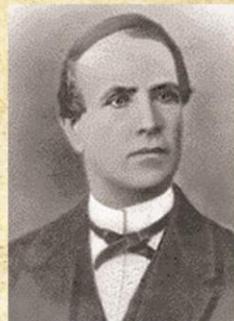
No entanto, o país carecia de uma longa história nacional com tudo o que se espera de uma, contendo batalhas importantes contra invasores, luta pela unidade nacional, registros dos feitos dos heróis e dos mártires da Nação.



Sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RJ
Fonte: <https://www.ihgb.org.br>

D. PEDRO II, UM LIVRO DE HISTÓRIA E O RECIFE HOLANDÊS

A Restauração Pernambucana serviu muito bem para os interesses do império, visto que as batalhas contra os holandeses restauraram o domínio do norte do Brasil ao trono dos Braganças, linhagem a qual pertencia o imperador do Brasil, D. Pedro II. Em viagem à Pernambuco o monarca brasileiro



Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro
Fonte: <https://www.academia.org.br>

indignou-se em saber que aqui não havia sido escrito nenhuma obra de volume sobre o período, tornando-se importante interessado e fiador da pesquisa sobre esse tempo flamengo.

O imperador do Brasil enviou para a Europa o diplomata Joaquim Caetano da Silva, na década de 1850, para copilar qualquer documento que encontrasse sobre esse momento da história nacional. Graças a essa iniciativa, produziu-se um extenso volume em francês de oito códices sobre as correspondências entre o Recife e os Estados Gerais, no século XVII, depositado no acervo do recém fundado Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

Mas o grande porta-voz dessa versão imperial foi o historiador Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que afirmava ser as batalhas entre os luso-brasileiros e os batavos a parte que mais importava para a composição dessa versão da história nacional.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO HISTÓRICO PERNAMBUCANO

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) foi fundado em 27 de janeiro (dia do aniversário da Restauração Pernambucana) de 1862 e configura como uma importante referência nacional e internacional no resgate e na manutenção da memória histórica pernambucana, possuindo museu, biblioteca e



Sede do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
Fonte: <https://www.iahgp.com.br>

arquivo, além de contar com sua revista que publica artigos variados desde muito tempo. Já visitou essa importante instituição histórica do nosso Estado?

Nele podemos visitar em uma das salas de seu museu um importante acervo sobre o período holandês em Recife, além de eletronicamente ter acesso a artigos sobre o tempo dos flamengos, produzidos por importantes intelectuais do Recife dos séculos XIX e XX.

A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

Durante a atuação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco surgiu uma atividade acirrada e paradoxal entre seus integrantes: Homenagear a Maurício de Nassau ou aos líderes da Restauração Pernambucana? Esse assunto movimentou os debates entre os intelectuais do IAHGP já no século XIX, dividindo o grupo com isso.

Abreu e Lima, por exemplo, não só elogiava a administração nassoviana, mas todo o período holandês. Já Fernandes Gama preferiu restringir seus elogios ao governo de Nassau e principalmente a luta dos Restauradores. Pereira da Costa, por sua vez, defendia que nada tinha de comemorar na Restauração Pernambucana, pois os holandeses tinham feito mais pela nossa terra em vinte e quatro anos do que os portugueses em quase quatro séculos.

Esses debates nos legou um interessante volume de artigos sobre os temas publicados na Revista do IAHGP e claro, a curiosa confusão intelectual entre os letrados recifenses.

DO INSTITUTO HISTÓRICO PARA OS JORNAIS PERNAMBUCANOS

Se durante a segunda metade do século XIX os intelectuais se rivalizavam no IAHGP, é possível constatar o mesmo paradoxo saudosista à memória nostálgica tanto de Nassau quanto dos Restauradores aparecendo nas matérias ao longo do século XX nos jornais pernambucanos Diário da Manhã e Diário de Pernambuco, sediados em Recife.

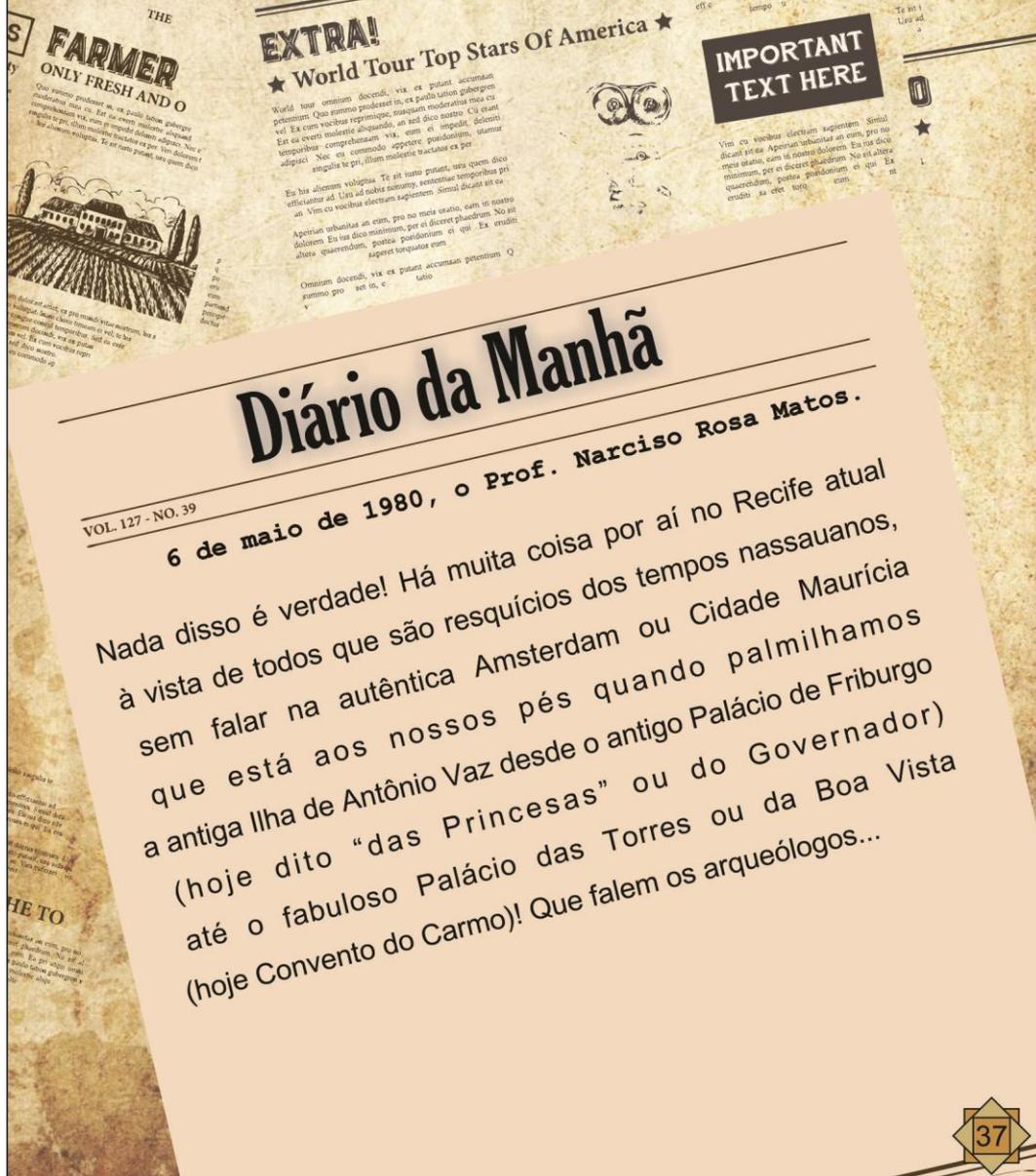
Várias de suas matérias enalteciam o gênio civilizador de Maurício Nassau, como também exaltavam a obra restauradora dos insurretos. Foi por onde a discussão iniciada no Instituto Histórico de Pernambuco chega ao grande público, fora do IAHGP, os leitores dos jornais recifenses da época.

Observe o que os leitores degustavam nas páginas do Jornal Diário da Manhã:

Em artigo intitulado Maurício de Nassau, o Brasileiro, de 11 de julho do 1937, Vicente Themudo Lessa, utilizando as folhas do referido periódico escreveu: "faz justamente trezentos anos que desembarcava em Pernambuco o fundador da cidade do Recife [Maurício de Nassau]".

DO INSTITUTO HISTÓRICO PARA OS JORNAIS PERNAMBUCANOS

Em exemplar de 4 de janeiro de 1980, o Professor Nelson Rosa Matos escreve cheio de saudades: "Com todo o seu imperialismo nórdico-europeu, não se pode negar como Nassau viveu em harmonia e união com os ~~nordestinos~~ do Brasil".



CULTO AO PASSADO HOLANDÊS AO AR LIVRE

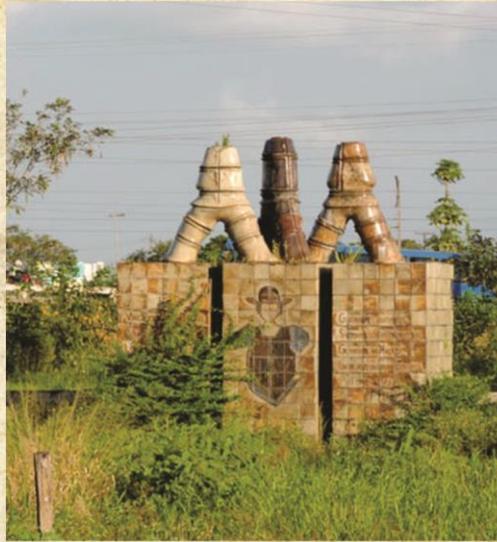
Do intelectualismo do IAHGP dos oitocentos, passando pelo jornalismo impresso do século XX, aportamos na mesma prática paradoxal na produção artística que povoam as ruas do Recife e do imaginário coletivo de seu povo, em memória tanto do Conde de Nassau quanto dos Restauradores, que foram eternizados em diferentes tipos de obras de artistas recifenses.

Nos entorno dos bairros de Santo Antônio e São José, podemos encontrar algumas obras em homenagem tanto ao colonizador holandês quanto aos responsáveis por sua expulsão.

A exemplo, temos o busto de Nassau, na Praça da República, assim como, em homenagem aos líderes restauradores, obras de autoria de Francisco Brennand, na BR-232, bairro do Curado, e na Rua das Flores, no bairro de Santo Antônio; e de Aberlado da Hora, próximo ao Forte das Cinco Pontas.

Além dessas honras, foram produzidas, no decorrer do século XX, homenagens ao Conde Nassau nomeando ponte e faculdade no Recife e, aos Restauradores, nomes de hospitais, ruas, etc.

CULTO AO PASSADO HOLANDÊS AO AR LIVRE



Monumento da Restauração Pernambucana, obra de Fransisco Brennand (1980)
Fonte: <https://www.g1.globo.com>



Busto de Nassau, Praça da República
Fonte: Arquivo Pessoal

CULTO AO PASSADO HOLANDÊS AO AR LIVRE



Mural Batalha dos Guararapes, de Francisco Brennand (1961)
Fonte: <https://www.g1.globo.com>



Monumento à Restauração Pernambucana, obra de Abelardo da Hora
Fonte: <https://www.g1.globo.com>

QUADROS PINTADOS COM MEMÓRIA

UUm dos principais temas das pinturas encomendadas para atender interesses políticos foi a guerra contra invasores. Aqui no Brasil esses assuntos artísticos sempre são bem posteriores aos acontecimentos retratados na tela, misturando nas tintas e pincéis seu teor principalmente nobiliárquico.

Apesar das Batalhas dos Guararapes terem ocorrido ainda no final da primeira metade do século XVII, as principais pinturas foram produzidas entre cem e duzentos anos depois. Nada com que se espantar, pois essa prática era corriqueira. No caso da guerra contra os holandeses destacam-se quatro pinturas:

IMPORTANTE!

Como podemos ver, o imaginário coletivo do recifense contava com bastante conteúdo, seja acadêmico, jornalístico ou artístico. É a mentalidade popular sendo alimentada constantemente por um longo período que, por mais propaganda do que certeza, viabiliza até hoje um discurso de saudades do tempo dos flamengos.

QUADROS PINTADOS COM MEMÓRIA



Óleo sobre tela (122x217cm) “Batalha dos Guararapes” (1758),
atribuído a Manoel Dias de Oliveira.

Fonte: <https://artsandculture.google.com>



Fragmento de um dos painéis óleo sobre madeira
“Batalha dos Montes dos Guararapes” (1781),
de João de Deus e Sepúlveda.

Fonte: <https://www.sactuararia.art>

QUADROS PINTADOS COM MEMÓRIA



Painel óleo sobre madeira (340x185cm cada) "Primeira Batalha dos Guararapes" (1801),
de José da Fonseca Galvão;
Fonte: <https://www.impresso.diariodepernambuco.com.br>



Pintura óleo sobre tela (496x998cm)
"A Batalha dos Guararapes" (1879),
de Vítor Meireles.
Fonte: <https://www.museuhistoriconacional.com.br>

UMA RESTAURAÇÃO DA MEMÓRIA

Um grande hospital foi construído em uma das principais avenidas do Recife, a Agamenon Magalhães, no bairro do Derby. O nome escolhido foi Hospital da Restauração, mas você sabe o porquê? Será porque essa instituição de saúde é uma referência em restaurar pessoas que sofreram sérios traumas na saúde?

Poderia até ser, quase ninguém ia discordar. Mas o nome desse importante hospital é uma homenagem ao Tricentenário da Restauração Pernambucana, comemorado em 1954, mesmo ele ficando pronto apenas em 1969. Aliás, Tricentenário é o nome de outro hospital que homenageou a mesma comemoração, dessa vez na cidade de Olinda, mas, dessa vez inaugurado no ano correto.



Hospital da Restauração (1969)
Fonte: <https://www.anparq.org.br>



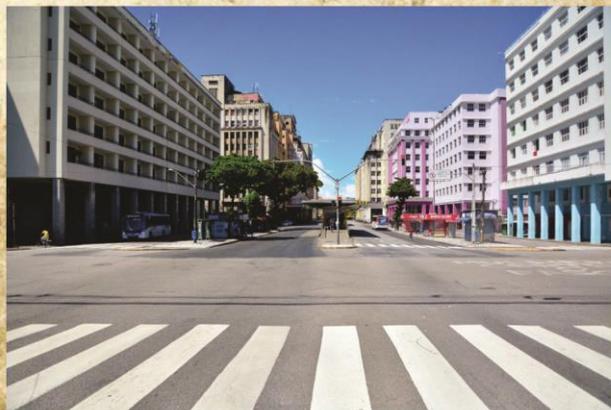
Hospital Tricentenário, em Olinda (2004)
Fonte: <https://www.htri.org.br>

NOMES DE RUAS

Entre várias homenagens a Nassau e aos Restauradores pelo Recife que já citamos, ainda temos os nomes das ruas em diferentes bairros. Por exemplo, em honra a Maurício de Nassau temos uma rua batizada com seu nome nos bairros do Barro e uma avenida na Iputinga.

Já aos restauradores é maior, como a rua João Fernandes Vieira, no Ibura; rua André Vidal de Negreiros, no Barro, como também a rua Vidal de Negreiros, em São José; rua Henrique Dias, no Derby; rua Felipe Camarão, em São José.

Sobre os conflitos bélicos vencidos contra os invasores holandeses, temos a rua Tabocas, no Sítio dos Pintos, em homenagem a vitória na Batalha das Tabocas (1645), em Vitória de Santo Antão; a rua Dezesete de Agosto, em Casa Forte, em graças ao êxito na Batalha de Casa Forte (1645); e a Avenida Guararapes, em Santo Antônio, em honra às Batalhas dos Guararapes (1648 e 1649).



Avenida Guararapes, em Recife

Fonte: <https://www.folhape.com.br>



CRÉDITOS

Esta cartilha é o produto apresentado como uma das exigências para se obter o título de Mestre Profissional em História pela Universidade Católica de Pernambuco, no qual é resultado de uma pesquisa historiográfica cujo o título é O mito do bom colonizador holandês: O imaginário sobre a colonização holandesa em Pernambuco.

Autor: Anderson Fernando Rodrigues Mendes

Orientação: Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral (UNICAP).

Banca pública: Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos (UNICAP) e do Prof. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (UFPE).

Revisora: Dryele Dávila da Silva.

Projeto gráfico/fotografia: Deivison José da Silva.





